



A Prefeitura Municipal de Mazagão - AP, por meio do Gestor Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas para a realização do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2026, destinado ao provimento de vagas do quadro de pessoal efetivo, em conformidade com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, e demais legislações pertinentes, conforme disposições deste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Concurso Público será regulamentado por este Edital e executado pela **INAZ DO PARÁ – Serviços de Concursos Públicos Ltda** (endereço eletrônico: <http://www.paconcursos.com.br> / e-mail: atendimento@paconcursos.com.br).

1.2 As especificações dos cargos ofertados constam no **Anexo I** deste Edital, contemplando código de inscrição, denominação, escolaridade mínima e demais exigências, jornada de trabalho, vencimento-base e valor da taxa de inscrição.

1.3 A seleção dos candidatos compreenderá as seguintes etapas, de acordo com o cargo em disputa:

1ª FASE – Provas de Conhecimentos;

a) Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos;

2ª FASE – Avaliações Complementares;

c) Prova de Títulos, de caráter classificatório, exclusiva para os cargos de nível superior.

1.4 As etapas presenciais do Concurso Público, em regra, serão realizadas no Município de Mazagão - AP. Havendo necessidade, em razão do número de inscritos ou da logística de aplicação, poderão ser utilizados municípios circunvizinhos.

1.5 Todos os custos com transporte, hospedagem, alimentação e quaisquer outras despesas para deslocamento até o local de realização das provas, em todas as fases do concurso, correrão por conta exclusiva do candidato, não havendo reembolso por parte da Prefeitura Municipal ou da organizadora, inclusive em casos de eventual remarcação de prova.

1.6 Poderá haver registro de imagens e/ou gravações de áudio e vídeo durante a aplicação das provas, para fins de segurança, auditoria e verificação de conduta. O candidato, ao participar do certame, autoriza o uso desse material para análise posterior, inclusive em eventual procedimento administrativo ou judicial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, as publicações, comunicados e eventuais retificações do edital, não podendo alegar desconhecimento de qualquer informação oficialmente divulgada.

1.8 Eventuais impugnações ao presente Edital deverão ser apresentadas de forma fundamentada, no prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados da data de publicação do Edital, **por meio do campo próprio disponibilizado na página oficial da Banca Organizadora ou, alternativamente, por meio de correio eletrônico**, conforme disposto neste Edital.

1.8.1 As impugnações encaminhadas por correio eletrônico deverão ser **formalizadas obrigatoriamente mediante o preenchimento do modelo específico constante no Anexo IV**, devidamente assinadas e encaminhadas para o endereço eletrônico indicado, **não sendo conhecidas aquelas apresentadas fora do**



modelo estabelecido ou por outros meios diversos dos previstos neste Edital.

1.8.2. A eventual acolhida de impugnação implicará a publicação de retificação do Edital ou de edital específico de retificação, com ampla divulgação no endereço eletrônico oficial do certame.

1.8.3. Decorrido o prazo previsto no item 1.8, não serão admitidas novas impugnações quanto ao conteúdo do Edital, restringindo-se eventuais manifestações posteriores a aspectos relacionados à execução das fases do Concurso Público.

2. DAS VAGAS

2.1 O valor da taxa de inscrição, o número de vagas, a remuneração, a jornada semanal de trabalho e os requisitos para cada cargo estão detalhados no **Anexo I – Quadro de Vagas**, que integra o presente Edital.

2.2 Para fins de interpretação do Quadro de Vagas, consideram-se as seguintes siglas: **AC = Ampla Concorrência; PCD = Pessoas com Deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015 e demais normas aplicáveis e CR = Cadastro de Reserva.**

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A inscrição no Concurso Público implica o pleno conhecimento e a tácita aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e nos demais instrumentos reguladores, incluindo a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Os dados pessoais, sensíveis ou não, fornecidos pelo candidato serão tratados e processados exclusivamente para viabilizar a execução do certame, abrangendo a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, bem como a divulgação das informações necessárias, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública, não podendo o candidato ou seu procurador alegar desconhecimento.

3.2 Para participar do Concurso Público nº 01/2026, o candidato deverá inscrever-se e seguir rigorosamente as normas previstas neste Edital e seus anexos, declarando conhecer e concordar com todos os requisitos exigidos para habilitação ao cargo. O candidato também se compromete a acompanhar, por sua própria responsabilidade, todos os avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios oficiais definidos neste Edital, não podendo alegar desconhecimento.

3.2.1 Será permitida a realização de mais de uma inscrição por candidato (CPF), inclusive para cargos de níveis distintos, **observada a organização das provas por turnos**, conforme estabelecido no cronograma oficial.

3.2.1.1 O candidato poderá manter múltiplas inscrições, contudo **somente poderá realizar uma prova por turno**, ainda que esteja inscrito em mais de um cargo cuja aplicação ocorra no mesmo período.

3.2.1.2 Para este certame, as provas serão aplicadas da seguinte forma:

I – **no turno da manhã**, serão aplicadas as provas para os cargos de **nível Superior**;

II – **no turno da tarde**, serão aplicadas as provas para os cargos de **nível Médio**.

3.2.1.3 Dessa forma, o candidato poderá realizar, no máximo, **uma prova no turno da manhã** (optando por **um único cargo**, de nível Superior) e **uma prova no turno da tarde** (para **um único cargo** de nível Médio), ainda que tenha efetuado inscrições para mais de um cargo.



3.2.1.4 Não haverá cancelamento, alteração ou substituição de inscrições após a efetivação do pagamento, sendo de inteira responsabilidade do candidato verificar previamente a compatibilidade entre os cargos escolhidos e os respectivos turnos de aplicação das provas.

3.3 As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet.

3.4 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá acessar o site www.paconcursos.com.br durante o período estabelecido no cronograma do concurso e seguir os seguintes procedimentos:

- a) Clicar na aba “Concursos/Processos”;
- b) Localizar o Edital desejado;
- c) Clicar em “INSCRIÇÃO ONLINE”;
- d) Inserir o número do CPF;
- e) Realizar o cadastro, caso seja o primeiro acesso, ou efetuar login se já for cadastrado;
- f) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferindo atentamente todas as informações inseridas e seguindo as instruções fornecidas;
- g) Gerar e imprimir o boleto bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento.

3.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado até a data de vencimento indicada no boleto, podendo ser efetuado em qualquer agência bancária, por meio de internet banking, inclusive mediante leitura do código de barras pelo aplicativo bancário, casas lotéricas ou, alternativamente, por meio de QR Code PIX, conforme disponibilizado no sistema de inscrição.

3.6 Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por meio de depósito em caixa eletrônico, transferência, DOC, ordem de pagamento, depósito comum em conta corrente, pagamento condicional, fora do período de inscrições ou por qualquer outro meio não previsto neste Edital.

3.7 Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamentos bancários. A banca organizadora não se responsabiliza por pagamentos agendados que não forem compensados.

3.8 Inscrições ou pagamentos que não forem identificados por erro do candidato no preenchimento dos dados do boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores.

3.9 O não cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste item implicará o cancelamento da inscrição, podendo a irregularidade ser constatada a qualquer tempo.

3.10 O candidato é o único responsável pela veracidade e exatidão das informações prestadas na ficha de inscrição, bem como por eventuais erros ou omissões.

3.11 Após a efetivação da inscrição, não haverá devolução do valor pago, sob qualquer hipótese, ainda que efetuado em duplicidade ou em valor superior ao estipulado.

3.12 A INAZ DO PARÁ não se responsabiliza por inscrições não concluídas devido a falhas técnicas nos equipamentos do candidato, problemas de comunicação, congestionamento de rede ou quaisquer outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados ou a finalização do processo.

3.13 O candidato é responsável pela inserção e conferência de seus dados pessoais, em especial nome completo, número dos documentos de identificação e data de nascimento.

3.14 O candidato que desejar ser tratado pelo nome social poderá realizar a solicitação no ato da inscrição,



exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela banca, dentro do prazo previsto no cronograma oficial. A indicação do nome social será utilizada em todas as fases do certame em que não houver exigência legal de identificação pelo nome civil, observadas as normas de proteção de dados pessoais e de respeito à dignidade humana.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 O candidato que atender aos requisitos legais poderá solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição no período definido no cronograma do concurso, por meio do sistema eletrônico de inscrições, devendo selecionar a opção correspondente e enviar a documentação exigida, em um único arquivo que pode ser em formato JPG ou PDF, no ato da solicitação.

4.2 Poderá solicitar isenção de taxa de inscrição o candidato que se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) Membro de família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, nos termos do Decreto Federal nº 6.593/2008;
- b) Doador voluntário de medula óssea, conforme cadastro em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

4.3 Documentação exigida:

- a) **Para candidatos hipossuficientes (CadÚnico):** CPF, documento de identidade oficial com foto e comprovante de inscrição no CadÚnico emitido no ano vigente;
- c) **Para doadores de medula óssea:** carteira ou declaração de doador emitida pelo REDOME ou por entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

4.4 O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato, não se responsabilizando a organizadora por falhas técnicas, problemas de comunicação ou outros fatores que impeçam a conclusão do procedimento.

4.5 O candidato que não apresentar a documentação completa, no formato e prazo estabelecidos, terá sua solicitação indeferida.

4.6 A veracidade das informações prestadas será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo da eliminação do concurso e das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

4.7 A organizadora poderá solicitar, a qualquer tempo, o envio físico dos documentos para conferência da autenticidade.

4.8 O resultado preliminar das solicitações de isenção será divulgado no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br, conforme cronograma.

4.9 Do resultado preliminar caberá recurso, nos termos do item 11 deste Edital, **exclusivamente para questionamento de eventual erro material, formal ou de análise cometido pela Banca Examinadora na avaliação da documentação apresentada**, vedada, em qualquer hipótese, a **juntada, substituição, complementação ou regularização de documentos** não enviados, enviados de forma incompleta ou em desacordo com as exigências editalícias no prazo originalmente estabelecido.



4.10 O resultado definitivo das solicitações, após análise dos recursos, será divulgado no endereço eletrônico da organizadora, sendo **terminativo e irrecorrível** quanto à isenção.

4.11 O candidato que tiver o pedido de isenção indeferido poderá confirmar sua inscrição mediante o pagamento da taxa, observado o prazo de vencimento indicado no respectivo boleto bancário.

5. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 É garantido o direito de inscrição às pessoas com deficiência que desejarem concorrer às vagas reservadas, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência – LBI). Para fins de reserva de vagas e procedimentos correlatos, adotam-se, por remissão, as disposições do Decreto Federal nº 9.508/2018, no que couber.

5.2 Do total de vagas inicialmente ofertadas e das que vierem a ser criadas durante a validade do certame, será observado percentual destinado às pessoas com deficiência de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 20% (vinte por cento), condicionada à compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo. Na hipótese de fração, o resultado será elevado ao primeiro número inteiro subsequente; o percentual mínimo também se aplica ao aproveitamento de vagas remanescentes e à formação de cadastro de reserva.

5.3 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas definidas no art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (LBI); no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999; no §2º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); no art. 1º da Lei nº 14.126/2021 (visão monocular); e na Lei nº 14.768/2023 (deficiência auditiva), além do disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

5.4 Caso ocorra desclassificação, desistência ou outro impedimento de candidato aprovado para vaga reservada, esta será preenchida pelo próximo candidato com deficiência classificado.

5.5 As vagas reservadas poderão ser preenchidas por candidatos sem deficiência, caso não haja candidatos inscritos, aprovados ou classificados nesta condição.

5.6 Os candidatos com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, horários, locais e notas mínimas exigidas.

5.7 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá:

- a) Declarar, no ato da inscrição, sua condição de pessoa com deficiência, descrevendo suas limitações funcionais e eventuais necessidades de adaptação;
- b) Enviar, via upload no sistema de inscrição, documento oficial de identidade com foto e laudo médico expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, contendo:
 - Nome, assinatura e número de inscrição do médico no CRM;
 - Espécie e grau/nível da deficiência;
 - Referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID);
 - Provável causa ou origem da deficiência.

5.8 O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato, não se responsabilizando a organizadora por falhas técnicas, problemas de comunicação ou fatores que impeçam a conclusão do



procedimento.

5.9 O laudo ou relatório médico enviado terá validade apenas para este concurso, não será devolvido e não serão fornecidas cópias.

5.10 O arquivo digital deverá ser identificado com o nome completo do candidato, aceitando-se somente os formatos PDF, PNG ou JPG.

5.11 O candidato deverá manter consigo o original ou cópia autenticada do documento, podendo ser solicitado para conferência a qualquer tempo, mediante envio por carta registrada.

5.12 A não declaração da deficiência no ato da inscrição e/ou a não apresentação do laudo nos termos deste edital implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas e às condições diferenciadas de prova, não cabendo recurso para reversão dessa situação.

5.13 Não serão aceitos documentos enviados por via postal, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação das provas.

6. DO ATENDIMENTO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá solicitá-lo obrigatoriamente no ato da inscrição, informando o tipo de recurso necessário no Formulário de Inscrição e enviando, via upload, a documentação comprobatória, conforme o caso.

6.2. Para a solicitação de atendimento especial, o candidato deverá encaminhar, no prazo estabelecido no cronograma, em um único arquivo PDF o:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Documento de identidade oficial com foto;
- c) Laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, contendo assinatura e carimbo do médico com o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), especificando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e provável causa da deficiência, quando aplicável.

6.3 O laudo médico também deverá justificar, de forma expressa, a necessidade de recursos especiais solicitados, tais como: tempo adicional (nos termos do art. 4º, § 2º, do Decreto nº 9.508/2018 e alterações), mobiliário adaptado, intérprete de Libras, leitura labial, material ampliado, entre outros.

6.4 Caso o recurso especial não esteja listado no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá selecionar a opção “outros” e descrever detalhadamente a necessidade.

6.5 Situações específicas:

I – Lactantes: a candidata deverá informar a necessidade no ato da inscrição e enviar CPF, documento de identidade oficial com foto e certidão de nascimento da criança; se o nascimento ocorrer após a publicação do edital, poderá ser apresentado documento emitido por médico obstetra (com CRM) atestando a data provável do parto. No dia da prova, a candidata deverá estar acompanhada de um adulto responsável pela guarda da criança, que ficará em sala reservada próxima ao local de aplicação. A INAZ DO PARÁ não disponibilizará acompanhante.



6.6 Para utilização, durante a prova, de objetos, dispositivos ou próteses não previstos neste edital, o candidato deverá selecionar “outros” no formulário, descrever o recurso e apresentar laudo médico que justifique seu uso.

6.7 A documentação enviada fora do prazo, ilegível, incompleta, via postal, correio eletrônico, fax ou requerimento administrativo não será aceita.

6.8 É de responsabilidade exclusiva do candidato o envio e a guarda da documentação comprobatória. A INAZ DO PARÁ poderá solicitar, a qualquer tempo, o envio por carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

6.9 Solicitações não justificadas por laudo médico, bem como recursos indicados no laudo que não tenham sido solicitados no ato da inscrição, serão indeferidos.

6.10 A solicitação será analisada segundo critérios de viabilidade e razoabilidade. Caso ocorra falha em recursos tecnológicos no dia da prova, poderá ser disponibilizado atendimento equivalente, conforme a viabilidade.

6.11 A INAZ DO PARÁ divulgará, no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br, no período definido no cronograma, a lista com o resultado preliminar das solicitações de atendimento especial.

6.12 Do resultado preliminar caberá recurso, nos termos do item 11 deste edital e após o julgamento dos recursos, será divulgado o resultado definitivo, do qual não caberá recurso.

7. DAS PROVAS OBJETIVAS

7.1 Serão aplicadas provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo o conteúdo programático constante do **Anexo III** deste Edital, com a seguinte distribuição:

NÍVEL MÉDIO/SUPERIOR

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Peso por Questão	Pontuação Máxima por Área	Mínimo de Acertos	Pontuação Mínima por Área
Língua Portuguesa	10	2	20	5	10
Conhecimentos Gerais	10	1	10	5	5
Raciocínio Lógico	10	1	10	5	5
Legislação	10	2	20	5	10
Conhecimentos Específicos	20	2	40	10	20
Total da Prova	60	—	100	—	50

7.2 As provas terão 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D, E), sendo apenas uma delas correta.

7.3 Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que alcançar, em cada disciplina, no mínimo, o número de acertos estabelecido na tabela de seu respectivo nível.

Parágrafo único. O não cumprimento do mínimo exigido em qualquer disciplina acarretará a eliminação do



candidato, ainda que o total de pontos obtidos na prova atinja ou ultrapasse a metade do valor máximo.

7.4 O candidato que não atingir a pontuação mínima exigida em **qualquer disciplina** ou no total será eliminado do certame.

7.5 Na realização das provas objetivas, serão observadas as seguintes regras:

- a) O candidato deverá transcrever as respostas do Caderno de Questões para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, não sendo substituída a Folha de Respostas por erro de preenchimento.
- b) Não serão computadas questões não respondidas, nem questões com mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
- c) Não deve haver marcações fora do campo reservado às respostas, sob pena de interferir na leitura óptica.
- d) É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo decorrente de marcações incorretas na Folha de Respostas.
- e) As marcações deverão ser feitas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente.
- f) Não será permitido que outra pessoa preencha a Folha de Respostas, salvo em caso de atendimento especial previamente autorizado.
- g) O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar ou danificar a Folha de Respostas, sob pena de inviabilizar a correção.

7.6 Na prova objetiva, será atribuída nota 0 (zero) às questões:

- a) com mais de uma resposta assinalada;
- b) sem resposta;
- c) com marcações fora do padrão estabelecido;
- d) cuja marcação não atenda às especificações deste Edital.

7.7. Caso haja anulação de uma ou mais questões das provas objetivas, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido ou não.

8. DA APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

8.1 As provas serão aplicadas no período estabelecido no cronograma do concurso, preferencialmente na cidade de Mazagão - AP, podendo, em razão do número de inscritos, serem aplicadas em outras cidades.

8.2 O endereço do local em que o candidato fará suas provas constará no Cartão de Inscrição, que será divulgado na internet, no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br, a partir da data indicada no cronograma do concurso. Caberá ao candidato se informar sobre o local de suas provas.

8.3 As provas objetivas terão duração de **3 (três) horas**, já incluído nesse tempo o preenchimento da Folha de Respostas.

8.4 O ingresso do candidato ao prédio onde fará suas provas será permitido somente até o horário do fechamento dos portões.

8.5 O candidato precisa acompanhar as informações e retificações do Edital deste concurso no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br.



8.6 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local determinado para realizar suas provas e o comparecimento no horário estabelecido.

8.7 Recomenda-se ao candidato que esteja presente no local das provas 45 (quarenta e cinco) minutos antes do horário marcado para a abertura dos portões.

8.8 O candidato não poderá realizar provas fora do local indicado pela INAZ DO PARÁ.

8.9 O candidato fará as provas em local indicado no cartão de confirmação de inscrição, disponibilizado conforme cronograma, por intermédio de seus Coordenadores e/ou Fiscais.

8.10 DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO – Para acesso ao prédio e à sala nos quais se realizarão as provas, o candidato precisa apresentar o Documento Oficial de Identificação (com foto) original e em perfeitas condições.

8.11 SERÃO ACEITOS os seguintes documentos para identificação:

- A) Carteira de Identidade,
- B) Carteira de Trabalho,
- C) Passaporte,
- D) Carteira de Reservista (com foto),
- E) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe (CRC, CRA, COREN, OAB etc.),
- F) Carteira de Motorista (modelo com foto).

8.12 NÃO SERÃO ACEITOS como documentos de identificação:

- A) Certidões de Nascimento ou de Casamento,
- B) Títulos Eleitorais,
- C) Documentos Digitais,
- D) Carteira Nacional de Habilitação Digital (modelo eletrônico),
- E) Carteira Nacional de Habilitação (modelo sem foto),
- F) Carteiras de Estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade,
- G) Documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.

8.13 No dia de realização das provas, caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar Documento Oficial de Identificação original (com foto), por motivo de perda, furto ou roubo, precisa ser apresentado Boletim de Ocorrência impresso, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, por órgão policial.

8.14 Para realização das Provas, não serão aceitos protocolo do documento, cópia do documento de identificação (ainda que autenticada) ou simples anotação de número de registro de REDS/Boletim de Ocorrência Policial.

8.15 Em hipótese alguma, o candidato fará as provas se não apresentar a documentação exigida ou não cumprir a norma estabelecida para identificação, conforme subitens **8.13** a **8.14**. O candidato que não atender às exigências do Edital será eliminado do concurso.

8.16. A Prova Objetiva será realizada na data prevista no cronograma oficial do Concurso Público, em **dois turnos distintos**, conforme o nível de escolaridade do cargo.

8.16.1. Realizarão prova no **Turno Matutino (09h00min às 12h00min)** os candidatos inscritos nos **cargos**



de **Nível Superior**, observado o horário local.

8.16.2. Realizarão prova no **Turno Vespertino (15h00min às 18h00min)** os candidatos inscritos nos **cargos de Nível Médio**, observado o horário local.

8.17. Os portões dos locais de prova serão abertos, impreterivelmente, nos seguintes horários:

- a) Turno Matutino: **07h30min**;
- b) Turno Vespertino: **13h30min**.

8.18. Os portões dos locais de prova serão fechados, impreterivelmente, nos seguintes horários:

- a) Turno Matutino: **08h30min**;
- b) Turno Vespertino: **14h30min**.

8.19. A distribuição dos cargos por turno, conforme itens 8.16.1 e 8.16.2, é **definitiva**, salvo motivo de força maior, hipótese em que eventual ajuste será informado previamente em edital complementar de convocação.

8.20 A ida ao banheiro, após o início das provas, será permitida desde que acompanhada pelo fiscal, sob pena de eliminação do candidato do concurso e após procedimentos de identificação realizados na sala de provas, e requer nova identificação no retorno do candidato.

8.20.1 Após a entrega definitiva da prova e assinatura da folha de respostas, o candidato não poderá permanecer nas dependências do local de aplicação, devendo se retirar imediatamente, sendo vedado o deslocamento para o banheiro ou outras áreas internas.

8.21 Não será permitido ao candidato fumar ou portar carteira de cigarros nas dependências do local de provas.

8.22 O candidato precisa levar caneta esferográfica comum, de tinta azul ou preta (tubo transparente) para preencher a Folha de Respostas. Não será permitido o uso de caneta diferente da especificada, por medida de segurança do concurso.

8.23 Não será permitido, durante a realização das provas: consulta de qualquer tipo, uso ou porte de relógio, chaveiro, régua de cálculo, óculos escuros, protetor auricular, quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro etc.), borracha, lápis, lapiseira, grafite, marca-texto, uso ou porte de aparelhos eletrônicos ou de comunicação (tais como: máquina de calcular, notebook, pen-drive, aparelho receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, telefone celular, agenda eletrônica, mp3 player ou similar, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, fone de ouvido etc.).

8.24 Com observância do disposto no subitem 8.23 deste Edital, fica estabelecido que, caso esteja portando equipamentos eletrônicos e objetos pessoais, antes do início das Provas, o candidato precisa identificá-los e colocá-los no local indicado pela equipe de fiscalização, sendo que aparelhos de telefone celular devem ser previamente desligados. Os equipamentos e objetos pessoais somente poderão ser manuseados pelo candidato após a sua saída do Prédio.

8.25 O candidato que estiver portando, durante a realização de sua prova, mesmo que desligados, telefone celular ou quaisquer outros equipamentos mencionados no subitem 8.23, ou similares, ou se for flagrado em tentativa de cola, será eliminado do concurso.



8.26 Será eliminado o candidato que não mantiver aparelhos eletrônicos ou quaisquer dos itens citados no subitem 8.23 dentro do envelope/embalagem porta-objetos desde o ingresso na sala de provas até a sua saída definitiva. Se o aparelho eletrônico, ainda que dentro do envelope/embalagem porta-objetos, emitir qualquer sinal sonoro, como toque ou alarme, o candidato será eliminado do concurso.

8.27 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, ou, ainda, que se utilizar de notas, de livros, de impressos etc.

8.28 Como forma de garantir a lisura do concurso, é reservado à INAZ DO PARÁ, caso julgue necessário, o direito de utilizar detector de metal, gravação em áudio ou proceder à identificação especial (filmagem e/ou fotografia) dos candidatos, inclusive durante a realização das provas.

8.29 As provas serão iniciadas conforme o horário estabelecido no cronograma do concurso deste Edital.

8.30 O candidato que chegar após o fechamento dos portões, não se levando em conta o motivo do atraso, terá vedada sua entrada no prédio e será eliminado do concurso.

8.31 Não haverá funcionamento de guarda-volumes, e a INAZ DO PARÁ não se responsabilizará por perdas, danos ou extravios de objetos ou documentos pertencentes aos candidatos.

8.33 Se o candidato, iniciadas as provas, desistir de fazê-las, precisa devolver ao fiscal de sala, devidamente assinados, a Folha de Respostas e o Caderno de Provas de Múltipla Escolha (completo).

8.33 O candidato somente poderá deixar o prédio após decorridas 1h (uma hora) do início dessas provas e poderá levar consigo o caderno de prova quando decorrerem 2h (duas horas) do início desta.

8.34 Em cada sala, os dois últimos candidatos a terminarem as provas deverão deixar o recinto ao mesmo tempo e deverão assinar a Ata de Aplicação de Provas.

8.35 O candidato precisa transcrever as respostas das Provas de Múltipla Escolha para a Folha de Respostas, que precisa ser assinada no local indicado. A Folha de Respostas é o único documento válido para correção das Provas de Múltipla Escolha, e o seu preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que precisa proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria Folha de Respostas.

8.36 O candidato que fizer essas provas e deixar de assinar a Folha de Respostas no local indicado será eliminado do concurso.

8.37 A Folha de Respostas será personalizada e não será substituída, em nenhuma hipótese, por motivo de rasuras ou de marcações incorretas.

8.38 O candidato que não entregar a Folha de Respostas ao término de suas Provas será eliminado do concurso.

8.39 Será eliminado deste concurso o candidato que, sem a devida autorização da INAZ DO PARÁ, deixar o local de provas durante a realização das Provas.

8.40 O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar, em hipótese alguma.



8.41 Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada para as provas.

8.42 O candidato que fizer uso de medicamento precisa trazê-lo consigo e informar ao fiscal de sala sobre a necessidade de sua administração.

8.43 À candidata lactante, fica resguardado o direito de amamentar, no horário de aplicação das provas, em local indicado pela coordenação do concurso, ficando vedada a comunicação com o(a) acompanhante do bebê.

8.44 A INAZ DO PARÁ não fornecerá acompanhante para guarda de criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas. O acompanhante adulto será o responsável pela guarda da criança, ficará em sala reservada indicada pela coordenação e precisa estar presente no prédio antes do horário de fechamento do portão.

8.45 Na ocorrência de alguma irregularidade, tentativa ou comprovação de fraude, o candidato será, a qualquer tempo, eliminado do concurso e estará sujeito a outras penalidades legais, garantindo-se, contudo, ao candidato o direito ao contraditório e à ampla defesa, situação em que o candidato será notificado, devendo manifestar-se no prazo de três dias úteis.

8.46 O Gabarito Oficial das Provas de Múltipla Escolha será divulgado na internet, no endereço www.paconcursos.com.br, até o dia seguinte da aplicação dessas provas.

9. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

9.1 A Prova de Títulos terá caráter exclusivamente **classificatório**, não sendo eliminatória, e será aplicada apenas aos candidatos de nível superior, conforme previsto neste Edital.

9.2 A não apresentação de títulos não implicará em desclassificação do candidato, que, nessa hipótese, terá como pontuação final apenas a nota obtida nas demais etapas do concurso.

9.3 Serão convocados para a Prova de Títulos **todos os candidatos classificados na Prova Objetiva** para os cargos de nível superior.

9.4 A documentação comprobatória deverá ser enviada **exclusivamente por meio eletrônico**, através da Área do Candidato no endereço www.paconcursos.com.br, dentro do prazo estabelecido no cronograma do certame.

9.5 Não será admitido envio posterior, complementação de documentos ou apresentação física em papel. O candidato que não enviar os títulos na forma, prazo e condições estipuladas neste Edital receberá nota zero nesta etapa.

9.6 Os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas em cartório ou em formato eletrônico com certificação digital de autenticidade. Serão aceitos, sem necessidade de autenticação, apenas documentos emitidos eletronicamente com código de verificação ou sistema de autenticação pública.

9.7 Os títulos apresentados devem estar diretamente relacionados à área de atuação do cargo em disputa, não sendo aceitos cursos, certificados ou experiências profissionais estranhas à área.



9.8 A pontuação da Prova de Títulos obedecerá aos critérios estabelecidos nos quadros a seguir, considerando-se o valor unitário e o valor máximo de cada categoria, sendo aceitos, no máximo, **2 (dois) títulos por categoria**.

QUADRO I – AVALIAÇÃO DE TÍTULOS DE NÍVEL SUPERIOR

Alínea	Título	Valor Unitário	Quantidade Máxima	Valor Máximo
A	Doutorado na área específica	1,5	até 2	3,0
B	Mestrado na área específica	1,0	até 2	2
C	Especialização (mín. 360h) na área específica	0,5	até 2	1,0
D	Experiência profissional de nível superior na área específica (pública ou privada) – por ano completo	0,5	até 2	1,0

Pontuação máxima da prova de títulos: 7,0 pontos

9.9 Serão aceitos apenas **diplomas ou certificados de cursos concluídos**. Não serão pontuados comprovantes de matrícula, históricos sem certificado de conclusão, declarações de cursando ou documentos equivalentes.

9.10 A experiência profissional somente será pontuada se relacionada diretamente à área de atuação do cargo e desde que devidamente comprovada por:

- a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com identificação do candidato e contrato de trabalho;
- b) certidão/declaração de tempo de serviço emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos, no caso de experiência na Administração Pública;

9.11 Não serão aceitos como experiência profissional: estágios, monitorias, bolsas de estudo, cargos honoríficos ou atividades sem vínculo formal comprovado.

9.12 Para fins de pontuação de experiência profissional, somente será considerada a atuação exercida **após a conclusão da escolaridade mínima exigida para o cargo**.

9.13 Não será computada fração de ano nem sobreposição de períodos de experiência.

9.14 Cada título será considerado uma única vez, para uma única categoria, vedada a dupla pontuação.

9.15 Serão desconsiderados os documentos que não apresentem clareza, legibilidade ou autenticidade.

9.16 A veracidade dos documentos apresentados é de inteira responsabilidade do candidato. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade documental implicará na anulação da pontuação atribuída, com a consequente eliminação do candidato, sem prejuízo das demais sanções legais.

9.17 O resultado preliminar da Prova de Títulos será divulgado no endereço eletrônico



www.paconcursos.com.br, sendo passível de recurso, nos termos do item específico deste Edital.

9.18 Após análise dos recursos, será publicado o **resultado definitivo da Prova de Títulos**, que será **irrecorrível na esfera administrativa**.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 A classificação final dos candidatos será definida a partir da soma das notas obtidas exclusivamente nas etapas de caráter classificatório sob responsabilidade da Banca Organizadora, conforme o cargo em disputa:

- a) Cargo de Nível Médio: Prova Objetiva
- b) Cargo de Nível Superior: Prova Objetiva + Prova de Títulos.

10.2 Serão eliminados do concurso os candidatos que não obtiverem aprovação em quaisquer das etapas eliminatórias realizadas pela Banca Organizadora, ainda que tenham alcançado nota suficiente para classificação nas etapas classificatórias.

10.3 Em caso de empate na nota final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) O candidato idoso com idade mais elevada, nos termos dos artigos 1º e 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
- c) O candidato com o maior número de pontos em Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva;
- d) O candidato com a maior nota na prova de Legislação;
- e) O candidato com a maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- f) O candidato com a maior nota na prova de Matemática;
- g) O candidato com a maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- h) Persistindo o empate, o candidato não idoso de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

10.4 A classificação final sob responsabilidade da Banca Organizadora será publicada no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br, em ordem decrescente de pontos.

11. DOS RECURSOS

11.1 Caberá recurso, observado o prazo e as condições previstas neste Edital, contra:

- a) decisão de indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- b) decisão de indeferimento da solicitação de participação em vagas reservadas às pessoas com deficiência (PcD), bem como de pedidos de condições especiais para realização de provas;
- c) resultado preliminar das inscrições homologadas;
- d) gabarito preliminar e/ou questões da Prova Objetiva de múltipla escolha;
- e) resultado preliminar da Prova Objetiva;
- f) resultado preliminar da Análise de Títulos;
- g) resultado preliminar da classificação final.

11.2 A interposição de recursos deverá ser efetuada exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br, mediante o preenchimento de formulário próprio disponibilizado para este fim, com possibilidade de anexação de arquivos comprobatórios, até as 16h (horário



local) da data final definida no cronograma do concurso.

11.3 O recurso deverá ser apresentado de forma individualizada para cada objeto de impugnação, devidamente fundamentado, contendo exposição clara e objetiva dos fatos e fundamentos técnicos ou jurídicos, com indicação precisa das razões de inconformismo, podendo ser utilizadas referências legais, doutrinárias ou jurisprudenciais pertinentes.

11.4 Os documentos anexados deverão estar legíveis e completos, sob pena de não conhecimento do recurso.

11.5 Em caso de recurso contra gabarito ou questões da Prova Objetiva, o candidato deverá indicar, de forma específica, a questão impugnada, fundamentando o pedido com argumentação técnica e consistente, sob pena de indeferimento liminar.

11.6 Não serão conhecidos recursos:

- a) apresentados fora do prazo estabelecido;
- b) em desacordo com as especificações deste Edital;
- c) sem fundamentação lógica e consistente;
- d) com conteúdo ofensivo ou desrespeitoso à Banca Examinadora;
- e) interpostos contra outros candidatos ou terceiros;
- f) que reproduzam, no essencial, argumentação idêntica a outros já apresentados;
- g) que indiquem questão incompatível com a fundamentação apresentada.

11.7 A análise dos recursos poderá resultar em:

- a) manutenção do ato recorrido;
- b) alteração de gabarito, hipótese em que será divulgado gabarito oficial definitivo, aplicável a todos os candidatos;
- c) anulação de questão, hipótese em que a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos;
- d) alteração de notas ou da classificação, podendo resultar em reclassificação superior ou inferior, ou mesmo em eliminação, caso não atingida a nota mínima exigida.

11.8 O resultado dos recursos e, se for o caso, as alterações decorrentes, serão publicados no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br, constituindo-se esta a única forma oficial de divulgação.

11.9 As decisões da Banca Examinadora serão definitivas na esfera administrativa, não cabendo novos recursos, ressalvados os casos de erro material, hipótese em que poderá haver retificação posterior.

11.10 Não serão aceitos pedidos de revisão de recursos já apreciados, nem recursos sobre decisões proferidas em grau recursal, salvo na hipótese prevista no subitem anterior.

12. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

12.1 A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade entre ampla concorrência e cotas para pessoas com deficiência (PcD), conforme legislação



vigente.

12.2 Serão publicadas listas distintas de classificação final para cada modalidade de concorrência (ampla concorrência e cotas para pessoas com deficiência), observada a legislação aplicável.

12.3 A partir da homologação do Concurso Público, a nomeação, posse e exercício dos candidatos obedecerão rigorosamente à ordem de classificação final, condicionados à necessidade da Administração e ao limite de despesas com pessoal fixado na Constituição Federal e demais normas aplicáveis.

12.4 A aprovação e classificação final conferem ao candidato apenas a expectativa de direito à nomeação, não sendo obrigatória a convocação de todos os aprovados. A Prefeitura reserva-se o direito de nomear em número que atenda ao interesse público, durante o prazo de validade do concurso.

12.5 No ato da posse, o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se ocupa outro cargo, emprego ou função pública, e/ou se é aposentado por regime próprio de previdência em qualquer esfera federativa.

12.6 A Administração poderá exigir declarações adicionais, documentos complementares ou diligências, a qualquer tempo, antes ou durante a posse.

12.7 Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticadas de documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas quando acompanhadas do original para conferência, salvo documentos emitidos eletronicamente com código de validação.

12.8 Os candidatos convocados, obedecida a ordem de classificação e comprovados os requisitos mínimos deste Edital, serão submetidos a exame médico admissional, bem como à verificação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para os cargos em que sua apresentação seja requisito legal.

12.9 O candidato que não obtiver aptidão no exame médico admissional ou não comprovar a posse da CNH na categoria mínima exigida (quando aplicável) será considerado inapto e automaticamente eliminado do certame.

12.10 O não comparecimento ao exame médico, à assinatura da posse ou à entrada em exercício nas datas fixadas, sem justificativa aceita pela Administração, implicará desistência tácita e eliminação do concurso.

12.11 O prazo para apresentação do candidato à Prefeitura passará a contar da data de publicação do edital de convocação para nomeação, no Diário Oficial ou no meio oficial utilizado pela Administração.

12.12 O candidato que não comprovar os requisitos mínimos exigidos para o cargo ou não aceitar a vaga para a qual foi convocado será eliminado deste Concurso Público.

12.13 É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o endereço e demais dados de contato junto à Prefeitura, não sendo aceitas alegações de desconhecimento da convocação por desatualização cadastral.

12.14 Será impedida a posse do candidato que apresentar declaração falsa ou inexata, não atender aos requisitos legais ou não comprovar as condições exigidas neste Edital na data estabelecida.

12.15 O candidato com deficiência convocado para vaga reservada será submetido a exame médico pré-admissional específico, destinado a avaliar a compatibilidade entre a deficiência declarada e as atribuições do



cargo, devendo apresentar laudo médico original atualizado.

12.16 Todos os custos relativos a exames médicos complementares solicitados durante o processo admissional serão de responsabilidade do candidato.

12.17 No momento da nomeação, o candidato deverá apresentar, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) Documento oficial de identidade com foto;
- b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- d) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);
- e) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria mínima exigida para o cargo, quando aplicável;
- f) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- g) Número do PIS/PASEP;
- h) Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- i) Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- j) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos dependentes, quando houver;
- k) Comprovante de residência atualizado;
- l) 01 (uma) fotografia 3x4 recente;
- m) Documentos que comprovem eventual desligamento de cargo público anterior, quando aplicável;
- n) Certidões negativas criminais expedidas nas esferas exigidas em edital de convocação.

12.18 A posse estará condicionada à apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por profissional legalmente habilitado, atestando a aptidão física e mental do candidato para o exercício do cargo, em conformidade com as atribuições previstas neste Edital.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Os itens deste Edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento a que se refiram. Nessas hipóteses, a modificação será divulgada por meio de edital complementar, retificação, aviso ou errata, sendo responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar, de forma contínua, todas as publicações oficiais no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br e, quando for o caso, no órgão de imprensa oficial do Município.

13.2 Os candidatos que obtiverem a pontuação mínima exigida e forem classificados serão convocados, gradativamente e na ordem de classificação, para Avaliação Médica, conforme edital de convocação, à medida da necessidade da Prefeitura Municipal de Mazagão - AP. A avaliação será de caráter eliminatório, de acordo com o laudo emitido por profissional designado para essa finalidade.

13.3 O Exame Médico Admissional será realizado obrigatoriamente por Médico do Trabalho. O exame básico, quando realizado por profissional indicado pela Prefeitura, será custeado pela Administração Pública. Exames complementares eventualmente solicitados serão de responsabilidade do candidato, que deverá apresentá-los no prazo estabelecido. O candidato considerado inapto poderá, no prazo de 03 (três) dias úteis após a ciência do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), interpor recurso administrativo, obrigatoriamente instruído com laudo pericial emitido por Médico do Trabalho e exames que comprovem a cura ou inexistência da condição apontada.



13.4 O candidato deverá manter atualizados todos os seus dados cadastrais no site www.paconcursos.com.br durante toda a vigência do Concurso Público. Após a homologação do certame, a atualização de endereço, e-mail e telefone deverá ser comunicada diretamente à Prefeitura Municipal de Mazagão - AP.

13.5 A Prefeitura Municipal de Mazagão - AP e a Inaz do Pará não se responsabilizam por prejuízos decorrentes de:

- a) Endereço não atualizado pelo candidato;
- b) Endereço de difícil acesso;
- c) Correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT por fornecimento incorreto ou incompleto do endereço;
- d) Recebimento de correspondência por terceiros.

13.6 Alterações legislativas ou normativas que entrem em vigor após a publicação deste Edital não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

13.7 Será eliminado do Concurso Público, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, o candidato que:

- a) Burlar ou tentar burlar as normas estabelecidas neste Edital ou demais publicações oficiais;
- b) Apresentar-se após o fechamento dos portões;
- c) Não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- d) Não apresentar documento de identificação oficial com foto;
- e) Ausentar-se da sala sem acompanhamento do fiscal;
- f) Deixar o local antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início da prova;
- g) Retirar da sala material não permitido ou a folha de respostas sem autorização;
- h) Desobedecer às regras estabelecidas pela organização;
- i) Perturbar a ordem dos trabalhos ou adotar comportamento inadequado.

13.8 A inexatidão das declarações ou irregularidades em documentos, constatadas a qualquer tempo, implicará nulidade da inscrição, das provas ou da admissão, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

13.9 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Prefeitura Municipal de Mazagão - AP e pela INAZ DO PARÁ, no âmbito de suas competências.

13.10 O candidato que se ausentar para utilizar o banheiro poderá ser submetido à revista com detector de metais na entrada e saída. A revista também poderá ser realizada a qualquer momento nas dependências do local de prova.

13.11 Medidas adicionais de segurança, visando o interesse coletivo, poderão ser adotadas a qualquer tempo pela organização, independentemente de comunicação prévia.

13.12 O candidato que necessitar de comprovante de comparecimento à prova deverá solicitá-lo à Coordenação no dia de sua realização.

13.13 Não serão fornecidas informações sobre documentos pessoais de candidatos a terceiros, em cumprimento ao art. 31 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

13.14 A organizadora não se responsabiliza pela guarda ou devolução de documentos apresentados para



participação no certame.

13.15 A fraude ou tentativa de fraude às normas deste Edital acarretará a eliminação sumária do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

13.16 O resultado final do Concurso Público será homologado pela autoridade competente e publicado no órgão oficial e/ou em jornal de grande circulação, bem como no endereço eletrônico www.paconcursos.com.br.

13.17 Integram este Edital os seguintes anexos:

- A) ANEXO I – Quadro de vagas;
- B) ANEXO II – Cronograma;
- C) ANEXO III – Conteúdo programático.
- D) ANEXO IV – Modelo de impugnação ao Edital

19.18 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mazagão - AP, 19 de janeiro de 2026.

MANOEL SOUZA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
MAZAGÃO - AP



ANEXO I – QUADRO DE VAGAS

CÓD	CARGOS	VAGAS			REQUISITOS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO	TAXA
		AC	PCD	CR				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)								
NÍVEL MÉDIO								
101	Agente Administrativo	8	1	9	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00
102	Digitador	5	1	6	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00
103	Educador Social	1	0	1	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00
104	Fiscal de Tributos	2	0	2	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 2.500,00	120,00
NÍVEL MÉDIO TÉCNICO								
105	Técnico Agrícola	3	0	3	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Agropecuária + Registro CFTA/CRTA	40h	R\$ 2.020,44	120,00
106	Técnico Ambiental	2	0	2	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Meio Ambiente + Registro CFT/CRT	40h	R\$ 2.020,44	120,00
107	Técnico de Pesca	2	0	2	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Pesca + Registro CFTA/CRTA	40h	R\$ 2.020,44	120,00



108	Técnico em Informática	4	1	5	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Informática	40h	R\$ 2.020,44	120,00
109	Técnico Imobiliário	1	0	1	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Transações Imobiliárias + Registro CRECI	40h	R\$ 2.020,44	120,00
NÍVEL SUPERIOR								
110	Analista Administrativo	2	0	1	Ensino Superior Completo	40h	R\$ 2.500,00	150,00
111	Arquiteto	2	0	2	Ensino Superior Completo em Arquitetura e Urbanismo + Registro CAU	40h	R\$ 2.500,00	150,00
112	Assessor Jurídico	3	0	3	Ensino Superior Completo em Direito + Registro OAB	40h	R\$ 2.500,00	150,00
113	Assistente Jurídico	3	0	1	Ensino Superior Completo em Direito	40h	R\$ 2.500,00	150,00
114	Assistente Social	4	1	5	Ensino Superior Completo em Serviço Social + Registro CRESS	40h	R\$ 2.500,00	150,00
115	Auditor Fiscal	2	0	3	Ensino Superior Completo	40h	R\$ 2.500,00	150,00
116	Contador	2	0	2	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis + Registro CRC	40h	R\$ 2.500,00	150,00
117	Economista	1	0	1	Ensino Superior Completo em Ciências Econômicas + Registro CORECON	40h	R\$ 2.500,00	150,00



118	Educador Físico	1	0	1	Ensino Superior Bacharelado em Educação Física + Registro CREF	40h	R\$ 2.500,00	150,00
119	Enfermeiro	1	0	1	Ensino Superior Completo em Enfermagem + Registro COREN	40h	R\$ 2.500,00	150,00
120	Engenheiro Agrônomo	2	0	2	Ensino Superior Completo em Engenharia Agrônômica (Agronomia) + Registro CREA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
121	Engenheiro Ambiental	1	0	1	Ensino Superior Completo em Engenharia Ambiental + Registro CREA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
122	Engenheiro Civil	3	0	3	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil + Registro CREA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
123	Engenheiro de Pesca	1	0	1	Ensino Superior Completo em Engenharia de Pesca + Registro CREA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
124	Engenheiro Florestal	2	0	2	Ensino Superior Completo em Engenharia Florestal + Registro CREA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
125	Geógrafo	1	0	1	Ensino Superior Completo em Geografia + Registro CREA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
126	Nutricionista	1	0	1	Ensino Superior Completo em Nutrição + Registro CRN	40h	R\$ 2.500,00	150,00
127	Psicólogo	2	0	2	Ensino Superior Completo em Psicologia + Registro CRP	40h	R\$ 2.500,00	150,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)								
NÍVEL MÉDIO								
128	Agente Administrativo	1	0	1	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00
129	Digitador	2	0	2	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00
130	Educador Social	1	0	1	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00
NÍVEL MÉDIO TÉCNICO								
131	Técnico de Enfermagem	17	1	9	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Enfermagem + Registro COREN	40h	R\$ 2.020,44 + Complementação do Piso	120,00
132	Técnico em Informática	2	0	2	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Informática	40h	R\$ 2.020,44	120,00
NÍVEL SUPERIOR								
133	Administrador	1	0	1	Ensino Superior Completo em Administração + Registro CRA	40h	R\$ 2.500,00	150,00
134	Assessor Jurídico	1	0	1	Ensino Superior Completo em Direito + Registro OAB	40h	R\$ 2.500,00	150,00
135	Assistente Social	4	0	2	Ensino Superior Completo em Serviço Social + Registro CRESS	40h	R\$ 2.500,00	150,00



136	Contador	1	0	1	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis + Registro CRC	40h	R\$ 2.500,00	150,00
137	Educador Físico	2	0	2	Ensino Superior Completo em Educação Física + Registro CREF	40h	R\$ 2.500,00	150,00
138	Enfermeiro	8	1	5	Ensino Superior Completo em Enfermagem + Registro COREN	40h	R\$ 2.500,00 + Complementação do Piso	150,00
139	Farmacêutico	4	1	2	Ensino Superior Completo em Farmácia + Registro CRF	40h	R\$ 2.500,00	150,00
140	Fisioterapeuta	4	1	4	Ensino Superior Completo em Fisioterapia + Registro CREFITO	40h	R\$ 2.500,00	150,00
141	Nutricionista	4	0	3	Ensino Superior Completo em Nutrição + Registro CRN	40h	R\$ 2.500,00	150,00
142	Psicólogo	4	0	2	Ensino Superior Completo em Psicologia + Registro CRP	40h	R\$ 2.500,00	150,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)								
NÍVEL MÉDIO								
143	Cuidador Infantil	19	1	10	Ensino Médio Completo + Curso na área de Cuidados Infantis (mín. 80h)	40h	R\$ 1.621,00	120,00
144	Digitador	2	0	1	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.621,00	120,00



NÍVEL SUPERIOR								
145	Assessor Jurídico	1	0	1	Ensino Superior Completo em Direito + Registro OAB	40h	R\$ 2.500,00	150,00
146	Assistente Social	3	0	3	Ensino Superior Completo em Serviço Social + Registro CRESS	40h	R\$ 2.500,00	150,00
147	Contador	1	0	1	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis + Registro CRC	40h	R\$ 2.500,00	150,00
148	Neuropsicólogo	1	0	1	Ensino Superior Completo em Psicologia + Especialização em Neuropsicologia + Registro CRP	40h	R\$ 2.500,00	150,00
149	Nutricionista	4	0	3	Ensino Superior Completo em Nutrição + Registro CRN	40h	R\$ 2.500,00	150,00
150	Pedagogo	11	1	5	Ensino Superior Completo em Pedagogia	40h	R\$ 4.502,18	150,00
151	Pedagogo Educ. Inclusiva Especial	13	1	7	Ensino Superior Completo em Pedagogia + Especialização em Educação Inclusiva/Educação Especial	40h	R\$ 4.502,18	150,00
152	Prof. De Educ. Infantil (Zona Urbana)	19	1	10	Ensino Superior Completo em Pedagogia	40h	R\$ 4.502,18	150,00
153	Prof. De Educ. Infantil (Zona Rural)	28	2	15	Ensino Superior Completo em Pedagogia	40h	R\$ 4.502,18	150,00
154	Prof. De Ensino Fundamental	28	2	15	Ensino Superior Completo em Pedagogia	40h	R\$ 4.502,18	150,00



155	Prof. De Ensino Fundamental (Zona Rural)	47	3	25	Ensino Superior Completo em Pedagogia	40h	R\$ 4.502,18	150,00
156	Prof. De Matemática	1	0	1	Ensino Superior Completo em Matemática (Licenciatura)	40h	R\$ 4.502,18	150,00
157	Professor de Ed. Física	9	1	5	Ensino Superior Completo em Educação Física (Licenciatura)	40h	R\$ 2.500,00 + Complementação do Piso	150,00
158	Professor de Ling. Portuguesa	1	0	1	Ensino Superior Completo em Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura)	40h	R\$ 4.502,18	150,00
159	Psicólogo	4	0	2	Ensino Superior Completo em Psicologia + Registro CRP	40h	R\$ 2.500,00	150,00
160	Psicopedagogo	3	0	3	Ensino Superior Completo + Especialização em Psicopedagogia	40h	R\$ 2.500,00	150,00



ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos: identificação de tema, tese, finalidade e público-alvo; ideias principais e secundárias; inferências e informações implícitas; elementos de coesão e coerência; estrutura argumentativa; leitura crítica de textos multimodais e intertextualidade. 2. Gêneros e tipologias textuais: narrativo, descritivo, expositivo, injuntivo e argumentativo; principais gêneros (notícia, crônica, artigo de opinião, resenha, carta, edital, manual, anúncio, bula e textos digitais); adequação de registro e estilo. 3. Ortografia, acentuação e uso do hífen: regras ortográficas vigentes; emprego de letras e casos especiais; acentuação de oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; uso de maiúsculas e minúsculas; abreviaturas e siglas. 4. Pontuação e seus efeitos de sentido: vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, parênteses, travessão, aspas; pontuação em orações adjetivas e construções apositivas. 5. Morfologia e formação de palavras: classes de palavras (substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções, interjeições); flexões; processos de formação (derivação, composição e abreviação). 6. Sintaxe e concordância: termos da oração (sujeito, predicado, complementos e acessórios); concordância verbal e nominal em casos simples e complexos. 7. Regência, crase e colocação pronominal: regência verbal e nominal; regras e casos facultativos e proibidos da crase; próclise, ênclise e mesóclise. 8. Período composto e conectores: coordenação e subordinação; valores semânticos dos conectivos e seus efeitos na argumentação. 9. Vozes verbais e funções do “se”: voz ativa, passiva e reflexiva; funções do “se” como apassivador, índice de indeterminação do sujeito, parte integrante do verbo e pronome reflexivo/recíproco. 10. Semântica e estilística: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; denotação e conotação; polissemia e ambiguidade; principais figuras de linguagem (metáfora, metonímia, comparação, hipérbole, eufemismo, ironia, antítese, paradoxo, personificação, eclipse e gradação). 11. Redação e norma padrão: estrutura de textos dissertativos-argumentativos; clareza, concisão, precisão vocabular e impessoalidade; noções de redação oficial (ofício, requerimento, memorando e comunicado); revisão textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Noções fundamentais de lógica e raciocínio lógico: proposições, valores lógicos (verdadeiro e falso), leitura e interpretação lógica de enunciados. 2. Lógica proposicional: proposições simples e compostas; conectivos lógicos (negação, conjunção, disjunção, condicional e bicondicional); tabelas-verdade; equivalências lógicas. 3. Argumentação lógica e inferências: análise de argumentos; validade e invalidade; identificação de conclusões a partir de premissas. 4. Conjuntos: noções de conjunto e subconjunto; operações entre conjuntos (união, interseção e diferença); diagramas de Venn; resolução de problemas envolvendo conjuntos. 5. Sequências e padrões: sequências numéricas, lógicas e figurais; reconhecimento de regularidades; progressões aritméticas simples; problemas de completamento de sequências. 6. Análise combinatória básica: princípio fundamental da contagem; problemas simples de arranjos, combinações e permutações. 7. Raciocínio lógico-matemático: resolução de problemas envolvendo as quatro operações; porcentagem; razão e proporção; problemas contextualizados. 8. Problemas de lógica e dedução: problemas envolvendo análise de informações, organização de dados, exclusão de hipóteses e conclusões lógicas. 9. Raciocínio espacial: relações de posição, direção e deslocamento; interpretação de figuras geométricas planas; visualização espacial. 10. Probabilidade básica: noções de experimento aleatório;



espaço amostral; cálculo de probabilidade simples. 11. Organização e análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos e quadros; extração de informações e resolução de problemas a partir de dados apresentados.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Aspectos gerais do Município de Mazagão e do Estado do Amapá: localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural, importância regional e integração ao contexto amazônico. 2. Geografia e meio ambiente: clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais do Amapá; preservação ambiental, sustentabilidade e impactos das atividades humanas. 3. Organização política e cidadania: noções sobre a organização político-administrativa do Brasil; competências da União, Estados e Municípios; direitos e deveres do cidadão; participação social. 4. Cultura, sociedade e economia: diversidade cultural; manifestações culturais tradicionais; atividades econômicas predominantes; desenvolvimento social e econômico regional. 5. Atualidades de interesse geral: temas relevantes do cenário local, estadual e nacional amplamente divulgados, relacionados à cidadania, saúde, educação, meio ambiente, tecnologia e sociedade, sem cobrança de datas, números específicos ou eventos pontuais.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal de 1988: princípios fundamentais do Estado brasileiro; fundamentos da República; direitos e garantias fundamentais; cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade. 2. Organização do Estado brasileiro: União, Estados, Distrito Federal e Municípios; competências gerais dos entes federativos; funções do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito municipal. 3. Administração Pública: princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; dever de atuação ética, transparente e voltada ao interesse público. 4. Servidor público e serviço público: noções gerais sobre o regime jurídico do servidor público; deveres, responsabilidades e conduta no exercício da função; atendimento ao público e zelo pelo patrimônio público. 5. Direitos humanos, ética e convivência social: respeito às diferenças; igualdade de direitos; proibição de discriminação; ética no serviço público; responsabilidade social e cumprimento das normas de convivência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Administração Pública: 1.1 Princípios constitucionais da Administração Pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal); 1.2 Estrutura e organização da Administração Pública direta e indireta; 1.3 Atos administrativos: conceito, elementos, atributos, espécies, invalidação e revogação; 1.4 Poderes da Administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 1.5 Serviços públicos: conceito, classificação, regime jurídico e formas de delegação; 1.6 Ética e cidadania no serviço público: responsabilidade funcional, comportamento ético e sigilo profissional; 1.7 Noções de processo administrativo e controle interno na Administração Pública. 2. Gestão Administrativa e Documental: 2.1 Administração e organização de escritórios e repartições públicas; 2.2 Protocolização e trâmite de documentos; 2.3 Redação e elaboração de documentos oficiais: ofícios, memorandos, requerimentos, despachos e relatórios, conforme o Manual de Redação da Presidência da República; 2.4 Arquivologia: princípios, tipos de arquivos, métodos de arquivamento, classificação, ordenação e conservação documental; 2.5 Protocolo e gestão eletrônica de documentos (GED): conceitos, vantagens e boas práticas; 2.6 Digitalização e uso de sistemas eletrônicos



administrativos (SEI, 1Doc, SIPAC, e-SIC, etc.); 2.7 Controle de correspondência e fluxo de informações internas; 2.8 Atendimento ao público: princípios de urbanidade, eficiência, empatia e sigilo. 3. Noções de Direito Administrativo e Constitucional: 3.1 Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil; 3.2 Competências da União, Estados e Municípios; 3.3 Direitos e garantias fundamentais aplicáveis à atuação do servidor público; 3.4 Licitação e contratos administrativos: conceitos, princípios e modalidades segundo a Lei nº 14.133/2021; 3.5 Responsabilidade civil do Estado e dos agentes públicos; 3.6 Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e alterações da Lei nº 14.230/2021: atos ímprobos, sanções e defesa do servidor; 3.7 Noções da Lei nº 8.112/1990: provimento, vacância, direitos e deveres, responsabilidades e penalidades. 4. Gestão de Recursos Humanos e Materiais: 4.1 Noções básicas de administração de pessoal: recrutamento, seleção, avaliação de desempenho e capacitação; 4.2 Registro e controle de frequência, folha de ponto e férias; 4.3 Relações interpessoais no ambiente de trabalho e trabalho em equipe; 4.4 Motivação, clima organizacional e comunicação institucional; 4.5 Controle patrimonial e almoxarifado: entrada, saída, tombamento e inventário; 4.6 Compras e aquisições de materiais: processos administrativos, cotação e registro de preços; 4.7 Gestão de contratos e prestação de contas de recursos públicos. 5. Informática e Tecnologia da Informação: 5.1 Conceitos básicos de hardware, software e sistemas operacionais (Windows, Linux); 5.2 Pacote Microsoft Office e LibreOffice: Word, Excel, PowerPoint, Writer e Calc; 5.3 Internet, intranet e correio eletrônico: conceitos, segurança e boas práticas no uso corporativo; 5.4 Gestão de arquivos digitais e armazenamento em nuvem; 5.5 Segurança da informação e proteção de dados pessoais conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD); 5.6 Noções de governo digital e transformação tecnológica na Administração Pública; 5.7 Princípios de acessibilidade digital e inclusão. 6. Atualidades e Cidadania: 6.1 Atualidades sobre política, economia, sociedade, meio ambiente e tecnologia no contexto nacional e local; 6.2 Noções de cidadania, democracia e participação social; 6.3 Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na gestão pública; 6.4 Transparência, controle social e uso de portais de acesso à informação; 6.5 Cultura organizacional e inovação no serviço público; 6.6 Noções de atendimento humanizado e diversidade no setor público.

CUIDADOR INFANTIL

1. Fundamentos da Educação Infantil: 1.1 Concepções contemporâneas de infância e desenvolvimento integral da criança; 1.2 O papel do cuidador infantil no contexto escolar e social; 1.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 1.4 Princípios do cuidado e da educação na primeira infância: afetividade, autonomia, ludicidade e convivência; 1.5 Relação entre cuidar, educar e brincar; 1.6 Ética profissional e postura no ambiente escolar; 1.7 Direitos da criança previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). 2. Desenvolvimento Infantil e Práticas de Cuidado: 2.1 Etapas do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança; 2.2 Rotinas de alimentação, sono, higiene e segurança; 2.3 Cuidados com crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação; 2.4 Interação cuidador-criança e construção de vínculos afetivos; 2.5 Mediação de conflitos e comportamento infantil; 2.6 A importância do brincar para o desenvolvimento e a aprendizagem; 2.7 Inclusão e respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e familiar. 3. Saúde, Primeiros Socorros e Segurança Infantil: 3.1 Noções básicas de primeiros socorros em situações comuns na infância (quedas, engasgos, cortes, febre, convulsões, intoxicações, afogamentos); 3.2 Prevenção de acidentes e riscos no ambiente escolar; 3.3 Cuidados com higiene pessoal e coletiva; 3.4 Controle e prevenção de doenças infectocontagiosas; 3.5 Cuidados com armazenamento de alimentos e medicação sob orientação da equipe de saúde; 3.6 Protocolos de segurança, evacuação e emergências; 3.7 Relação



com equipes pedagógicas, de saúde e família nos casos de urgência e vulnerabilidade. 4. Educação, Afetividade e Inclusão: 4.1 A afetividade como base das relações educativas; 4.2 Estratégias para promover acolhimento, empatia e convivência respeitosa; 4.3 Educação inclusiva e legislação correlata: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e políticas de acessibilidade; 4.4 O papel do cuidador na mediação entre aluno e professor; 4.5 Trabalho em equipe e comunicação assertiva com professores e famílias; 4.6 Incentivo à autonomia e responsabilidade da criança nas atividades cotidianas. 5. Noções de Psicologia e Pedagogia Infantil: 5.1 Teorias do desenvolvimento humano (Piaget, Vygotsky, Wallon e Erikson) e suas contribuições para o cuidado e a educação; 5.2 Observação e registro do comportamento infantil; 5.3 Estratégias de estímulo cognitivo, motor e emocional em contextos educativos; 5.4 Importância da rotina e da previsibilidade no ambiente da criança; 5.5 Linguagem, imaginação e expressão corporal na primeira infância; 5.6 A criança como sujeito de direitos, produtora de cultura e participante ativa do processo educativo. 6. Legislação e Políticas Públicas: 6.1 Constituição Federal de 1988 – artigos referentes à educação e proteção à infância; 6.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 6.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 6.4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; 6.5 Política Nacional da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016); 6.6 Noções de ética pública e deveres do servidor; 6.7 Sigilo profissional e responsabilidade do cuidador infantil. 7. Atualidades Educacionais: 7.1 Desafios contemporâneos da Educação Infantil no Brasil; 7.2 Inclusão digital e uso responsável das tecnologias na primeira infância; 7.3 Sustentabilidade, meio ambiente e práticas educativas integradoras; 7.4 Promoção da saúde mental e bem-estar na escola; 7.5 Cooperação entre família, escola e comunidade para o desenvolvimento integral da criança.

DIGITADOR

1. Noções de Administração e Organização do Trabalho: 1.1 Estrutura e funcionamento de escritórios e repartições públicas; 1.2 Princípios de eficiência, agilidade e qualidade no serviço administrativo; 1.3 Organização do ambiente de trabalho: ergonomia, iluminação, postura e prevenção de lesões por esforço repetitivo (LER/DORT); 1.4 Ética profissional, responsabilidade e sigilo de informações; 1.5 Fluxo de documentos, tramitação interna e controle de prazos; 1.6 Trabalho em equipe, comunicação organizacional e cooperação entre setores; 1.7 Atendimento ao público e noções de urbanidade e empatia no serviço público. 2. Digitação e Processamento de Dados: 2.1 Técnicas de digitação: postura correta, uso do teclado, noções de mecanografia e produtividade; 2.2 Velocidade e precisão na digitação: práticas de revisão e controle de erros; 2.3 Digitação de textos, tabelas, planilhas, ofícios e documentos administrativos; 2.4 Reconhecimento e correção ortográfica automática; 2.5 Procedimentos de conferência e validação de dados; 2.6 Padrões de formatação de textos conforme o Manual de Redação da Presidência da República; 2.7 Noções de redação técnica e padronização de documentos; 2.8 Boas práticas na digitação de informações sigilosas ou oficiais. 3. Informática e Tecnologia da Informação: 3.1 Conceitos básicos de hardware e software; 3.2 Sistemas operacionais (Windows, Linux e equivalentes): comandos, funções e gerenciamento de arquivos; 3.3 Pacote Microsoft Office e LibreOffice: uso prático de Word, Excel, Writer e Calc para produção e formatação de documentos; 3.4 Internet e intranet: navegação, pesquisa, download e upload de arquivos; 3.5 Correio eletrônico: boas práticas, segurança e etiqueta digital; 3.6 Armazenamento em nuvem e compartilhamento de dados; 3.7 Noções de backup e recuperação de informações; 3.8 Segurança da informação: senhas, antivírus, criptografia e boas práticas para proteção de dados; 3.9 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): princípios, direitos dos titulares e responsabilidades do servidor público. 4. Gestão Documental e Arquivística: 4.1 Tipos de



documentos e suas finalidades: administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos; 4.2 Protocolização, classificação, registro e arquivamento; 4.3 Métodos de arquivamento: alfabético, numérico, geográfico e temático; 4.4 Conservação, restauração e eliminação de documentos; 4.5 Gestão eletrônica de documentos (GED) e digitalização certificada; 4.6 Noções de preservação de arquivos digitais e de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). 5. Normas e Rotinas Administrativas: 5.1 Atos e comunicações oficiais: memorandos, ofícios, relatórios e requerimentos; 5.2 Padrões de expediente administrativo e uso adequado da linguagem formal; 5.3 Noções básicas de protocolo, controle de correspondência e malote; 5.4 Agendamento e controle de reuniões, pautas e atas; 5.5 Procedimentos para elaboração e conferência de planilhas administrativas; 5.6 Controle de entrada e saída de documentos e correspondências; 5.7 Noções básicas de administração pública e princípios constitucionais aplicáveis (art. 37 da CF/88). 6. Atualidades e Cidadania Digital: 6.1 Noções de governo digital e transformação tecnológica na gestão pública; 6.2 Ferramentas colaborativas e ambientes virtuais de trabalho; 6.3 Sustentabilidade e redução do uso de papel na administração pública; 6.4 Ética, transparência e responsabilidade no uso das tecnologias; 6.5 Impactos da inteligência artificial e da automação no trabalho administrativo; 6.6 Inclusão digital, acessibilidade e cidadania informacional; 6.7 Boas práticas de comunicação digital e comportamento ético em redes e ambientes corporativos.

EDUCADOR SOCIAL

1. Fundamentos da Educação e da Ação Social: 1.1 Concepções de educação formal, não formal e informal; 1.2 O papel do educador social como mediador de saberes e agente de transformação; 1.3 Princípios da educação popular e do pensamento de Paulo Freire: diálogo, emancipação e conscientização; 1.4 Processos educativos em espaços comunitários, culturais e institucionais; 1.5 Educação social e cidadania: promoção da dignidade humana, da justiça social e dos direitos coletivos; 1.6 Ética profissional, responsabilidade social e sigilo nas relações com o público; 1.7 Educação inclusiva e valorização da diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero. 2. Políticas Públicas e Legislação Social: 2.1 Constituição Federal de 1988 – direitos sociais e fundamentos da cidadania; 2.2 Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 – LOAS): princípios, diretrizes e benefícios; 2.3 Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); 2.4 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 2.5 Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; 2.6 Política Nacional da Juventude e direitos humanos de adolescentes e jovens; 2.7 Noções de programas sociais federais e municipais: CRAS, CREAS, PAIF, SCFV, Bolsa Família e Cadastro Único; 2.8 Relação entre Estado, sociedade civil e terceiro setor na execução das políticas públicas. 3. Práticas Socioeducativas e Comunitárias: 3.1 Planejamento, execução e avaliação de projetos sociais; 3.2 Técnicas de mobilização social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; 3.3 Metodologias participativas e intersetoriais na prática do educador social; 3.4 Trabalho com grupos: dinâmicas, oficinas, rodas de conversa e mediação de conflitos; 3.5 Educação para valores, ética e convivência; 3.6 Atuação com famílias em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal; 3.7 Promoção da cultura de paz, equidade e prevenção à violência; 3.8 Acolhimento e escuta qualificada no atendimento individual e coletivo. 4. Desenvolvimento Humano e Inclusão Social: 4.1 Noções de psicologia social e comunitária; 4.2 Etapas do desenvolvimento humano e fatores que influenciam o comportamento; 4.3 Relações interpessoais e construção da identidade social; 4.4 Vulnerabilidade, desigualdade e exclusão social no contexto brasileiro; 4.5 Trabalho do educador social na promoção da autonomia e do protagonismo dos sujeitos; 4.6 Prevenção ao uso de álcool e outras drogas; 4.7 Estratégias de enfrentamento à violação de direitos e fortalecimento de redes de proteção; 4.8



Atuação ética e integrada junto às equipes multiprofissionais. 5. Comunicação e Tecnologias na Educação Social: 5.1 Comunicação como instrumento de intervenção educativa e social; 5.2 Linguagens e mídias na ação social: oralidade, escrita, audiovisual e recursos digitais; 5.3 Uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação (TICs) em espaços educativos; 5.4 Alfabetização digital e inclusão tecnológica em comunidades vulneráveis; 5.5 Noções de cidadania digital, segurança e ética no uso das redes; 5.6 Produção de materiais educativos e campanhas socioeducativas; 5.7 Educação ambiental, sustentabilidade e responsabilidade coletiva; 5.8 Cultura popular, arte e expressão como meios de inclusão e transformação social. 6. Atualidades e Contexto Social Contemporâneo: 6.1 Questões sociais contemporâneas: pobreza, desigualdade, racismo, violência e exclusão; 6.2 Políticas de gênero, diversidade e direitos humanos; 6.3 Sustentabilidade, meio ambiente e economia solidária; 6.4 A atuação do educador social em tempos de crise e pós-pandemia; 6.5 Cidadania ativa, participação popular e controle social; 6.6 Educação antirracista e cultura de respeito à diferença; 6.7 Tendências atuais em políticas públicas de assistência e educação social; 6.8 Noções de planejamento governamental e participação comunitária.

FISCAL DE TRIBUTOS

1. Administração Pública e Ética no Serviço Público: 1.1 Princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da Constituição Federal): legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; 1.2 Estrutura e funções da Administração Pública direta e indireta; 1.3 Atos administrativos: conceito, elementos, atributos, espécies, invalidação e revogação; 1.4 Poder de polícia administrativa e seu exercício na fiscalização tributária; 1.5 Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público; 1.6 Ética, probidade e transparência na Administração Pública; 1.7 Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e suas alterações pela Lei nº 14.230/2021; 1.8 Atendimento ao público e comportamento ético do fiscal no exercício da função. 2. Noções de Direito Tributário: 2.1 Sistema Tributário Nacional: princípios gerais da tributação e espécies de tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios); 2.2 Competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; 2.3 Conceito de tributo, fato gerador, base de cálculo e sujeito passivo; 2.4 Lançamento tributário: modalidades, revisão e homologação; 2.5 Crédito tributário: constituição, suspensão, extinção e exclusão; 2.6 Responsabilidade tributária: do contribuinte, do substituto e de terceiros; 2.7 Dívida ativa e processo de cobrança; 2.8 Noções sobre o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) e princípios aplicáveis ao fiscal municipal. 3. Legislação Tributária Municipal: 3.1 Tributos de competência dos Municípios: IPTU, ISSQN, ITBI, taxas e contribuições de melhoria; 3.2 Fato gerador, base de cálculo, alíquotas e contribuintes de cada tributo municipal; 3.3 Normas sobre isenção, imunidade e remissão; 3.4 Procedimentos de fiscalização tributária: notificação, auto de infração, lavratura e defesa administrativa; 3.5 Regime de arrecadação e controle de receitas municipais; 3.6 Lançamento de ofício e obrigação acessória do contribuinte; 3.7 Noções sobre legislação fiscal local e papel do fiscal de tributos na aplicação das normas municipais; 3.8 Transparência e prestação de contas no âmbito tributário municipal. 4. Noções de Contabilidade e Finanças Públicas: 4.1 Conceitos básicos de contabilidade pública: receita, despesa, empenho, liquidação e pagamento; 4.2 Receitas públicas: categorias econômicas e estágios da arrecadação; 4.3 Noções de orçamento público, PPA, LDO e LOA; 4.4 Controle e fiscalização da execução orçamentária e financeira; 4.5 Princípios orçamentários; 4.6 Noções de responsabilidade fiscal conforme a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); 4.7 Indicadores fiscais e metas de resultado primário e nominal; 4.8 Relação entre arrecadação tributária e equilíbrio financeiro do Município. 5. Atendimento ao Contribuinte e Fiscalização: 5.1 Postura profissional do fiscal de tributos: urbanidade, empatia e comunicação eficaz; 5.2



Fiscalização preventiva e educativa; 5.3 Procedimentos de vistoria, conferência e auditoria documental; 5.4 Noções de processo administrativo fiscal e prazos legais; 5.5 Uso de tecnologias de informação na fiscalização e no controle de receitas; 5.6 Registro e controle informatizado de débitos e créditos tributários; 5.7 Redação técnica de autos, relatórios e notificações; 5.8 Atendimento presencial e digital ao contribuinte: transparência, acessibilidade e ética. 6. Informática Aplicada à Fiscalização: 6.1 Conceitos básicos de informática e segurança da informação; 6.2 Uso de planilhas eletrônicas e bancos de dados para controle fiscal; 6.3 Sistemas eletrônicos de arrecadação e fiscalização tributária; 6.4 Certificação digital e autenticação eletrônica de documentos; 6.5 Governo digital e Lei nº 14.129/2021; 6.6 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e sua aplicação à gestão tributária; 6.7 Prevenção de fraudes eletrônicas e boas práticas de cibersegurança; 6.8 Noções de auditoria eletrônica e cruzamento de informações fiscais. 7. Atualidades e Cidadania Fiscal: 7.1 Educação fiscal e consciência cidadã sobre o papel dos tributos; 7.2 Combate à sonegação e incentivo à arrecadação voluntária; 7.3 Transparência pública e controle social das receitas municipais; 7.4 Finanças públicas e desenvolvimento local sustentável; 7.5 Inovações tecnológicas na arrecadação e fiscalização; 7.6 Noções de reforma tributária e modernização da gestão fiscal; 7.7 Sustentabilidade e responsabilidade social na administração tributária; 7.8 Ética e probidade como fundamentos da justiça fiscal.

TÉCNICO AMBIENTAL

1. Fundamentos de Ecologia e Meio Ambiente: 1.1 Conceitos básicos de ecossistema, biomas e biodiversidade; 1.2 Relações ecológicas e ciclos biogeoquímicos; 1.3 Dinâmica de populações e sucessão ecológica; 1.4 Impactos ambientais e suas tipologias: desmatamento, erosão, poluição do ar, da água e do solo; 1.5 Conservação e uso sustentável dos recursos naturais; 1.6 Serviços ecossistêmicos e equilíbrio ambiental; 1.7 Noções de educação ambiental e cidadania ecológica. 2. Legislação e Políticas Públicas Ambientais: 2.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 23, 24, 225 e demais dispositivos ambientais; 2.2 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): objetivos, instrumentos e competências; 2.3 Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e suas instituições: CONAMA, IBAMA, ICMBio e órgãos estaduais e municipais; 2.4 Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); 2.5 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): princípios, responsabilidades e planos de gestão; 2.6 Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais: infrações, sanções e responsabilidade penal e administrativa; 2.7 Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) e acordos internacionais sobre sustentabilidade; 2.8 Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aplicados à gestão ambiental. 3. Gestão Ambiental e Sustentabilidade: 3.1 Planejamento e implementação de políticas e programas ambientais; 3.2 Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); 3.3 Licenciamento ambiental: etapas, modalidades e responsabilidades dos entes públicos; 3.4 Sistemas de gestão ambiental: ISO 14001 e práticas de auditoria ambiental; 3.5 Indicadores de sustentabilidade e ecoeficiência; 3.6 Planejamento territorial e zoneamento ambiental; 3.7 Princípios do desenvolvimento sustentável e economia circular; 3.8 Responsabilidade socioambiental e governança pública. 4. Recursos Naturais e Saneamento Ambiental: 4.1 Gestão e conservação de recursos hídricos e bacias hidrográficas; 4.2 Uso e ocupação do solo e práticas de manejo sustentável; 4.3 Noções de geoprocessamento e sensoriamento remoto aplicados à gestão ambiental; 4.4 Saneamento básico e ambiental: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de resíduos sólidos; 4.5 Controle e monitoramento da poluição ambiental; 4.6 Recuperação de áreas degradadas (PRAD) e reflorestamento; 4.7 Gestão de áreas protegidas e unidades de conservação; 4.8 Prevenção e controle de



queimadas, erosão e deslizamentos. 5. Resíduos e Educação Ambiental: 5.1 Classificação dos resíduos: sólidos urbanos, industriais, hospitalares e perigosos; 5.2 Coleta seletiva, reciclagem e logística reversa; 5.3 Armazenamento, transporte e disposição final adequada; 5.4 Educação ambiental como instrumento de gestão participativa; 5.5 Participação comunitária e controle social nas políticas ambientais; 5.6 Projetos de sensibilização ambiental em escolas, comunidades e órgãos públicos; 5.7 Consumo consciente e redução de desperdícios; 5.8 Sustentabilidade no setor público: práticas de economia de água, energia e papel. 6. Saúde e Segurança no Trabalho Ambiental: 6.1 Normas de segurança aplicadas ao trabalho de campo (NR-6, NR-9, NR-15 e NR-33); 6.2 Equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs); 6.3 Noções de primeiros socorros e prevenção de acidentes ambientais; 6.4 Segurança em atividades de coleta, análise e transporte de amostras; 6.5 Monitoramento de agentes ambientais: ruído, poeira, vibração e radiação; 6.6 Ergonomia e prevenção de doenças ocupacionais; 6.7 Procedimentos de emergência e contenção de vazamentos; 6.8 Responsabilidade ética e técnica do profissional ambiental. 7. Atualidades e Inovações Tecnológicas: 7.1 Tecnologias limpas e energias renováveis (solar, eólica, biomassa e hídrica); 7.2 Inovação e economia verde; 7.3 Cidades sustentáveis e gestão integrada de resíduos; 7.4 Políticas públicas e inovação no combate às mudanças climáticas; 7.5 Aplicações de inteligência artificial e big data no monitoramento ambiental; 7.6 Indicadores globais de sustentabilidade e relatórios ESG; 7.7 Agricultura sustentável e práticas agroecológicas; 7.8 Tendências contemporâneas em gestão e governança ambiental.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

1. Fundamentos de Informática e Hardware: 1.1 Conceitos básicos de informática: dados, informações e sistemas computacionais; 1.2 Estrutura e funcionamento do computador: componentes de hardware, dispositivos de entrada, saída e armazenamento; 1.3 Arquitetura e organização de computadores: processadores, barramentos, memórias e periféricos; 1.4 Instalação, configuração e manutenção de microcomputadores; 1.5 Diagnóstico de falhas e substituição de componentes; 1.6 Noções de compatibilidade, desempenho e consumo de energia; 1.7 Montagem e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática. 2. Sistemas Operacionais: 2.1 Conceitos e funções básicas de sistemas operacionais; 2.2 Instalação, configuração e gerenciamento de sistemas Windows e Linux; 2.3 Estrutura de diretórios, permissões de acesso e gerenciamento de usuários; 2.4 Ferramentas administrativas e comandos essenciais; 2.5 Sistema de arquivos, drivers, serviços e gerenciamento de dispositivos; 2.6 Atualização, backup e recuperação do sistema; 2.7 Noções de virtualização e máquinas virtuais. 3. Redes de Computadores: 3.1 Conceitos básicos de redes e topologias; 3.2 Tipos de redes: LAN, MAN, WAN e WLAN; 3.3 Modelo OSI e modelo TCP/IP: camadas e protocolos; 3.4 Endereçamento IP, máscara de sub-rede e configuração de redes locais; 3.5 Equipamentos de rede: switches, roteadores, hubs e access points; 3.6 Configuração e compartilhamento de impressoras e recursos em rede; 3.7 Segurança e controle de acesso em redes; 3.8 Noções de cabeamento estruturado e padrões de conectores; 3.9 Testes, manutenção e monitoramento de redes. 4. Aplicações e Pacotes de Escritório: 4.1 Uso dos aplicativos Microsoft Office e LibreOffice: Word, Excel, PowerPoint, Writer e Calc; 4.2 Formatação de textos, criação de planilhas e gráficos, fórmulas e funções; 4.3 Modelos e automatização de relatórios administrativos; 4.4 Integração entre programas e exportação de arquivos; 4.5 Conversão, compressão e manipulação de formatos de mídia e documentos digitais; 4.6 Impressão, digitalização e compartilhamento de arquivos em rede. 5. Internet e Segurança da Informação: 5.1 Conceitos de Internet, intranet e protocolos de comunicação (HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, DNS, DHCP); 5.2 Correio eletrônico: configuração, boas práticas e etiqueta digital; 5.3 Navegação segura e políticas de uso corporativo; 5.4 Conceitos de firewall, proxy e VPN; 5.5



Antivírus, antispayware e ferramentas de proteção; 5.6 Noções de criptografia e certificação digital; 5.7 Política de segurança da informação e sigilo de dados; 5.8 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): princípios, direitos e deveres do servidor público; 5.9 Prevenção de fraudes eletrônicas e ataques cibernéticos (phishing, ransomware e engenharia social). 6. Atualidades e Inovação Tecnológica: 6.1 Computação em nuvem e armazenamento remoto; 6.2 Internet das Coisas (IoT) e automação de ambientes; 6.3 Inteligência artificial, aprendizado de máquina e uso ético da IA; 6.4 Cidades inteligentes e governo digital (Lei nº 14.129/2021); 6.5 Sustentabilidade tecnológica e descarte adequado de lixo eletrônico; 6.6 Blockchain, criptomoedas e novas tecnologias emergentes; 6.7 Cultura DevOps e integração contínua; 6.8 Tendências em tecnologia da informação e comunicação na administração pública.

TÉCNICO IMOBILIÁRIO

1. Fundamentos e Legislação Profissional Aplicada ao Setor Público: 1.1 Profissão de Técnico em Transações Imobiliárias (TTI): atribuições, responsabilidades, limites de atuação e interfaces com a Administração Pública; 1.2 Lei nº 6.530/1978 e Decreto nº 81.871/1978: regulamentação da profissão e funcionamento do COFECI/CRECI; 1.3 Ética profissional e Código de Ética: deveres, vedações e padrões de conduta; 1.4 Exercício profissional no âmbito municipal: interesse público, impessoalidade, cautelas documentais e prevenção de conflito de interesses; 1.5 Sigilo profissional e responsabilidade civil, administrativa e funcional; 1.6 Infrações e penalidades previstas na legislação profissional; 1.7 Noções de representação, mandato e intermediação, com limites legais e orientação ao cidadão. 2. Noções de Direito e Legislação Imobiliária com Ênfase Municipal: 2.1 Noções de Direito Civil aplicadas ao contexto imobiliário; 2.2 Contratos e instrumentos imobiliários: compra e venda, promessa de compra e venda, locação, comodato, permuta, financiamento e alienação fiduciária; 2.3 Código Civil (Lei nº 10.406/2002): posse, propriedade e direitos reais; 2.4 Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato); 2.5 Lei nº 4.591/1964: condomínio edilício e incorporações; 2.6 Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos): princípios e atos registrares essenciais; 2.7 Lei nº 13.097/2015: concentração dos atos na matrícula e segurança jurídica; 2.8 Regularização fundiária urbana e rural, com ênfase na Lei nº 13.465/2017 (REURB) e atuação municipal. 3. Avaliação, Vistoria e Administração Imobiliária para Finalidades Administrativas: 3.1 Noções de avaliação imobiliária e conceitos de valor para fins administrativos; 3.2 Métodos de avaliação: comparativo, custo e renda; 3.3 Normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 14653): noções e aplicação a pareceres técnicos e relatórios de vistoria; 3.4 Fatores de valorização imobiliária; 3.5 Vistoria imobiliária: procedimentos e relatórios; 3.6 Administração de imóveis urbanos e rurais: gestão, manutenção, cobrança e mediação de conflitos; 3.7 Controle financeiro de aluguéis e encargos; 3.8 Garantias locatícias e gestão de riscos contratuais. 4. Patrimônio Imobiliário Público e Procedimentos Administrativos: 4.1 Bens públicos: classificação, afetação e impactos na gestão patrimonial; 4.2 Gestão do patrimônio imobiliário municipal: inventário, cadastro, conservação e fiscalização; 4.3 Instrumentos de destinação e uso de imóveis públicos: cessão, concessão, permissão, autorização, doação, alienação e permuta; 4.4 Processos administrativos imobiliários: instrução, análise documental e relatórios; 4.5 Relação com cartórios e órgãos correlatos; 4.6 Noções de desapropriação, servidão administrativa e limitações administrativas; 4.7 Noções da Lei nº 14.133/2021 aplicadas a contratações e gestão de imóveis; 4.8 Governança, controles e integridade na gestão imobiliária. 5. Registro, Documentação e Cadastro Imobiliário Municipal: 5.1 Registro de imóveis e cartórios extrajudiciais; 5.2 Atos cartorários e documentação imobiliária; 5.3 Documentação para compra, venda, locação e regularização; 5.4 Certidões e documentos obrigatórios; 5.5 Cadastro imobiliário municipal e atualização cadastral; 5.6 Integração com a tributação municipal: IPTU e



ITBI (noções); 5.7 Regularização registral e saneamento de pendências; 5.8 LGPD, transparência e resguardo informacional. 6. Política Urbana, Planejamento Territorial e Legislação Ambiental: 6.1 Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); 6.2 Plano Diretor Municipal e função social da propriedade; 6.3 Uso e ocupação do solo e parcelamento urbano (noções); 6.4 Políticas habitacionais e regularização fundiária; 6.5 Legislação ambiental aplicada à ocupação territorial; 6.6 Responsabilidade socioambiental e prevenção de riscos; 6.7 Acessibilidade e normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 9050). 7. Comunicação Pública, Atendimento e Inovações no Setor Imobiliário: 7.1 Atendimento ao cidadão e orientação documental; 7.2 Técnicas de negociação e mediação de conflitos no âmbito municipal; 7.3 Comunicação interpessoal e condução de reuniões técnicas; 7.4 Tecnologias digitais e sistemas aplicados à gestão imobiliária; 7.5 Assinaturas eletrônicas e documentos digitais; 7.6 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) aplicado a serviços correlatos; 7.7 Sustentabilidade e inovações no setor imobiliário; 7.8 Tendências contemporâneas e impactos na gestão municipal.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Fundamentos da Enfermagem: 1.1 Conceitos e princípios básicos da enfermagem; 1.2 Ética, responsabilidade e humanização no cuidado; 1.3 Papel do técnico de enfermagem na equipe multiprofissional de saúde; 1.4 Processo de enfermagem: etapas, registros e sistematização da assistência; 1.5 Higiene e conforto do paciente: técnicas e cuidados; 1.6 Preparo e administração de medicamentos: vias, cálculos e segurança na medicação; 1.7 Controle de sinais vitais e parâmetros fisiológicos; 1.8 Técnicas de curativos, sondagens, punções e coletas de materiais biológicos. 2. Biossegurança e Controle de Infecção: 2.1 Conceitos e práticas de biossegurança; 2.2 Equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs); 2.3 Higienização das mãos e prevenção de infecções hospitalares; 2.4 Controle de infecção relacionada à assistência à saúde (IRAS); 2.5 Limpeza, desinfecção e esterilização de materiais e superfícies; 2.6 Manipulação e descarte de resíduos hospitalares conforme a RDC nº 222/2018; 2.7 Prevenção de acidentes com material biológico e conduta pós-exposição; 2.8 Normas da ANVISA e do Ministério da Saúde sobre segurança do paciente. 3. Assistência em Enfermagem Clínica e Cirúrgica: 3.1 Assistência ao paciente clínico e cirúrgico no pré, trans e pós-operatório; 3.2 Cuidados de enfermagem em doenças transmissíveis e crônicas; 3.3 Administração de oxigenoterapia, nebulização e aspiração de vias aéreas; 3.4 Cuidados com sondas, drenos e cateteres; 3.5 Enfermagem em exames diagnósticos e procedimentos invasivos; 3.6 Acolhimento e humanização do cuidado hospitalar; 3.7 Controle de sinais vitais e balanço hídrico; 3.8 Registro adequado das ações de enfermagem e comunicação efetiva com a equipe. 4. Urgência, Emergência e Primeiros Socorros: 4.1 Atendimento inicial em situações de urgência e emergência; 4.2 Avaliação primária e secundária no suporte básico de vida (SBV); 4.3 Reanimação cardiopulmonar (RCP) em adultos, crianças e lactentes; 4.4 Atendimento a vítimas de trauma, hemorragias, queimaduras e fraturas; 4.5 Cuidados em casos de parada cardiorrespiratória, convulsões e choque; 4.6 Transporte e imobilização de vítimas; 4.7 Atendimento pré-hospitalar (APH) e noções de suporte avançado de vida (SAV); 4.8 Condutas frente a emergências obstétricas e pediátricas. 5. Saúde Coletiva e Programas de Atenção Básica: 5.1 Políticas públicas de saúde no Brasil: SUS, princípios e diretrizes; 5.2 Atenção primária à saúde e Estratégia Saúde da Família (ESF); 5.3 Atribuições do técnico de enfermagem na atenção básica e nos programas de saúde; 5.4 Noções de epidemiologia e vigilância em saúde; 5.5 Imunização: tipos de vacinas, conservação, aplicação e calendário vacinal; 5.6 Educação em saúde e promoção da qualidade de vida; 5.7 Prevenção e controle de doenças endêmicas e zoonoses; 5.8 Registro de informações e indicadores de saúde. 6. Saúde da Mulher, da Criança e do Idoso: 6.1 Assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera; 6.2 Cuidados de enfermagem no pré-natal e



aleitamento materno; 6.3 Crescimento e desenvolvimento infantil: avaliação e acompanhamento; 6.4 Enfermagem pediátrica: cuidados com a criança hospitalizada; 6.5 Assistência ao idoso: prevenção de quedas, úlceras e complicações clínicas; 6.6 Cuidados paliativos e terminalidade da vida; 6.7 Acolhimento e escuta qualificada em situações de vulnerabilidade; 6.8 Atendimento humanizado e empático em todas as fases da vida. 7. Saúde Mental e Enfermagem Psicossocial: 7.1 Noções de saúde mental e transtornos psicológicos comuns; 7.2 Estratégias de acolhimento e escuta ativa; 7.3 Enfermagem em serviços de atenção psicossocial (CAPS e unidades básicas); 7.4 Cuidados com pacientes em crise ou sob risco de suicídio; 7.5 Administração de psicofármacos e observação dos efeitos adversos; 7.6 Princípios da Reforma Psiquiátrica e da atenção humanizada; 7.7 Redução de danos e reinserção social; 7.8 Ética, empatia e respeito à dignidade do paciente. 8. Legislação, Ética e Responsabilidade Profissional: 8.1 Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987 – regulamentação do exercício da enfermagem; 8.2 Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017); 8.3 Competências e atribuições do técnico de enfermagem conforme o COFEN/COREN; 8.4 Responsabilidade técnica, civil e penal do profissional; 8.5 Sigilo profissional e relações interpessoais na equipe de saúde; 8.6 Documentação e registros de enfermagem com validade legal; 8.7 Segurança do paciente e cultura de qualidade no cuidado; 8.8 Educação continuada, liderança e trabalho em equipe multiprofissional.

TÉCNICO AGRÍCOLA

1. Fundamentos de Agricultura e Agronomia: 1.1 Conceitos básicos de agronomia e ciências agrárias; 1.2 Papel do técnico agrícola na produção rural e no desenvolvimento sustentável; 1.3 Noções de botânica, fisiologia vegetal e fotossíntese; 1.4 Classificação das plantas cultivadas e suas exigências edafoclimáticas; 1.5 Sistemas de produção agrícola: convencional, orgânico, agroecológico e integrado; 1.6 Rotação, consorciação e sucessão de culturas; 1.7 Métodos de preparo e conservação do solo; 1.8 Práticas de manejo sustentável e recuperação de áreas degradadas. 2. Solos e Fertilidade: 2.1 Propriedades físicas, químicas e biológicas do solo; 2.2 Tipos de solos e sua classificação; 2.3 Correção e adubação do solo: calagem, gessagem e adubos orgânicos e minerais; 2.4 Amostragem, análise e interpretação de resultados de solo; 2.5 Planejamento de adubação e nutrição de plantas; 2.6 Fertilizantes e biofertilizantes: tipos, formulações e métodos de aplicação; 2.7 Conservação do solo e da água; 2.8 Erosão, compactação e práticas de manejo conservacionista. 3. Irrigação e Drenagem: 3.1 Conceitos de irrigação, evapotranspiração e balanço hídrico; 3.2 Sistemas de irrigação: superficial, por aspersão, gotejamento e microaspersão; 3.3 Componentes e operação dos sistemas de irrigação; 3.4 Manejo racional da água e eficiência hídrica; 3.5 Métodos de drenagem agrícola e controle de salinidade; 3.6 Planejamento e dimensionamento básico de sistemas de irrigação; 3.7 Uso de tecnologias e sensores na irrigação; 3.8 Sustentabilidade hídrica e legislação de recursos hídricos. 4. Fitotecnia e Produção Vegetal: 4.1 Planejamento e implantação de lavouras; 4.2 Escolha de cultivares e propagação de plantas; 4.3 Tratos culturais, colheita e pós-colheita; 4.4 Controle de plantas daninhas, pragas e doenças; 4.5 Agrotóxicos: classificação, legislação, receituário agrônomo e uso seguro; 4.6 Manejo integrado de pragas e doenças (MIP/MID); 4.7 Boas práticas agrícolas e certificação de qualidade; 4.8 Tecnologia de aplicação de defensivos e segurança ocupacional. 5. Zootecnia e Produção Animal: 5.1 Princípios de nutrição e alimentação animal; 5.2 Produção e conservação de forragens; 5.3 Criação de bovinos, suínos, aves e pequenos ruminantes; 5.4 Sanidade animal e profilaxia de doenças; 5.5 Manejo reprodutivo e produtivo; 5.6 Instalações e bem-estar animal; 5.7 Noções de melhoramento genético e inseminação artificial; 5.8 Boas práticas de manejo em sistemas de produção animal. 6. Mecanização e Tecnologia Agrícola: 6.1 Máquinas e implementos agrícolas: tipos, funcionamento e manutenção; 6.2 Tratores e motomecanização;



regulagem, calibração e segurança; 6.3 Planejamento e dimensionamento da frota agrícola; 6.4 Cálculo de capacidade operacional e consumo de combustível; 6.5 Agricultura de precisão: conceitos, GPS, drones e sensoriamento remoto; 6.6 Armazenamento e transporte de produtos agrícolas; 6.7 Segurança no trabalho rural e uso de EPIs conforme a NR-31; 6.8 Logística e infraestrutura rural. 7. Extensão Rural e Administração Agrícola: 7.1 Princípios e métodos da extensão rural; 7.2 Comunicação e relacionamento com o produtor; 7.3 Planejamento participativo e diagnóstico comunitário; 7.4 Gestão e administração de propriedades rurais; 7.5 Custos de produção e análise de viabilidade econômica; 7.6 Cooperativismo, associativismo e economia solidária; 7.7 Políticas públicas de crédito e apoio à agricultura familiar (PRONAF, PAA e PNAE); 7.8 Comercialização agrícola e cadeias produtivas. 8. Legislação e Sustentabilidade Ambiental: 8.1 Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e suas aplicações práticas; 8.2 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); 8.3 Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989) e regulamentações do MAPA e ANVISA; 8.4 Normas da NR-31 (Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura); 8.5 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Reserva Legal; 8.6 Licenciamento ambiental de atividades agropecuárias; 8.7 Gestão de resíduos e uso racional de recursos naturais; 8.8 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aplicados ao meio rural.

TÉCNICO DE PESCA

1. Fundamentos da Pesca e Aquicultura: 1.1 Conceitos básicos de pesca, aquicultura e recursos pesqueiros; 1.2 Ecossistemas aquáticos: rios, lagos, estuários e ambientes marinhos; 1.3 Cadeias tróficas e relações ecológicas nos ambientes aquáticos; 1.4 Espécies de interesse pesqueiro e seus habitats; 1.5 Classificação e identificação de organismos aquáticos; 1.6 Importância socioeconômica e ambiental da pesca artesanal e industrial; 1.7 Noções de fisiologia e comportamento de peixes; 1.8 Impactos da pesca e da aquicultura sobre o meio ambiente. 2. Técnicas de Pesca e Operações Embarcadas: 2.1 Tipos de pesca: artesanal, industrial, esportiva e científica; 2.2 Métodos e artes de pesca: redes, anzóis, espinhéis, armadilhas e tarrafas; 2.3 Técnicas de manuseio e conservação do pescado; 2.4 Operações de bordo: navegação, fundeio, atracação e segurança; 2.5 Equipamentos de bordo e suas manutenções; 2.6 Instrumentos de navegação: GPS, bússola, ecossonda e rádio; 2.7 Segurança da navegação e prevenção de acidentes; 2.8 Procedimentos de emergência em embarcações e salvamento marítimo. 3. Aquicultura e Produção de Organismos Aquáticos: 3.1 Princípios da aquicultura e sistemas de cultivo: extensivo, semi-intensivo e intensivo; 3.2 Construção e manejo de viveiros escavados e tanques-rede; 3.3 Qualidade da água: parâmetros físicos, químicos e biológicos; 3.4 Alimentação, nutrição e formulação de rações para peixes e camarões; 3.5 Reprodução artificial, larvicultura e alevinagem; 3.6 Sanidade e profilaxia de organismos aquáticos; 3.7 Controle de doenças e boas práticas de manejo aquícola; 3.8 Noções de genética, melhoramento e biotecnologia aplicada à aquicultura. 4. Processamento e Tecnologia do Pescado: 4.1 Noções de anatomia e fisiologia do pescado; 4.2 Processamento primário e secundário: limpeza, filetagem, salga, defumação e congelamento; 4.3 Armazenamento, transporte e conservação do pescado; 4.4 Controle de qualidade e inspeção sanitária; 4.5 Normas e exigências da vigilância sanitária e do MAPA; 4.6 Aproveitamento integral do pescado e subprodutos; 4.7 Boas práticas de fabricação (BPF) e higiene ocupacional; 4.8 Sustentabilidade na cadeia produtiva do pescado. 5. Gestão e Economia Pesqueira: 5.1 Administração e gestão de empreendimentos pesqueiros; 5.2 Planejamento e controle de produção; 5.3 Custos de operação e rentabilidade na atividade pesqueira; 5.4 Cooperativismo e associativismo no setor pesqueiro; 5.5 Cadeias produtivas e comercialização do pescado; 5.6 Economia solidária e políticas de incentivo à pesca artesanal; 5.7 Marketing e agregação de valor no setor pesqueiro; 5.8 Educação ambiental e valorização cultural da atividade pesqueira. 6. Legislação e Normas Ambientais:



6.1 Lei nº 11.959/2009 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; 6.2 Decreto nº 10.576/2020 – Regulamentação da pesca e aquicultura no Brasil; 6.3 Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; 6.4 Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais; 6.5 Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e proteção de ecossistemas aquáticos; 6.6 Normas da Marinha do Brasil (NORMAM) sobre segurança da navegação e habilitação profissional; 6.7 Licenciamento ambiental de empreendimentos aquícolas e pesqueiros; 6.8 Normas sanitárias e de inspeção do pescado (RIISPOA e INs do MAPA). 7. Sustentabilidade e Recursos Naturais: 7.1 Manejo sustentável dos recursos pesqueiros; 7.2 Práticas de pesca responsável (FAO – Código de Conduta para a Pesca Responsável); 7.3 Conservação de espécies ameaçadas e gestão de estoques pesqueiros; 7.4 Controle da poluição hídrica e recuperação de corpos d’água; 7.5 Monitoramento ambiental e controle de efluentes; 7.6 Educação ambiental e participação comunitária; 7.7 Gestão integrada de bacias hidrográficas; 7.8 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aplicados ao setor pesqueiro. 8. Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional: 8.1 Normas Regulamentadoras (NR-30 e NR-31) aplicadas à pesca e aquicultura; 8.2 Equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs); 8.3 Prevenção de acidentes com equipamentos e embarcações; 8.4 Primeiros socorros e atendimento a vítimas de afogamento; 8.5 Ergonomia e cuidados com a postura no trabalho embarcado e em terra; 8.6 Controle de riscos físicos, químicos e biológicos; 8.7 Saúde do trabalhador pesqueiro e prevenção de doenças ocupacionais; 8.8 Ética, responsabilidade técnica e conduta profissional.

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos: 1.1 Identificação de tema, tese, finalidade e público-alvo; 1.2 Ideias principais e secundárias; 1.3 Inferências, pressupostos e implícitos; 1.4 Efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais e sintáticas; 1.5 Coesão, coerência e intertextualidade; 1.6 Leitura crítica de textos multimodais e jornalísticos. 2. Gêneros e tipologias textuais: 2.1 Narrativo, descritivo, expositivo, injuntivo e argumentativo; 2.2 Análise de gêneros – notícia, crônica, artigo de opinião, editorial, resenha, relatório e textos digitais; 2.3 Adequação de registro e estilo em situações formais e informais; 2.4 Estilo e intencionalidade discursiva. 3. Ortografia, acentuação e uso do hífen: 3.1 Regras ortográficas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; 3.2 Emprego de letras e casos especiais; 3.3 Acentuação de oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; 3.4 Uso de maiúsculas, minúsculas, abreviaturas e siglas. 4. Pontuação e seus efeitos de sentido: 4.1 Uso da vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, parênteses, travessão e aspas; 4.2 Pontuação em orações adjetivas e apositivas; 4.3 Recursos de pontuação na argumentação e estilo. 5. Morfologia e formação de palavras: 5.1 Estrutura e classes de palavras; 5.2 Flexões nominais e verbais; 5.3 Processos de formação – derivação, composição, abreviação e neologismos; 5.4 Valor estilístico das categorias gramaticais. 6. Sintaxe e concordância: 6.1 Termos da oração (sujeito, predicado, complementos e acessórios); 6.2 Concordância verbal e nominal em construções simples e complexas; 6.3 Ambiguidades e construções de duplo sentido. 7. Regência, crase e colocação pronominal: 7.1 Regência verbal e nominal; 7.2 Regras de uso obrigatório, facultativo e proibido da crase; 7.3 Colocação pronominal – próclise, ênclise e mesóclise. 8. Período composto e conectores: 8.1 Coordenação e subordinação; 8.2 Valores semânticos dos conectores; 8.3 Período composto na argumentação e na coesão do texto. 9. Vozes verbais e funções do “se”: 9.1 Voz ativa, passiva e reflexiva; 9.2 Funções do “se” – apassivador, índice de indeterminação do sujeito, parte integrante do verbo e pronome reflexivo/recíproco; 9.3 Construções estilísticas com voz passiva e



pronomes. 10. Semântica e estilística: 10.1 Sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia; 10.2 Denotação e conotação; 10.3 Polissemia, ambiguidade e recursos estilísticos; 10.4 Figuras de linguagem – metáfora, metonímia, comparação, hipérbole, eufemismo, ironia, antítese, paradoxo, personificação, gradação, anáfora e elipse. 11. Redação, norma padrão e redação oficial: 11.1 Estrutura de textos dissertativos-argumentativos; 11.2 Clareza, concisão, precisão vocabular e impessoalidade; 11.3 Adequação de estilo no serviço público; 11.4 Noções de redação oficial – ofício, requerimento, relatório, parecer, ata, memorando e comunicado; 11.5 Revisão e correção de textos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Fundamentos de lógica e raciocínio lógico: proposições, valores lógicos, linguagem lógica e interpretação de enunciados complexos. 2. Lógica proposicional: proposições simples e compostas; conectivos lógicos (negação, conjunção, disjunção, condicional e bicondicional); tabelas-verdade; equivalências e leis lógicas; tautologias, contradições e contingências. 3. Argumentação e inferência lógica: análise da estrutura de argumentos; validade e consistência; identificação de falácias; inferências dedutivas e indutivas. 4. Conjuntos e relações: noções de conjunto e subconjunto; operações entre conjuntos (união, interseção, diferença e complemento); diagramas de Venn; problemas envolvendo relações e classificações. 5. Sequências e padrões lógicos: sequências numéricas, algébricas, lógicas e figurais; reconhecimento de regularidades; progressões aritméticas e geométricas; análise de padrões complexos. 6. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem; arranjos, permutações e combinações; resolução de problemas aplicados. 7. Probabilidade: conceitos básicos; espaço amostral e eventos; cálculo de probabilidade simples e composta; eventos independentes e dependentes. 8. Raciocínio lógico-matemático: resolução de problemas envolvendo razão, proporção, porcentagem, equações simples e interpretação matemática de situações-problema. 9. Raciocínio espacial e geométrico: relações espaciais; visualização e interpretação de figuras geométricas planas; análise de deslocamentos, posições e formas. 10. Organização e análise de informações: leitura, interpretação e análise crítica de tabelas, gráficos, quadros e esquemas; resolução de problemas a partir de dados estruturados.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Aspectos gerais do Município de Mazagão e do Estado do Amapá: localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural, importância regional e inserção no contexto amazônico e nacional. 2. Geografia, meio ambiente e sustentabilidade: clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais do Amapá; preservação ambiental; desenvolvimento sustentável; impactos socioambientais e políticas de proteção ao meio ambiente. 3. Organização político-administrativa e cidadania: estrutura do Estado brasileiro; competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; direitos e deveres do cidadão; participação social e controle social da Administração Pública. 4. Cultura, sociedade e diversidade: diversidade cultural brasileira e amazônica; manifestações culturais tradicionais; identidade regional; respeito à pluralidade social, cultural e étnica. 5. Economia e desenvolvimento: atividades econômicas predominantes; setor público e privado; trabalho, renda e desenvolvimento regional; noções de economia local e regional. 6. Políticas públicas e serviços essenciais: saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura; papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas; impacto dos serviços públicos na qualidade de vida da população. 7. Ética, cidadania e responsabilidade social: ética na vida pública e privada; responsabilidade social; respeito às normas de convivência; promoção da cidadania e dos direitos humanos. 8. Atualidades de interesse geral: temas relevantes do cenário local, estadual, nacional e global amplamente divulgados pelos meios de



comunicação, relacionados à política, economia, sociedade, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação, sem cobrança de datas, números, nomes próprios ou eventos específicos. 9. Tecnologia, informação e sociedade: uso das tecnologias da informação e comunicação; acesso à informação; transformação digital; impactos sociais, econômicos e culturais das tecnologias. 10. Saúde, qualidade de vida e bem-estar social: determinantes sociais da saúde; hábitos saudáveis; prevenção de doenças; segurança e qualidade de vida no contexto social e urbano.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal de 1988: fundamentos da República Federativa do Brasil; princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade. 2. Organização do Estado brasileiro: estrutura político-administrativa; União, Estados, Distrito Federal e Municípios; repartição de competências; funções dos Poderes Executivo e Legislativo, com ênfase na esfera municipal. 3. Administração Pública: princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; controle da Administração Pública; responsabilidade administrativa; atuação voltada ao interesse público. 4. Agentes públicos e serviço público: conceitos gerais; deveres, responsabilidades e vedações; ética no exercício da função pública; compromisso com a eficiência, a probidade administrativa e o interesse coletivo. 5. Atos administrativos: noções gerais; requisitos de validade; atributos dos atos administrativos; invalidação, anulação e revogação. 6. Direitos humanos, ética e cidadania: direitos humanos fundamentais; respeito à diversidade; combate a discriminações; ética pública, responsabilidade social e observância das normas jurídicas. 7. Controle social e transparência: noções de controle interno e externo; papel dos órgãos de controle; transparência administrativa; acesso à informação como instrumento de cidadania.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSESSOR JURÍDICO

1. Direito Constitucional: 1.1 Princípios fundamentais e direitos e garantias fundamentais; 1.2 Organização dos poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário; 1.3 Administração pública: princípios, agentes, poderes e controle; 1.4 Controle de constitucionalidade: espécies e efeitos; 1.5 Repartição de competências e autonomia dos entes federados; 1.6 Responsabilidade civil do Estado; 1.7 Intervenção federal e estadual; 1.8 Remédios constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular. 2. Direito Administrativo: 2.1 Regime jurídico-administrativo e princípios da Administração Pública; 2.2 Atos administrativos: espécies, requisitos, atributos e invalidação; 2.3 Poderes da Administração: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 2.4 Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021): princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade; 2.5 Responsabilidade administrativa e improbidade (Lei nº 14.230/2021); 2.6 Serviços públicos e concessões; 2.7 Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999); 2.8 Controle e responsabilização da Administração Pública. 3. Direito Civil: 3.1 Parte geral: personalidade, capacidade, domicílio e bens; 3.2 Fatos, atos e negócios jurídicos; 3.3 Prescrição e decadência; 3.4 Obrigações e contratos: modalidades e efeitos; 3.5 Responsabilidade civil e reparação de danos; 3.6 Direitos reais e posse; 3.7 Família, casamento, união estável e sucessões; 3.8 Direito do consumidor (Lei nº 8.078/1990). 4. Direito Processual Civil: 4.1 Princípios fundamentais do processo civil; 4.2 Jurisdição, ação e competência; 4.3 Partes e procuradores; 4.4 Atos processuais e prazos; 4.5 Tutelas provisórias; 4.6 Recursos, execução e cumprimento de sentença; 4.7 Mandado de segurança e ação civil pública; 4.8 Fazenda Pública em juízo e prerrogativas processuais. 5. Direito Penal: 5.1 Princípios constitucionais penais e aplicação da lei penal;



5.2 Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade; 5.3 Crimes contra a administração pública; 5.4 Crimes contra a pessoa e o patrimônio; 5.5 Concurso de pessoas e penas; 5.6 Causas excludentes de ilicitude e culpabilidade; 5.7 Extinção da punibilidade; 5.8 Lei nº 9.099/1995 e juizados especiais criminais. 6. Direito Processual Penal: 6.1 Princípios constitucionais do processo penal; 6.2 Ação penal e inquérito policial; 6.3 Provas, prisão e liberdade provisória; 6.4 Competência e jurisdição; 6.5 Procedimentos comuns e especiais; 6.6 Recursos e nulidades; 6.7 Execução penal e direitos do preso (Lei nº 7.210/1984); 6.8 Habeas corpus e revisão criminal. 7. Direito Tributário e Financeiro: 7.1 Sistema tributário nacional e princípios constitucionais tributários; 7.2 Espécies de tributos e competência tributária; 7.3 Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento; 7.4 Responsabilidade tributária e exclusão do crédito tributário; 7.5 Administração tributária e processo administrativo fiscal; 7.6 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); 7.7 Receitas e despesas públicas; 7.8 Orçamento público e controle financeiro. 8. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho: 8.1 Princípios e fontes do Direito do Trabalho; 8.2 Relação de emprego, contrato de trabalho e rescisão; 8.3 Jornada, férias, salário e FGTS; 8.4 Normas de proteção e segurança do trabalho; 8.5 Organização sindical e negociação coletiva; 8.6 Justiça do Trabalho: competência e estrutura; 8.7 Procedimento sumaríssimo e execução trabalhista; 8.8 Recursos no processo do trabalho. 9. Direito Previdenciário: 9.1 Regimes de Previdência: geral, próprio e complementar; 9.2 Benefícios previdenciários e carência; 9.3 Aposentadorias e pensões; 9.4 Contribuições e custeio; 9.5 Segurados e dependentes; 9.6 Acumulação e revisão de benefícios; 9.7 Assistência social (LOAS e BPC); 9.8 Regimes próprios de previdência dos servidores públicos. 10. Ética e Estatuto da Advocacia: 10.1 Lei nº 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia e da OAB; 10.2 Direitos e deveres do advogado; 10.3 Honorários e sigilo profissional; 10.4 Infrações disciplinares e processo ético; 10.5 Código de Ética e Disciplina da OAB; 10.6 Impedimentos e incompatibilidades; 10.7 Prerrogativas profissionais; 10.8 Responsabilidade civil, penal e administrativa do advogado.

ASSISTENTE JURÍDICO

1. Fundamentos da Administração: teorias da administração clássica, científica, das relações humanas, estruturalista 1. Direito Constitucional 1.1 Princípios fundamentais da Constituição Federal; 1.2 Direitos e garantias fundamentais e sua aplicação na Administração Pública; 1.3 Organização do Estado e dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário; 1.4 Administração Pública na Constituição Federal: princípios, controle e responsabilidades; 1.5 Repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; 1.6 Controle de constitucionalidade: noções gerais e efeitos das decisões; 1.7 Intervenção federal e estadual; 1.8 Remédios constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular. 2. Direito Administrativo 2.1 Regime jurídico-administrativo e princípios da Administração Pública; 2.2 Atos administrativos: conceito, espécies, requisitos, atributos, invalidação e controle; 2.3 Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 2.4 Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021): princípios, fases, modalidades, dispensa e inexigibilidade; 2.5 Responsabilidade administrativa e improbidade administrativa (Lei nº 14.230/2021); 2.6 Serviços públicos: formas de prestação, delegação, concessões e permissões; 2.7 Processo administrativo no âmbito da Administração Pública (Lei nº 9.784/1999); 2.8 Controle interno e externo da Administração Pública. 3. Direito Civil (aplicado à Administração Pública) 3.1 Parte geral: personalidade, capacidade, domicílio e bens; 3.2 Fatos, atos e negócios jurídicos; 3.3 Prescrição e decadência; 3.4 Obrigações e contratos: noções gerais e efeitos jurídicos; 3.5 Responsabilidade civil do Estado e responsabilidade civil objetiva; 3.6 Direitos reais e posse; 3.7 Família e sucessões: noções gerais; 3.8 Direito do consumidor aplicado às relações envolvendo o Poder Público. 4. Direito Processual Civil (noções aplicadas) 4.1 Princípios fundamentais do processo civil; 4.2 Jurisdição,



ação e competência; 4.3 Partes, procuradores e representação processual; 4.4 Atos processuais, prazos e comunicações oficiais; 4.5 Tutelas provisórias: noções gerais; 4.6 Recursos, execução e cumprimento de sentença; 4.7 Mandado de segurança e ação civil pública; 4.8 Fazenda Pública em juízo e prerrogativas processuais. 5. Direito Penal (aplicado à Administração Pública) 5.1 Princípios do Direito Penal e aplicação da lei penal; 5.2 Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade; 5.3 Crimes contra a Administração Pública; 5.4 Crimes contra a pessoa e o patrimônio; 5.5 Concurso de pessoas e penas; 5.6 Causas excludentes de ilicitude e culpabilidade; 5.7 Extinção da punibilidade; 5.8 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995). 6. Direito Processual Penal (noções gerais) 6.1 Princípios constitucionais do processo penal; 6.2 Inquérito policial e ação penal; 6.3 Provas, prisão e liberdade provisória; 6.4 Competência e jurisdição; 6.5 Procedimentos penais; 6.6 Recursos e nulidades; 6.7 Execução penal e direitos do preso (Lei nº 7.210/1984); 6.8 Habeas corpus e revisão criminal. 7. Direito Tributário e Financeiro 7.1 Sistema tributário nacional e princípios constitucionais tributários; 7.2 Espécies de tributos e competência tributária municipal; 7.3 Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento; 7.4 Responsabilidade tributária e exclusão do crédito tributário; 7.5 Administração tributária municipal e processo administrativo fiscal; 7.6 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); 7.7 Receitas e despesas públicas; 7.8 Orçamento público e controle financeiro. 8. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (noções gerais) 8.1 Princípios e fontes do Direito do Trabalho; 8.2 Relação de emprego, contrato de trabalho e rescisão; 8.3 Jornada de trabalho, férias, salário e FGTS; 8.4 Normas de proteção e segurança do trabalho; 8.5 Organização sindical e negociação coletiva; 8.6 Justiça do Trabalho: competência e estrutura; 8.7 Procedimento trabalhista e execução; 8.8 Recursos no processo do trabalho. 9. Direito Previdenciário 9.1 Regimes de Previdência Social: geral, próprio e complementar; 9.2 Benefícios previdenciários e carência; 9.3 Aposentadorias e pensões; 9.4 Contribuições e custeio; 9.5 Segurados e dependentes; 9.6 Acumulação e revisão de benefícios; 9.7 Assistência social: LOAS e BPC; 9.8 Regimes próprios de previdência dos servidores públicos. 10. Legislação e Rotina Jurídico-Administrativa Municipal 10.1 Organização administrativa municipal; 10.2 Leis orgânicas municipais; 10.3 Atuação do assistente jurídico no apoio técnico aos órgãos da Administração; 10.4 Elaboração e análise de pareceres, despachos e manifestações técnicas; 10.5 Instrução de processos administrativos; 10.6 Controle de legalidade dos atos administrativos; 10.7 Atendimento a órgãos de controle e fiscalização; 10.8 Ética, responsabilidade funcional e deveres do servidor público..

ADMINISTRADOR

1. Fundamentos da Administração: teorias da administração clássica, científica, das relações humanas, estruturalista, sistêmica e contingencial; evolução do pensamento administrativo; administração como ciência social aplicada; funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar. 2. Administração Pública e Gestão Governamental: modelos de administração pública; gestão pública contemporânea; papel estratégico do administrador no setor público; governança, governabilidade e capacidade estatal; planejamento governamental e políticas públicas. 3. Planejamento e Estratégia Organizacional: análise do ambiente interno e externo; formulação, implementação e controle de estratégias organizacionais; planejamento estratégico no setor público; gestão orientada para resultados; indicadores estratégicos de desempenho. 4. Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional: teorias da motivação; liderança e estilos gerenciais; gestão por competências; desenvolvimento organizacional; cultura organizacional; negociação e gestão de conflitos; avaliação de desempenho sob perspectiva estratégica. 5. Administração Financeira e Orçamentária: fundamentos da administração financeira; orçamento público e privado; análise de custos; gestão de recursos financeiros; responsabilidade fiscal; controle gerencial e tomada de decisão baseada em informações financeiras. 6. Administração de



Materiais, Logística e Patrimônio: gestão estratégica de materiais; cadeia de suprimentos; logística no setor público; gestão patrimonial; sustentabilidade, eficiência e racionalização do gasto público; planejamento e controle de estoques. 7. Gestão de Processos, Qualidade e Inovação: análise, mapeamento e redesenho de processos organizacionais; melhoria contínua; gestão da qualidade; inovação organizacional; transformação digital; simplificação administrativa e modernização da gestão pública. 8. Gestão de Projetos e Programas: fundamentos da gestão de projetos; ciclo de vida de projetos; gerenciamento de escopo, prazo, custo, risco e qualidade; projetos no setor público; avaliação de resultados e impacto institucional. 9. Sistemas de Informação Gerencial e Análise de Dados: sistemas de apoio à decisão; informação como recurso estratégico; indicadores, métricas e painéis gerenciais; governança da informação; uso de dados para planejamento, controle e tomada de decisão. 10. Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade: ética aplicada à administração; responsabilidade social das organizações; governança ética; sustentabilidade institucional; transparência, integridade e compromisso com o interesse público.

ANALISTA ADMINISTRATIVO

1. Administração Pública: 1.1 Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; 1.2 Estrutura e funções da administração direta e indireta; 1.3 Descentralização, desconcentração e delegação de competências; 1.4 Planejamento, coordenação, controle e avaliação das políticas públicas; 1.5 Responsabilidade do gestor público e controle interno, externo e social. 2. Gestão Pública e Governança: 2.1 Modelos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial; 2.2 Planejamento estratégico, tático e operacional; 2.3 Indicadores de desempenho e resultados; 2.4 Governança pública e accountability; 2.5 Transparência e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); 2.6 Gestão de riscos e compliance; 2.7 Inovação e transformação digital na administração pública. 3. Gestão de Pessoas: 3.1 Recrutamento, seleção, treinamento e avaliação de desempenho; 3.2 Motivação, liderança e clima organizacional; 3.3 Administração de cargos, carreiras e salários; 3.4 Ética e comportamento organizacional; 3.5 Gestão por competências e desenvolvimento de equipes; 3.6 Noções de saúde e segurança do trabalho; 3.7 Avaliação de desempenho e políticas de valorização do servidor público. 4. Gestão Financeira e Orçamentária: 4.1 Princípios orçamentários e etapas do ciclo orçamentário; 4.2 Orçamento público: PPA, LDO e LOA; 4.3 Despesa e receita pública: classificação, execução e controle; 4.4 Restos a pagar, créditos adicionais e suprimento de fundos; 4.5 Controle interno, contabilidade pública e prestação de contas; 4.6 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): limites e sanções; 4.7 Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021): princípios, modalidades, fases e sanções; 4.8 Gestão de convênios, parcerias e transferências voluntárias. 5. Gestão de Materiais e Patrimônio: 5.1 Princípios da administração de materiais; 5.2 Compras governamentais e almoxarifado; 5.3 Estoques, inventário e controle patrimonial; 5.4 Tombamento, baixa e alienação de bens públicos; 5.5 Sustentabilidade e logística reversa no setor público; 5.6 Sistemas informatizados de gestão de materiais; 5.7 Contratações sustentáveis e eficiência no gasto público. 6. Gestão de Processos e Qualidade: 6.1 Mapeamento, modelagem e melhoria de processos administrativos; 6.2 Ferramentas de gestão da qualidade: PDCA, 5S e indicadores de desempenho; 6.3 Atendimento ao cidadão e simplificação de serviços públicos; 6.4 Gestão de projetos (PMBOK e metodologias ágeis); 6.5 Avaliação de resultados e mensuração de impacto; 6.6 Responsabilidade social e sustentabilidade institucional. 7. Direito Administrativo Aplicado: 7.1 Atos administrativos e poder de polícia; 7.2 Processos administrativos e responsabilidade do servidor público; 7.3 Improbidade administrativa (Lei nº 14.230/2021); 7.4 Controle judicial e administrativo dos atos da Administração; 7.5 Responsabilidade civil do Estado e servidor público; 7.6 Ética, integridade e valores no serviço público;



7.7 Lei nº 8.429/1992 (atualizada) e Decreto nº 10.756/2021. 8. Redação Oficial e Comunicação Institucional: 8.1 Padrão Ofício e Manual de Redação da Presidência da República; 8.2 Estrutura e linguagem dos documentos oficiais; 8.3 Correspondência administrativa, relatórios, despachos e memorandos; 8.4 Comunicação administrativa e gestão da informação; 8.5 Uso correto da norma padrão da língua portuguesa na redação pública; 8.6 Clareza, concisão e impessoalidade na comunicação institucional. 9. Tecnologia da Informação e Gestão de Dados: 9.1 Noções de informatização de processos e sistemas administrativos; 9.2 Segurança da informação e proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD); 9.3 Uso ético e responsável das tecnologias na administração pública; 9.4 Ferramentas de gestão eletrônica de documentos (GED); 9.5 Governança digital e interoperabilidade entre sistemas públicos; 9.6 Acesso à informação e transparência digital. 10. Ética e Cidadania no Serviço Público: 10.1 Ética, moral e valores na gestão pública; 10.2 Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto nº 1.171/1994); 10.3 Deveres, proibições e responsabilidades; 10.4 Prevenção de conflitos de interesse e integridade administrativa; 10.5 Atuação ética e imparcialidade na gestão de recursos públicos; 10.6 Cidadania, democracia e participação social na administração pública.

ARQUITETO

1. Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo: 1.1 História e teoria da arquitetura e do urbanismo; 1.2 Princípios do projeto arquitetônico e da composição espacial; 1.3 Conforto ambiental: térmico, acústico e lumínico; 1.4 Escalas de projeto: edificações, espaços públicos e urbanos; 1.5 Sustentabilidade e arquitetura bioclimática; 1.6 Planejamento urbano e desenho da paisagem; 1.7 Urbanização, habitação e mobilidade; 1.8 Ética, responsabilidade técnica e atuação profissional do arquiteto. 2. Legislação e Normas Técnicas: 2.1 Lei nº 12.378/2010 – Exercício da Arquitetura e Urbanismo e atribuições do CAU; 2.2 Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade; 2.3 Código de Obras e Edificações e Plano Diretor Municipal; 2.4 Licenciamento urbanístico e ambiental; 2.5 Legislação sobre acessibilidade (Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004); 2.6 Normas da ABNT aplicáveis: NBR 9050 (Acessibilidade), NBR 6492 (Representação de projetos de arquitetura) e NBR 15575 (Desempenho de edificações habitacionais); 2.7 Requisitos para aprovação de projetos e emissão de habite-se; 2.8 Responsabilidade técnica e ART/RRT. 3. Projeto Arquitetônico: 3.1 Etapas do projeto arquitetônico: estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal e executivo; 3.2 Compatibilização de projetos complementares; 3.3 Elaboração de plantas, cortes, fachadas e detalhamentos; 3.4 Representação gráfica e simbologia em CAD e BIM; 3.5 Arquitetura acessível, inclusiva e universal; 3.6 Ventilação e iluminação natural; 3.7 Desenho técnico e escalas; 3.8 Modelagem tridimensional e renderização. 4. Planejamento Urbano e Territorial: 4.1 Estrutura e dinâmica das cidades; 4.2 Zoneamento urbano, uso e ocupação do solo; 4.3 Regularização fundiária e habitação de interesse social; 4.4 Planejamento participativo e instrumentos urbanísticos; 4.5 Mobilidade urbana e desenho de vias; 4.6 Áreas de preservação, parques e espaços públicos; 4.7 Desenvolvimento sustentável e cidades inteligentes; 4.8 Planos diretores e gestão urbana integrada. 5. Tecnologia das Construções: 5.1 Materiais de construção e suas propriedades; 5.2 Sistemas estruturais e construtivos em alvenaria, concreto, aço e madeira; 5.3 Patologias das construções e manutenção predial; 5.4 Instalações prediais elétricas, hidráulicas e sanitárias – noções básicas; 5.5 Eficiência energética e conforto ambiental; 5.6 Construção sustentável e certificações ambientais (LEED, AQUA, EDGE); 5.7 Segurança do trabalho e canteiro de obras; 5.8 Fiscalização e acompanhamento técnico de obras públicas. 6. Representação e Tecnologia Digital: 6.1 Desenho técnico assistido por computador (AutoCAD e Revit); 6.2 Modelagem da informação da construção (BIM) – conceitos e níveis de maturidade; 6.3 Ferramentas de visualização e realidade aumentada aplicadas à arquitetura; 6.4 Topografia e georreferenciamento; 6.5 Noções de geoprocessamento e SIG aplicados ao planejamento urbano; 6.6 Arquitetura paramétrica e automação de



projetos; 6.7 Gestão de documentação técnica e arquivos digitais; 6.8 Impressão 3D e novas tecnologias construtivas. 7. Sustentabilidade e Meio Ambiente: 7.1 Impactos ambientais da construção civil; 7.2 Planejamento ambiental urbano; 7.3 Aproveitamento de recursos naturais e reuso de água; 7.4 Eficiência energética e edificações verdes; 7.5 Técnicas de arquitetura bioclimática; 7.6 Gestão de resíduos sólidos na construção; 7.7 Normas e diretrizes ambientais (CONAMA, IBAMA e legislações estaduais); 7.8 Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aplicados à arquitetura. 8. Administração e Gestão de Obras: 8.1 Planejamento, cronograma físico-financeiro e orçamentação; 8.2 Licitações e contratos administrativos aplicados à construção civil (Lei nº 14.133/2021); 8.3 Fiscalização, medições e controle de qualidade; 8.4 Custos diretos e indiretos; 8.5 Composição de preços unitários e BDI; 8.6 Controle de produtividade e gestão de recursos; 8.7 Segurança do trabalho em obras (NR-18); 8.8 Gestão de equipes e relacionamento com fornecedores.

ASSISTENTE SOCIAL

1. Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social: 1.1 Origem e evolução histórica do Serviço Social no Brasil e no mundo; 1.2 Relações entre o Estado, a sociedade e a profissão; 1.3 Transformações no exercício profissional após a Constituição de 1988; 1.4 Projeto Ético-Político do Serviço Social; 1.5 Serviço Social e questão social: mediações e expressões contemporâneas; 1.6 As matrizes teóricas que fundamentam o Serviço Social: marxismo, historicidade e crítica social; 1.7 O papel político do assistente social e a defesa dos direitos humanos; 1.8 Serviço Social e políticas públicas: desafios e perspectivas. 2. Política Social e Seguridade Social: 2.1 Seguridade social: saúde, previdência e assistência social; 2.2 A Constituição Federal de 1988 e a institucionalização das políticas sociais; 2.3 A política de assistência social no Brasil: da LOAS (Lei nº 8.742/1993) ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social); 2.4 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009); 2.5 Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e suas diretrizes; 2.6 Financiamento e gestão das políticas sociais; 2.7 Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios eventuais; 2.8 Intersetorialidade entre políticas públicas e integração de ações. 3. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): 3.1 Estrutura, princípios e objetivos; 3.2 Níveis de proteção social: básica e especial; 3.3 Instrumentos de gestão e controle social: planos, relatórios e indicadores; 3.4 O papel do CRAS e CREAS; 3.5 Trabalho social com famílias e grupos; 3.6 Vigilância socioassistencial e diagnóstico territorial; 3.7 Cadastro Único e programas de transferência de renda (Bolsa Família, Auxílio Brasil); 3.8 Participação popular e controle social no SUAS. 4. Ética e Legislação Profissional: 4.1 Lei nº 8.662/1993 – Regulamentação da profissão de Assistente Social; 4.2 Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993); 4.3 Princípios éticos fundamentais e valores profissionais; 4.4 Direitos e deveres do assistente social; 4.5 Relações de trabalho e responsabilidade profissional; 4.6 Sigilo profissional e relação com o usuário; 4.7 Fiscalização do exercício profissional e papel do CRESS/CFESS; 4.8 Ética, liberdade e compromisso com a democracia e a justiça social. 5. Políticas Públicas e Gestão Democrática: 5.1 Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas; 5.2 Gestão descentralizada e participativa; 5.3 Conselhos de direitos e conferências de políticas públicas; 5.4 Políticas setoriais: saúde, educação, habitação, segurança alimentar e trabalho; 5.5 Políticas voltadas à infância, juventude, mulher, idoso e pessoa com deficiência; 5.6 Intersetorialidade e redes de proteção social; 5.7 Parcerias com organizações da sociedade civil e terceiro setor; 5.8 Orçamento público e controle social dos gastos sociais. 6. Serviço Social e Direitos Humanos: 6.1 Princípios e dimensões dos direitos humanos e sua relação com o Serviço Social; 6.2 Diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e direitos das populações tradicionais; 6.3 Políticas de promoção da igualdade racial e de gênero; 6.4 Enfrentamento à violência doméstica, sexual e institucional; 6.5 Questões relativas à pessoa com deficiência e à inclusão social; 6.6 Populações em



situação de rua, vulnerabilidade e risco social; 6.7 Migração, refúgio e políticas de acolhimento; 6.8 A atuação do assistente social em contextos de emergência e calamidade. 7. Metodologia do Trabalho Profissional: 7.1 Planejamento e execução de projetos sociais; 7.2 Estudo social, laudo, parecer e relatório técnico; 7.3 Entrevista, visita domiciliar e acompanhamento de famílias; 7.4 Indicadores sociais e diagnóstico comunitário; 7.5 Pesquisa social e intervenção profissional; 7.6 Sistematização da prática profissional; 7.7 Supervisão técnica e formação continuada; 7.8 Trabalho em equipe interdisciplinar e articulação interinstitucional. 8. Serviço Social e Saúde: 8.1 Política Nacional de Saúde e princípios do SUS; 8.2 Papel do assistente social na equipe multiprofissional de saúde; 8.3 Atenção primária, média e alta complexidade; 8.4 Práticas de humanização e acolhimento; 8.5 Trabalho social com pacientes e familiares em situações de adoecimento e morte; 8.6 Políticas de saúde mental, álcool e outras drogas; 8.7 Vigilância em saúde e promoção da saúde coletiva; 8.8 Determinantes sociais da saúde e atuação intersetorial. 9. Serviço Social e Educação: 9.1 Política Nacional de Educação e marco legal; 9.2 O Serviço Social na escola: mediação de conflitos e fortalecimento do vínculo escolar; 9.3 Evasão, indisciplina e vulnerabilidade social; 9.4 Educação inclusiva e atendimento especializado; 9.5 Gestão democrática e participação da comunidade escolar; 9.6 Projeto político-pedagógico e dimensões sociais da aprendizagem; 9.7 Relação escola-família-comunidade; 9.8 O papel do assistente social na promoção da cidadania e dos direitos educacionais. 10. Pesquisa e Planejamento Social: 10.1 Conceitos, etapas e métodos de pesquisa social; 10.2 Planejamento estratégico e avaliação de resultados; 10.3 Diagnóstico socioeconômico e territorial; 10.4 Construção de indicadores sociais e monitoramento de programas; 10.5 Avaliação de impacto e eficiência de políticas públicas; 10.6 Instrumentos técnicos e metodológicos do planejamento social; 10.7 Participação social e empoderamento comunitário; 10.8 Produção e difusão de conhecimento no Serviço Social.

AUDITOR FISCAL

1. Direito Tributário: 1.1 Sistema Tributário Nacional e princípios constitucionais tributários; 1.2 Fontes do direito tributário e hierarquia das normas; 1.3 Competência tributária da União, Estados e Municípios; 1.4 Espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios; 1.5 Obrigação tributária principal e acessória; 1.6 Crédito tributário: constituição, lançamento, suspensão, extinção e exclusão; 1.7 Responsabilidade tributária de terceiros, sucessores e substitutos; 1.8 Isenção, anistia, remissão e decadência; 1.9 Dívida ativa, certidão de dívida ativa e execução fiscal (Lei nº 6.830/1980). 2. Legislação Tributária Municipal: 2.1 Competência tributária municipal; 2.2 Código Tributário Municipal e legislação correlata; 2.3 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); 2.4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): fato gerador, base de cálculo e alíquotas; 2.5 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); 2.6 Taxas e contribuições de melhoria; 2.7 Lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos municipais; 2.8 Incentivos fiscais, imunidades e isenções; 2.9 Responsabilidade do sujeito passivo e solidariedade tributária. 3. Fiscalização e Procedimentos Administrativos: 3.1 Processo administrativo tributário: princípios, fases e prazos; 3.2 Notificação, autuação e defesa do contribuinte; 3.3 Julgamento administrativo e recursos; 3.4 Procedimentos de auditoria fiscal e diligências externas; 3.5 Técnicas de fiscalização: análise documental, vistoria e levantamento de dados; 3.6 Sigilo fiscal e responsabilidade funcional; 3.7 Lançamento por homologação e por declaração; 3.8 Medidas coercitivas e penalidades fiscais; 3.9 Dívida ativa e execução fiscal: cobrança judicial e extrajudicial. 4. Contabilidade Geral e Pública: 4.1 Princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade (NBCs); 4.2 Demonstrações contábeis: balanço patrimonial, DRE, DFC e DMPL; 4.3 Contabilidade de custos: conceitos, classificação e análise; 4.4 Controle patrimonial, ativo imobilizado e depreciação; 4.5 Contabilidade pública: princípios, estrutura e regimes contábeis; 4.6



Receitas e despesas orçamentárias; 4.7 Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento; 4.8 Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 5. Administração Financeira e Orçamentária: 5.1 Planejamento orçamentário e gestão fiscal responsável; 5.2 PPA, LDO e LOA: conceitos e articulação; 5.3 Execução orçamentária e financeira; 5.4 Controle interno e auditoria; 5.5 Transparência fiscal e controle social; 5.6 Dívida pública e renúncia de receita; 5.7 Transferências constitucionais e voluntárias; 5.8 Sanções e responsabilidades por infrações fiscais. 6. Direito Administrativo e Constitucional: 6.1 Princípios da Administração Pública e regime jurídico-administrativo; 6.2 Poderes administrativos e responsabilidade do agente público; 6.3 Atos administrativos: requisitos, espécies e invalidação; 6.4 Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021); 6.5 Controle interno e externo da Administração Pública; 6.6 Responsabilidade civil do Estado; 6.7 Organização dos entes federativos e repartição de competências; 6.8 Direitos e garantias fundamentais e controle de constitucionalidade. 7. Legislação Aplicada à Receita Pública: 7.1 Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966); 7.2 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000); 7.3 Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980); 7.4 Normas gerais de direito financeiro e orçamentário; 7.5 Normas de auditoria governamental (TCU e CGU); 7.6 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); 7.7 Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013); 7.8 Improbidade administrativa (Lei nº 14.230/2021). 8. Auditoria e Controle Interno: 8.1 Conceitos, objetivos e tipos de auditoria; 8.2 Auditoria fiscal, operacional e de conformidade; 8.3 Técnicas de amostragem e análise de risco; 8.4 Elaboração de relatórios e pareceres; 8.5 Controle de fraudes e desvios de recursos públicos; 8.6 Planejamento e execução da auditoria; 8.7 Normas de auditoria do setor público (NBASP); 8.8 Sistemas de controle interno e externo e sua integração. 9. Administração Pública e Gestão de Resultados: 9.1 Modelos de administração pública: burocrática, gerencial e governança; 9.2 Planejamento estratégico e gestão por resultados; 9.3 Indicadores de desempenho e produtividade fiscal; 9.4 Gestão de riscos e compliance; 9.5 Transparência, ética e prestação de contas; 9.6 Avaliação de políticas públicas e eficiência da arrecadação; 9.7 Inovação tecnológica e transformação digital na administração tributária; 9.8 Educação fiscal e cidadania tributária. 10. Matemática Financeira e Raciocínio Lógico: 10.1 Juros simples e compostos; 10.2 Descontos, equivalência de capitais e taxas proporcionais; 10.3 Valor presente líquido (VPL) e taxa interna de retorno (TIR); 10.4 Amortização de empréstimos e séries uniformes de pagamento; 10.5 Atualização monetária e inflação; 10.6 Proporcionalidade, porcentagem e regra de três; 10.7 Lógica proposicional, negação, equivalência e diagramas lógicos; 10.8 Resolução de problemas envolvendo tabelas, gráficos e sequências numéricas.

CONTADOR

1. Contabilidade Geral: 1.1 Conceitos, objeto e objetivos da contabilidade; 1.2 Princípios e normas brasileiras de contabilidade (NBCs); 1.3 Patrimônio: componentes, equação contábil e variações patrimoniais; 1.4 Escrituração contábil: método das partidas dobradas, livros obrigatórios e técnicas de registro; 1.5 Balancete de verificação e encerramento de exercícios; 1.6 Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC); 1.7 Análise das demonstrações contábeis: índices de liquidez, rentabilidade e endividamento; 1.8 Avaliação de ativos e passivos conforme CPCs e NBCs aplicáveis. 2. Contabilidade de Custos: 2.1 Conceitos, objetivos e importância da contabilidade de custos; 2.2 Classificação e comportamento dos custos: fixos, variáveis, diretos e indiretos; 2.3 Métodos de custeio: por absorção, direto, variável e ABC (Activity Based Costing); 2.4 Custeio padrão e análise de variações; 2.5 Margem de contribuição, ponto de equilíbrio e alavancagem operacional; 2.6 Formação do preço de



venda e custos para tomada de decisão; 2.7 Relação entre custo, volume e lucro; 2.8 Sistemas de controle de custos e planilhas de controle gerencial. 3. Contabilidade Pública: 3.1 Princípios e fundamentos da contabilidade aplicada ao setor público (NBC TSP); 3.2 Estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); 3.3 Regimes contábeis e escrituração orçamentária, financeira e patrimonial; 3.4 Receita e despesa públicas: conceitos, estágios e classificações; 3.5 Empenho, liquidação, pagamento e restos a pagar; 3.6 Balanços públicos: orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstrações das variações patrimoniais; 3.7 Controle e prestação de contas; 3.8 Legislação aplicável: Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 4. Auditoria e Perícia Contábil: 4.1 Conceitos, objetivos e tipos de auditoria; 4.2 Normas Brasileiras de Auditoria (NBC PAs); 4.3 Planejamento, execução e relatórios de auditoria; 4.4 Testes de observância e substantivos; 4.5 Evidências e papéis de trabalho; 4.6 Fraudes, erros e irregularidades; 4.7 Perícia contábil: conceito, etapas e laudo pericial; 4.8 Responsabilidade técnica do auditor e do perito. 5. Contabilidade Aplicada ao Setor Privado: 5.1 Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e convergência às NBCs; 5.2 Ativo imobilizado, intangível e depreciação; 5.3 Ajuste a valor presente e valor justo; 5.4 Provisões, contingências e passivos trabalhistas; 5.5 Patrimônio líquido: capital social, reservas e lucros acumulados; 5.6 Instrumentos financeiros e equivalência patrimonial; 5.7 Combinação de negócios e consolidação das demonstrações contábeis; 5.8 Análise avançada das demonstrações financeiras. 6. Contabilidade Tributária: 6.1 Tributos diretos e indiretos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ISSQN; 6.2 Regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido; 6.3 Apuração e contabilização dos tributos sobre o lucro; 6.4 Retenções na fonte (IRRF, INSS, PIS, COFINS e CSLL); 6.5 Planejamento tributário e elisão fiscal; 6.6 Obrigações acessórias e escrituração fiscal digital (SPED Contábil e SPED Fiscal); 6.7 Nota fiscal eletrônica e escrituração digital; 6.8 Controle de tributos a recolher e compensações tributárias. 7. Administração Financeira e Orçamentária: 7.1 Planejamento financeiro e orçamentário; 7.2 Fluxo de caixa, capital de giro e investimentos; 7.3 Orçamento empresarial e análise de viabilidade econômica; 7.4 Indicadores de desempenho financeiro; 7.5 Avaliação de projetos e análise de investimentos (VPL e TIR); 7.6 Custos de capital e estrutura de capital; 7.7 Política de dividendos e alavancagem financeira; 7.8 Gestão de riscos e compliance financeiro. 8. Controladoria e Gestão Contábil: 8.1 Conceitos, funções e responsabilidades da controladoria; 8.2 Planejamento estratégico e orçamento empresarial; 8.3 Controle interno e sistemas de informação contábil; 8.4 Balanced Scorecard (BSC) e indicadores de desempenho; 8.5 Governança corporativa e integridade empresarial; 8.6 Contabilidade gerencial para tomada de decisão; 8.7 Avaliação de desempenho econômico-financeiro; 8.8 Gestão de custos e resultados. 9. Legislação e Ética Profissional: 9.1 Decreto-Lei nº 9.295/1946 – Criação do CFC e regulamentação da profissão contábil; 9.2 Código de Ética Profissional do Contador (Resolução CFC nº 803/1996 e alterações); 9.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa do profissional contábil; 9.4 Sigilo profissional e independência técnica; 9.5 Infrações e sanções éticas; 9.6 Fiscalização do exercício profissional pelo CRC; 9.7 Educação continuada e atualização profissional; 9.8 Normas de conduta e boas práticas contábeis. 10. Direito Aplicado à Contabilidade: 10.1 Noções de Direito Comercial, Civil e Tributário; 10.2 Legislação societária (Lei nº 6.404/1976 – Lei das S.A. e suas alterações); 10.3 Escrituração mercantil e livros empresariais; 10.4 Responsabilidade dos administradores e contadores; 10.5 Legislação trabalhista e previdenciária aplicada à contabilidade; 10.6 Contratos e obrigações; 10.7 Noções de direito público e financeiro; 10.8 Ética, transparência e responsabilidade fiscal no exercício contábil.

EDUCADOR FÍSICO

1. Fundamentos da Educação Física: 1.1 História e evolução da Educação Física no Brasil; 1.2 Concepções de corpo, movimento e saúde; 1.3 Tendências pedagógicas e suas implicações na prática



docente; 1.4 Educação Física escolar e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a BNCC; 1.5 Dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais do movimento; 1.6 Lazer, cultura corporal e qualidade de vida; 1.7 Educação inclusiva e práticas adaptadas; 1.8 Ética e responsabilidade social do profissional de Educação Física. 2. Fisiologia do Exercício e Treinamento: 2.1 Sistemas energéticos e adaptações fisiológicas ao exercício; 2.2 Funções cardiovasculares, respiratórias e metabólicas; 2.3 Força, resistência, flexibilidade e potência: fundamentos e métodos de desenvolvimento; 2.4 Treinamento aeróbico e anaeróbico; 2.5 Periodização do treinamento físico; 2.6 Avaliação física e prescrição de exercícios; 2.7 Exercício físico e saúde do idoso, da mulher e da criança; 2.8 Prevenção de lesões e princípios do treinamento seguro. 3. Anatomia e Cinesiologia: 3.1 Sistema musculoesquelético e movimentos articulares; 3.2 Planos e eixos de movimento; 3.3 Anatomia funcional aplicada à prática desportiva; 3.4 Biomecânica do movimento humano; 3.5 Postura corporal e desequilíbrios musculares; 3.6 Coordenação motora e controle neuromuscular; 3.7 Análise do gesto esportivo; 3.8 Prevenção e reabilitação de disfunções musculoesqueléticas. 4. Educação Física Escolar: 4.1 Planejamento e organização das aulas de Educação Física; 4.2 Avaliação da aprendizagem e registro pedagógico; 4.3 Jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas no contexto escolar; 4.4 Metodologias de ensino do esporte e do movimento; 4.5 Inclusão e adaptações curriculares na Educação Física; 4.6 Educação Física e desenvolvimento integral da criança e do adolescente; 4.7 Interdisciplinaridade e projetos pedagógicos; 4.8 Educação física e cidadania. 5. Atividade Física e Saúde: 5.1 Conceitos de saúde, aptidão física e bem-estar; 5.2 Promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis; 5.3 Atividade física e controle de obesidade, hipertensão, diabetes e dislipidemias; 5.4 Atividade física como política pública de saúde; 5.5 Programas de atividade física em grupos especiais: gestantes, idosos e portadores de deficiência; 5.6 Condutas éticas no atendimento em academias, clubes e instituições públicas; 5.7 Nutrição e exercício físico: princípios básicos; 5.8 Ergonomia, alongamento e recuperação muscular. 6. Esporte e Sociedade: 6.1 O esporte como fenômeno cultural e social; 6.2 Política Nacional do Esporte e diretrizes para o esporte educacional, de participação e de rendimento; 6.3 Gestão esportiva e organização de eventos; 6.4 Marketing esportivo e patrocínio; 6.5 Ética e fair play no esporte; 6.6 Esporte e inclusão social; 6.7 Educação olímpica e valores do esporte; 6.8 Legislação desportiva (Lei Pelé – Lei nº 9.615/1998 e Estatuto do Torcedor – Lei nº 10.671/2003). 7. Psicologia e Aprendizagem Motora: 7.1 Fases do desenvolvimento motor; 7.2 Aprendizagem e controle motor; 7.3 Motivação, autoconfiança e desempenho esportivo; 7.4 Psicologia do esporte e da atividade física; 7.5 Estratégias de ensino-aprendizagem e feedback; 7.6 Aspectos cognitivos e afetivos na Educação Física escolar; 7.7 Formação de hábitos saudáveis e autocontrole emocional; 7.8 Treinamento mental e técnicas de concentração. 8. Legislação e Ética Profissional: 8.1 Lei nº 9.696/1998 – regulamentação da profissão de Educação Física; 8.2 Sistema CONFEF/CREFs e suas atribuições; 8.3 Código de Ética do Profissional de Educação Física (Resolução CONFEF nº 307/2015); 8.4 Responsabilidade técnica e civil do profissional; 8.5 Princípios éticos no exercício da docência e no atendimento individual; 8.6 Atuação multiprofissional em saúde e educação; 8.7 Direitos humanos, cidadania e valores éticos; 8.8 Atualização profissional e formação continuada.

ECONOMISTA

1. Fundamentos da Ciência Econômica: objeto e método da Economia; problemas econômicos fundamentais; escassez, escolha e custo de oportunidade; sistemas econômicos; economia positiva e normativa; microeconomia e macroeconomia. 2. Teoria Microeconômica: teoria do consumidor; preferências, restrição orçamentária e escolha; elasticidades; teoria da firma; produção, custos e maximização de lucros; estruturas de mercado; concorrência perfeita, monopólio, concorrência



monopolística e oligopólio; falhas de mercado; bens públicos, externalidades e assimetria de informações; papel regulador do Estado. 3. Teoria Macroeconômica: contas nacionais; produto interno bruto e renda nacional; consumo, poupança e investimento; demanda e oferta agregadas; inflação, desemprego e crescimento econômico; ciclos econômicos; política fiscal, monetária e cambial; sistema financeiro nacional; papel do Estado na estabilização da economia. 4. Economia do Setor Público: funções econômicas do governo; intervenção do Estado na economia; tributação e gasto público; princípios da tributação; orçamento público e seus impactos econômicos; federalismo fiscal; finanças públicas e equilíbrio fiscal. 5. Planejamento Econômico e Políticas Públicas: planejamento econômico; instrumentos de política pública; formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; análise custo-benefício e custo-efetividade; indicadores econômicos e sociais; monitoramento e avaliação de programas governamentais. 6. Desenvolvimento Econômico e Regional: teorias do desenvolvimento econômico; crescimento econômico e distribuição de renda; desigualdades regionais; economia regional e urbana; políticas de desenvolvimento regional; desenvolvimento sustentável; economia amazônica e desafios regionais. 7. Economia Brasileira: formação econômica do Brasil; estrutura produtiva; industrialização e setor de serviços; agronegócio e economia regional; mercado de trabalho brasileiro; políticas econômicas no Brasil; desafios econômicos contemporâneos. 8. Economia do Trabalho: oferta e demanda de trabalho; salários, produtividade e capital humano; informalidade; desemprego; políticas de emprego e renda; relações de trabalho e proteção social. 9. Economia Monetária e Financeira: moeda e sistema monetário; bancos e intermediação financeira; crédito; inflação e política monetária; sistema financeiro nacional; mercados financeiros e de capitais; regulação financeira. 10. Métodos Quantitativos Aplicados à Economia: estatística econômica; índices de preços e indicadores econômicos; análise de dados econômicos; noções de econometria; interpretação de séries temporais; uso de dados para análise e tomada de decisão econômica. 11. Economia Internacional: comércio internacional; vantagens comparativas; políticas comerciais; balança de pagamentos; câmbio; integração econômica; economia global e seus impactos na economia nacional e regional. 12. Sustentabilidade, meio ambiente e economia: economia ambiental; uso racional dos recursos naturais; desenvolvimento sustentável; instrumentos econômicos de política ambiental; economia verde. 13. Ética, responsabilidade social e atuação profissional: ética na atuação do economista; responsabilidade social; compromisso com o interesse público; transparência; sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico.

ENFERMEIRO

1. Fundamentos da Enfermagem: 1.1 História e evolução da Enfermagem; 1.2 Processo de Enfermagem: etapas, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação; 1.3 Princípios científicos e éticos da prática de enfermagem; 1.4 Teorias e modelos de enfermagem; 1.5 Higiene, conforto e segurança do paciente; 1.6 Administração de medicamentos: vias, dosagens, cálculos e cuidados; 1.7 Esterilização, desinfecção e assepsia; 1.8 Enfermagem baseada em evidências e prática segura. 2. Saúde Coletiva e Sistema Único de Saúde (SUS): 2.1 Princípios, diretrizes e estrutura do SUS; 2.2 Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990; 2.3 Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e Estratégia Saúde da Família (ESF); 2.4 Vigilância em saúde: epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador; 2.5 Programas nacionais de saúde: imunização, hipertensão, diabetes, pré-natal e saúde do idoso; 2.6 Educação em saúde e promoção da saúde; 2.7 Determinantes sociais da saúde e equidade; 2.8 Planejamento e avaliação de ações de saúde coletiva. 3. Enfermagem Médico-Cirúrgica: 3.1 Assistência ao paciente cirúrgico: pré, trans e pós-operatório; 3.2 Enfermagem em urgência e emergência: suporte básico e avançado de vida; 3.3 Atendimento ao paciente politraumatizado; 3.4 Controle de infecção hospitalar e vigilância epidemiológica; 3.5 Cuidados em feridas, curativos e drenos; 3.6 Enfermagem em centro cirúrgico e



CME; 3.7 Assistência em terapia intensiva e monitoramento hemodinâmico; 3.8 Prevenção de eventos adversos e segurança do paciente. 4. Enfermagem Materno-Infantil: 4.1 Assistência de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério; 4.2 Aleitamento materno e cuidados com o recém-nascido; 4.3 Planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva; 4.4 Crescimento e desenvolvimento infantil; 4.5 Cuidados em pediatria e puericultura; 4.6 Imunização e vigilância de doenças transmissíveis na infância; 4.7 Mortalidade materna e infantil: causas e prevenção; 4.8 Assistência de enfermagem em adolescentes e gestantes de risco. 5. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria: 5.1 Política Nacional de Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica; 5.2 Atenção psicossocial e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); 5.3 Transtornos mentais e comportamentais mais prevalentes; 5.4 Cuidados de enfermagem a pacientes com dependência química; 5.5 Humanização do cuidado e vínculo terapêutico; 5.6 Prevenção do suicídio e acolhimento em crise; 5.7 Enfermagem no contexto da saúde mental infantojuvenil; 5.8 Estratégias de reinserção social e trabalho interdisciplinar. 6. Enfermagem em Doenças Crônicas e Infectocontagiosas: 6.1 Vigilância, controle e prevenção de doenças infecciosas; 6.2 HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase e hepatites virais; 6.3 Doenças respiratórias e cardiovasculares crônicas; 6.4 Diabetes mellitus e hipertensão arterial; 6.5 Enfermagem em oncologia e cuidados paliativos; 6.6 Prevenção e manejo de infecções hospitalares; 6.7 Assistência ao paciente com Covid-19 e síndromes gripais; 6.8 Protocolos clínicos e diretrizes do Ministério da Saúde. 7. Enfermagem em Saúde do Trabalhador e Vigilância Ambiental: 7.1 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e PPRA; 7.2 Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho; 7.3 Ergonomia e biossegurança; 7.4 Exposição a agentes biológicos, químicos e físicos; 7.5 Notificação e investigação de acidentes de trabalho; 7.6 Políticas públicas de vigilância em saúde do trabalhador; 7.7 Enfermagem e sustentabilidade ambiental; 7.8 Impactos ambientais na saúde coletiva. 8. Enfermagem em Gestão e Educação: 8.1 Planejamento, coordenação e supervisão de equipes de enfermagem; 8.2 Liderança, comunicação e processo decisório; 8.3 Dimensionamento de pessoal e carga de trabalho; 8.4 Gestão de materiais, insumos e equipamentos hospitalares; 8.5 Auditoria em enfermagem e controle de qualidade; 8.6 Educação permanente e capacitação de equipes; 8.7 Protocolos e indicadores de qualidade assistencial; 8.8 Ética e humanização na gestão de serviços de saúde. 9. Legislação e Ética Profissional: 9.1 Lei nº 7.498/1986 – Exercício da Enfermagem e Decreto nº 94.406/1987; 9.2 Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017); 9.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa do enfermeiro; 9.4 Direitos e deveres do profissional de enfermagem; 9.5 Sigilo profissional e confidencialidade; 9.6 Supervisão e delegação de atividades ao técnico e auxiliar de enfermagem; 9.7 Infrações e sanções éticas; 9.8 Educação continuada e compromisso social do enfermeiro. 10. Políticas Públicas e Programas do SUS: 10.1 Política Nacional de Humanização (PNH); 10.2 Programa Nacional de Imunizações (PNI); 10.3 Política Nacional de Saúde da Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescente; 10.4 Política Nacional de Atenção Domiciliar e Rede de Atenção à Saúde (RAS); 10.5 Estratégia Saúde da Família e Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF); 10.6 Política Nacional de Segurança do Paciente; 10.7 Atenção às doenças negligenciadas e emergentes; 10.8 Avaliação de indicadores epidemiológicos e gestão da informação em saúde.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. Fundamentos da Engenharia Ambiental: 1.1 Conceitos de meio ambiente, ecossistemas e sustentabilidade; 1.2 Interação entre sociedade, economia e natureza; 1.3 Princípios de desenvolvimento sustentável e Agenda 2030; 1.4 Gestão ambiental e instrumentos de política ambiental; 1.5 Avaliação de impacto ambiental (AIA) e estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA); 1.6 Planejamento ambiental urbano e rural; 1.7 Licenciamento ambiental: fases, procedimentos e legislação aplicável; 1.8 Responsabilidade técnica e ética do engenheiro ambiental. 2. Legislação e Normas Ambientais: 2.1 Política Nacional do



Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); 2.2 Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais e responsabilidade civil e penal; 2.3 Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal; 2.4 Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos; 2.5 Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; 2.6 Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 14.026/2020 – Marco Legal do Saneamento Básico; 2.7 Resoluções do CONAMA e normas do IBAMA; 2.8 Normas da ABNT aplicáveis à gestão ambiental (NBR ISO 14001 e 14004).

3. Recursos Hídricos e Saneamento: 3.1 Ciclo hidrológico e bacias hidrográficas; 3.2 Planejamento e gestão integrada de recursos hídricos; 3.3 Monitoramento e qualidade da água; 3.4 Sistemas de abastecimento de água: captação, adução, tratamento e distribuição; 3.5 Esgotamento sanitário: coleta, transporte e tratamento de efluentes; 3.6 Drenagem urbana e controle de enchentes; 3.7 Reuso de água e aproveitamento de águas pluviais; 3.8 Poluição hídrica e controle de efluentes industriais.

4. Resíduos Sólidos e Poluição: 4.1 Tipos de resíduos: domésticos, industriais, hospitalares e agrícolas; 4.2 Coleta seletiva, reciclagem e compostagem; 4.3 Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos; 4.4 Disposição final e operação de aterros sanitários; 4.5 Resíduos perigosos e normas de transporte e armazenamento; 4.6 Poluição atmosférica: fontes, controle e legislação; 4.7 Poluição sonora, visual e do solo; 4.8 Tecnologias limpas e mitigação de impactos ambientais.

5. Ecologia e Conservação Ambiental: 5.1 Estrutura e funcionamento dos ecossistemas; 5.2 Biodiversidade e conservação da fauna e flora; 5.3 Unidades de conservação: categorias, criação e manejo (Lei nº 9.985/2000 – SNUC); 5.4 Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal; 5.5 Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas; 5.6 Educação ambiental e participação comunitária; 5.7 Indicadores de sustentabilidade ambiental; 5.8 Planos de manejo e corredores ecológicos.

6. Geoprocessamento e Planejamento Ambiental: 6.1 Cartografia e topografia aplicadas ao meio ambiente; 6.2 Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e sensoriamento remoto; 6.3 Georreferenciamento e mapeamento de uso e ocupação do solo; 6.4 Monitoramento de impactos e degradação ambiental; 6.5 Zoneamento ambiental e ecológico-econômico; 6.6 Planejamento territorial sustentável; 6.7 Modelagem ambiental e geotecnologias; 6.8 Aplicações de drones e imagens de satélite em diagnósticos ambientais.

7. Gestão Ambiental e Sustentabilidade: 7.1 Planejamento e implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA); 7.2 Certificação ambiental e auditoria ambiental; 7.3 Produção mais limpa (P+L) e responsabilidade socioambiental; 7.4 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); 7.5 Logística reversa e economia circular; 7.6 Indicadores de desempenho ambiental; 7.7 Relatórios de sustentabilidade e balanço socioambiental; 7.8 ESG (Environmental, Social and Governance) e compliance ambiental.

8. Engenharia Sanitária e Controle da Poluição: 8.1 Tratamento de água e efluentes: processos físicos, químicos e biológicos; 8.2 Estações de tratamento: tipos, dimensionamento e operação; 8.3 Controle da poluição atmosférica e emissões industriais; 8.4 Monitoramento ambiental e controle de contaminantes; 8.5 Gestão de riscos ambientais e emergências químicas; 8.6 Remediação de solos e áreas contaminadas; 8.7 Tecnologias ambientais inovadoras e energias renováveis; 8.8 Eficiência energética e gestão de recursos naturais.

9. Auditoria e Licenciamento Ambiental: 9.1 Etapas e instrumentos do licenciamento ambiental; 9.2 Relatórios de impacto ambiental (RIMA) e estudos de viabilidade ambiental; 9.3 Auditoria ambiental: conceitos, objetivos e metodologias; 9.4 Controle e monitoramento pós-licenciamento; 9.5 Termo de ajustamento de conduta (TAC) e compensação ambiental; 9.6 Responsabilidade civil e penal por danos ambientais; 9.7 Fiscalização e sanções administrativas; 9.8 Papel dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.

10. Ética e Legislação Profissional: 10.1 Lei nº 5.194/1966 – Exercício das profissões de Engenheiro e Agrônomo; 10.2 Resoluções do CONFEA/CREA; 10.3 Responsabilidade técnica e emissão de ART; 10.4 Ética e conduta profissional; 10.5 Princípios de segurança do trabalho e NR aplicáveis à engenharia; 10.6 Relação entre engenharia ambiental e políticas públicas; 10.7 Desenvolvimento sustentável e cidadania ambiental; 10.8 Educação ambiental e formação continuada do engenheiro ambiental.



ENGENHEIRO CIVIL

1. Fundamentos da Engenharia Civil: 1.1 Conceitos e atribuições profissionais segundo a Lei nº 5.194/1966 e resoluções do CONFEA/CREA; 1.2 Ética e responsabilidade técnica do engenheiro civil; 1.3 Normas e procedimentos para emissão de ART e fiscalização de obras; 1.4 Princípios de segurança, qualidade e sustentabilidade na construção civil; 1.5 Gestão de projetos e obras públicas; 1.6 Planejamento físico-financeiro e controle de prazos; 1.7 Fiscalização de contratos e medições de serviços; 1.8 Aplicações da engenharia civil no desenvolvimento urbano. 2. Materiais de Construção e Tecnologia das Construções: 2.1 Propriedades e ensaios de materiais de construção: concreto, argamassa, aço, cerâmica e madeira; 2.2 Dosagem, preparo e controle de qualidade do concreto; 2.3 Ensaios laboratoriais e controle tecnológico; 2.4 Agregados, cimentos e aditivos; 2.5 Durabilidade e patologias das edificações; 2.6 Argamassas e revestimentos; 2.7 Alvenarias estruturais e de vedação; 2.8 Normas ABNT aplicáveis (NBR 6118, NBR 7211, NBR 12655). 3. Estruturas e Resistência dos Materiais: 3.1 Fundamentos da resistência dos materiais; 3.2 Esforços internos: tração, compressão, flexão, cisalhamento e torção; 3.3 Diagramas de esforços e dimensionamento de elementos estruturais; 3.4 Estruturas de concreto armado: princípios de cálculo e detalhamento; 3.5 Estruturas metálicas e de madeira; 3.6 Fundações rasas e profundas; 3.7 Estruturas pré-moldadas e protendidas; 3.8 Normas aplicáveis: NBR 6118, NBR 8681 e NBR 6120. 4. Topografia e Georreferenciamento: 4.1 Conceitos de topografia, altimetria e planimetria; 4.2 Instrumentos e métodos de levantamento topográfico; 4.3 Nivelamento, coordenadas e curvas de nível; 4.4 Locação de obras e cálculos de áreas e volumes; 4.5 Georreferenciamento de imóveis rurais e urbanos; 4.6 GPS e geotecnologias aplicadas à engenharia; 4.7 Leitura e interpretação de plantas e perfis topográficos; 4.8 Aplicações de drones e SIG no planejamento urbano. 5. Hidráulica e Saneamento: 5.1 Princípios de hidráulica e hidrologia; 5.2 Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; 5.3 Drenagem urbana e controle de enchentes; 5.4 Captação e tratamento de águas superficiais e subterrâneas; 5.5 Efluentes e águas residuárias: coleta e tratamento; 5.6 Instalações prediais hidráulicas e sanitárias; 5.7 Manejo de águas pluviais e drenagem sustentável; 5.8 Normas técnicas: NBR 12218, NBR 12215 e NBR 9649. 6. Obras de Infraestrutura e Transportes: 6.1 Engenharia de transportes e tráfego urbano; 6.2 Projeto geométrico e pavimentação de vias; 6.3 Terraplenagem, compactação e controle de solos; 6.4 Tipos de pavimentos: rígido, flexível e intertravado; 6.5 Dimensionamento de camadas e controle tecnológico; 6.6 Drenagem superficial e sub-superficial em vias; 6.7 Sinalização viária e acessibilidade; 6.8 Normas DNIT e NBR correlatas (NBR 7181, NBR 7182, NBR 8681). 7. Gestão e Fiscalização de Obras Públicas: 7.1 Planejamento e controle de obras: cronogramas e orçamentos; 7.2 Medição, acompanhamento e controle de custos; 7.3 Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021); 7.4 Composição de custos unitários e BDI; 7.5 Planilhas orçamentárias e curva ABC; 7.6 Controle de qualidade e produtividade na construção; 7.7 Normas de segurança do trabalho (NR-18 e NR-35); 7.8 Gestão documental e diário de obra. 8. Geotecnia e Mecânica dos Solos: 8.1 Classificação e propriedades dos solos; 8.2 Ensaios de caracterização e compactação; 8.3 Permeabilidade e adensamento; 8.4 Estabilidade de taludes e contenções; 8.5 Fundações rasas e profundas: tipos, dimensionamento e patologias; 8.6 Controle de recalques e drenagem subterrânea; 8.7 Sondagens e prospecções geotécnicas; 8.8 Normas ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 7250, NBR 6122). 9. Orçamento, Planejamento e Controle de Custos: 9.1 Planejamento físico-financeiro e cronograma de execução; 9.2 Elaboração de planilhas orçamentárias e estimativas de custos; 9.3 Composição de preços unitários e índices de produtividade; 9.4 Critérios de medição e controle de custos em obras públicas; 9.5 Aplicação de softwares de orçamento e gestão (TCPO, SINAPI, BIM); 9.6 Controle de desperdícios e sustentabilidade financeira; 9.7 Relatórios de desempenho físico e financeiro; 9.8 Auditoria e prestação de contas de obras públicas. 10.



Sustentabilidade e Inovação na Construção Civil: 10.1 Construções sustentáveis e certificações ambientais (LEED, AQUA, EDGE); 10.2 Eficiência energética e conforto ambiental; 10.3 Tecnologias construtivas inovadoras: pré-fabricados, BIM e impressão 3D; 10.4 Gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil (CONAMA nº 307/2002); 10.5 Reuso de água e materiais recicláveis em obras; 10.6 Planejamento urbano sustentável e acessibilidade; 10.7 Avaliação de ciclo de vida de edificações; 10.8 Responsabilidade socioambiental e boas práticas na engenharia civil.

ENGENHEIRO FLORESTAL

1. Fundamentos da Engenharia Florestal: 1.1 Conceitos básicos e objetivos da engenharia florestal; 1.2 Atribuições profissionais conforme Lei nº 5.194/1966 e resoluções do CONFEA/CREA; 1.3 Responsabilidade técnica e ética do engenheiro florestal; 1.4 Importância das florestas para o equilíbrio ambiental; 1.5 Classificação e tipologia das formações florestais brasileiras; 1.6 Relação entre floresta, solo, água e atmosfera; 1.7 Planejamento e manejo de recursos florestais; 1.8 Aplicações tecnológicas e inovação no setor florestal. 2. Legislação Ambiental e Florestal: 2.1 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); 2.2 Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal: APP, Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural (CAR); 2.3 Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais e responsabilidades; 2.4 Lei nº 11.284/2006 – Gestão de florestas públicas; 2.5 Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; 2.6 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000 – SNUC); 2.7 Resoluções CONAMA aplicáveis à atividade florestal; 2.8 Normas da ABNT e diretrizes do IBAMA e ICMBio. 3. Ecologia e Conservação da Natureza: 3.1 Estrutura e funcionamento dos ecossistemas florestais; 3.2 Sucessão ecológica e dinâmica de populações; 3.3 Biodiversidade e conservação de espécies nativas; 3.4 Ecossistemas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa; 3.5 Recuperação de áreas degradadas (RAD) e restauração ecológica; 3.6 Corredores ecológicos e conectividade de paisagens; 3.7 Impactos ambientais e mitigação; 3.8 Planos de manejo e conservação da fauna e flora. 4. Manejo Florestal Sustentável: 4.1 Princípios e métodos do manejo florestal; 4.2 Inventário florestal: objetivos, técnicas e indicadores; 4.3 Planejamento de exploração florestal e rendimento sustentado; 4.4 Técnicas de colheita e transporte de madeira; 4.5 Monitoramento e controle pós-exploração; 4.6 Certificação florestal (FSC, PEFC e CERFLOR); 4.7 Gestão de florestas nativas e plantadas; 4.8 Legislação sobre manejo e licenciamento ambiental. 5. Silvicultura e Produção Florestal: 5.1 Propagação, viveiros e produção de mudas; 5.2 Planejamento e implantação de reflorestamentos; 5.3 Espécies florestais de interesse econômico e ecológico; 5.4 Técnicas de plantio, espaçamento e tratos culturais; 5.5 Adubação e manejo de solos florestais; 5.6 Controle de pragas e doenças; 5.7 Melhoramento genético e seleção de matrizes; 5.8 Sistemas agroflorestais e recuperação produtiva. 6. Topografia e Geoprocessamento Aplicado: 6.1 Levantamentos topográficos e planialtimétricos; 6.2 Georreferenciamento de áreas florestais; 6.3 Sensoriamento remoto e interpretação de imagens; 6.4 Sistemas de Informação Geográfica (SIG) aplicados à gestão florestal; 6.5 Modelagem de crescimento e produção florestal; 6.6 Monitoramento por drones e satélites; 6.7 Zoneamento ecológico-econômico; 6.8 Aplicações práticas de geotecnologias em inventários e fiscalização. 7. Gestão Ambiental e Políticas Públicas: 7.1 Instrumentos de gestão ambiental: licenciamento, zoneamento e avaliação de impacto; 7.2 Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); 7.3 Pagamento por serviços ambientais (PSA); 7.4 Gestão de recursos hídricos e bacias hidrográficas; 7.5 Planejamento participativo e educação ambiental; 7.6 Fiscalização florestal e controle de desmatamento; 7.7 Sistemas de monitoramento ambiental (DETER, PRODES e CAR); 7.8 Participação social na formulação de políticas ambientais. 8. Tecnologia e Indústria Florestal: 8.1 Processamento mecânico e químico da madeira; 8.2 Serrarias, secagem e beneficiamento; 8.3 Produção de celulose, papel e biomassa; 8.4 Uso de resíduos florestais e



geração de energia renovável; 8.5 Valoração econômica de produtos florestais madeireiros e não madeireiros; 8.6 Cadeias produtivas e certificações de sustentabilidade; 8.7 Engenharia de produtos de madeira e materiais compósitos; 8.8 Inovação e biotecnologia aplicada ao setor florestal. 9. Climatologia e Conservação do Solo: 9.1 Clima e microclima em ecossistemas florestais; 9.2 Relação entre cobertura vegetal e balanço hídrico; 9.3 Erosão, assoreamento e conservação do solo; 9.4 Práticas conservacionistas e uso racional dos recursos naturais; 9.5 Zoneamento agroecológico e prevenção de incêndios; 9.6 Monitoramento de queimadas e controle do fogo; 9.7 Impactos climáticos na produtividade florestal; 9.8 Estratégias de adaptação e mitigação às mudanças climáticas. 10. Ética e Responsabilidade Profissional: 10.1 Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA; 10.2 Responsabilidade técnica, civil e criminal; 10.3 Normas de segurança no trabalho florestal (NR-31 e NR-12); 10.4 Planejamento de segurança em atividades de campo; 10.5 Participação do engenheiro florestal na gestão pública; 10.6 Educação ambiental e atuação interdisciplinar; 10.7 Políticas de reflorestamento e conservação da biodiversidade; 10.8 Compromisso ético e socioambiental do engenheiro florestal.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. Fundamentos da Agronomia: 1.1 Conceitos e áreas de atuação da engenharia agrônoma; 1.2 Atribuições legais do engenheiro agrônomo (Lei nº 5.194/1966 e Resoluções do CONFEA/CREA); 1.3 Responsabilidade técnica, ART e ética profissional; 1.4 Relação entre agricultura, pecuária e meio ambiente; 1.5 O papel do engenheiro agrônomo no desenvolvimento rural sustentável; 1.6 Planejamento agrícola e gestão da produção; 1.7 Extensão rural e assistência técnica; 1.8 Inovação e tecnologia no agronegócio. 2. Solos e Fertilidade: 2.1 Formação, classificação e propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos; 2.2 Levantamento e mapeamento de solos; 2.3 Correção da acidez e salinidade; 2.4 Adubação mineral, orgânica e verde; 2.5 Manejo integrado da fertilidade e da matéria orgânica; 2.6 Erosão, compactação e conservação do solo; 2.7 Análise e interpretação de resultados laboratoriais; 2.8 Práticas sustentáveis de manejo do solo. 3. Fitotecnia e Culturas Agrícolas: 3.1 Fatores que influenciam o desenvolvimento vegetal; 3.2 Técnicas de preparo de solo, plantio, irrigação e colheita; 3.3 Rotação e consorciação de culturas; 3.4 Melhoramento genético vegetal e biotecnologia agrícola; 3.5 Produção de sementes e mudas; 3.6 Principais culturas alimentares, industriais e forrageiras; 3.7 Zoneamento agrícola e planejamento de safras; 3.8 Uso racional de defensivos e manejo de cultivos sustentáveis. 4. Irrigação e Drenagem: 4.1 Fundamentos de hidráulica e hidrologia aplicados à irrigação; 4.2 Tipos de sistemas de irrigação: superficial, por aspersão, localizada e subterrânea; 4.3 Planejamento e dimensionamento de projetos de irrigação; 4.4 Eficiência no uso da água e manejo da irrigação; 4.5 Métodos de drenagem e controle de salinidade; 4.6 Aproveitamento de águas pluviais e reúso na agricultura; 4.7 Monitoramento climático e previsão de chuvas; 4.8 Normas técnicas da ABNT e recomendações do MAPA. 5. Fitossanidade e Defesa Vegetal: 5.1 Pragas, doenças e plantas daninhas: identificação e controle; 5.2 Manejo integrado de pragas (MIP) e doenças (MID); 5.3 Métodos de controle: biológico, químico e cultural; 5.4 Regulamentação de defensivos agrícolas e agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989 e Decreto nº 4.074/2002); 5.5 Boas práticas agrícolas e segurança na aplicação; 5.6 Monitoramento de resistência e rotatividade de princípios ativos; 5.7 Controle biotecnológico e agentes naturais; 5.8 Fiscalização e responsabilidade técnica em fitossanidade. 6. Zootecnia e Produção Animal: 6.1 Bases da nutrição animal e formulação de rações; 6.2 Melhoramento genético e reprodução animal; 6.3 Instalações, manejo e bem-estar de bovinos, suínos, aves e pequenos ruminantes; 6.4 Pastagens e forragicultura; 6.5 Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); 6.6 Sanidade animal e controle de zoonoses; 6.7 Legislação sobre defesa sanitária animal; 6.8 Sustentabilidade e gestão da produção pecuária. 7. Gestão Ambiental e Sustentabilidade: 7.1 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); 7.2 Código Florestal (Lei



nº 12.651/2012): APP, Reserva Legal e CAR; 7.3 Gestão de recursos hídricos (Lei nº 9.433/1997); 7.4 Conservação da biodiversidade e uso sustentável da terra; 7.5 Práticas de agricultura orgânica e agroecologia; 7.6 Certificação ambiental e rastreabilidade de produtos agrícolas; 7.7 Emissões de gases de efeito estufa e sequestro de carbono; 7.8 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). 8. Administração e Economia Rural: 8.1 Princípios de administração e contabilidade rural; 8.2 Planejamento e controle de custos de produção; 8.3 Indicadores econômicos da atividade agrícola; 8.4 Crédito rural, políticas públicas e programas governamentais; 8.5 Associativismo, cooperativismo e agricultura familiar; 8.6 Comercialização, logística e cadeias produtivas; 8.7 Mercado agrícola nacional e internacional; 8.8 Seguro agrícola e gestão de riscos climáticos. 9. Tecnologia, Extensão e Inovação no Campo: 9.1 Agricultura de precisão e geotecnologias aplicadas; 9.2 Uso de drones e sensores no monitoramento agrícola; 9.3 Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e mapeamento de produtividade; 9.4 Internet das Coisas (IoT) e automação agrícola; 9.5 Softwares e plataformas digitais de gestão rural; 9.6 Boas práticas de manejo e redução de perdas pós-colheita; 9.7 Educação e extensão rural; 9.8 Pesquisa, inovação e políticas de fomento à tecnologia agrícola. 10. Legislação e Ética Profissional: 10.1 Lei nº 5.194/1966 – exercício das profissões de engenheiro e agrônomo; 10.2 Resoluções do CONFEA/CREA; 10.3 Código de Ética Profissional; 10.4 Responsabilidade técnica e civil do engenheiro agrônomo; 10.5 Normas de segurança e saúde no trabalho rural (NR-31); 10.6 Políticas públicas de desenvolvimento agrário; 10.7 Extensão e cidadania rural; 10.8 Educação ambiental e compromisso social do engenheiro agrônomo.

ENGENHEIRO DE PESCA

1. Fundamentos da Engenharia de Pesca: 1.1 Conceitos e campos de atuação do engenheiro de pesca; 1.2 Atribuições profissionais segundo a Lei nº 5.194/1966 e Resoluções do CONFEA/CREA; 1.3 Ética, responsabilidade técnica e emissão de ART; 1.4 Importância socioeconômica da pesca e da aquicultura; 1.5 Cadeia produtiva do pescado e sua relevância para a segurança alimentar; 1.6 Sustentabilidade e manejo responsável dos recursos pesqueiros; 1.7 Planejamento e gestão da produção aquícola; 1.8 Tecnologias e inovações aplicadas ao setor pesqueiro. 2. Recursos Pesqueiros e Ecossistemas Aquáticos: 2.1 Classificação dos ecossistemas aquáticos: marinhos, estuarinos e continentais; 2.2 Ecologia aquática e dinâmica das populações de peixes; 2.3 Cadeias tróficas e produtividade primária; 2.4 Impactos ambientais sobre os recursos pesqueiros; 2.5 Poluição hídrica e eutrofização; 2.6 Monitoramento e conservação da ictiofauna; 2.7 Recuperação de estoques pesqueiros; 2.8 Planos de manejo e ordenamento pesqueiro. 3. Aquicultura e Produção Aquícola: 3.1 Princípios e sistemas de cultivo: extensivo, semi-intensivo e intensivo; 3.2 Estruturas e equipamentos para piscicultura, carcinicultura e malacocultura; 3.3 Técnicas de reprodução, larvicultura e engorda; 3.4 Qualidade da água e parâmetros limnológicos; 3.5 Nutrição e manejo alimentar de organismos aquáticos; 3.6 Sanidade aquícola e biossegurança; 3.7 Boas práticas de manejo (BPM) e certificação aquícola; 3.8 Processos de beneficiamento e agregação de valor ao pescado. 4. Engenharia de Pesca e Tecnologia do Pescado: 4.1 Métodos e equipamentos de captura artesanal e industrial; 4.2 Tipos de embarcações e princípios de estabilidade naval; 4.3 Técnicas de conservação e processamento de pescado; 4.4 Controle de qualidade e inspeção sanitária; 4.5 Cadeia do frio e rastreabilidade de produtos pesqueiros; 4.6 Aproveitamento de subprodutos e redução de perdas; 4.7 Armazenamento e transporte de pescado; 4.8 Normas de higiene e segurança alimentar. 5. Legislação e Políticas Públicas para o Setor Pesqueiro: 5.1 Lei nº 11.959/2009 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; 5.2 Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais; 5.3 Decreto nº 10.576/2020 – Estrutura e competências do MAPA na gestão pesqueira; 5.4 Leis e normas do IBAMA e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); 5.5 Licenciamento ambiental de empreendimentos aquícolas; 5.6 Normas de segurança na navegação interior (NORMAM); 5.7 Regulamentação de



transporte, armazenamento e comercialização de pescado; 5.8 Políticas de incentivo e fomento à aquicultura sustentável. 6. Gestão Ambiental e Sustentabilidade na Pesca: 6.1 Princípios de gestão ambiental aplicados à pesca; 6.2 Avaliação de impactos ambientais em atividades pesqueiras e aquícolas; 6.3 Licenciamento ambiental e zoneamento costeiro; 6.4 Gestão integrada de bacias hidrográficas e zonas costeiras; 6.5 Conservação de manguezais, lagos e rios; 6.6 Mitigação de impactos e recuperação ambiental; 6.7 Educação ambiental e responsabilidade socioambiental; 6.8 Políticas internacionais e certificações de pesca sustentável (MSC, ASC). 7. Estatística e Avaliação Pesqueira: 7.1 Métodos de coleta e análise de dados pesqueiros; 7.2 Estimativas de esforço e captura; 7.3 Modelos de dinâmica populacional; 7.4 Avaliação de estoques e rendimento máximo sustentável; 7.5 Monitoramento participativo e indicadores de sustentabilidade; 7.6 Estatística aplicada à produção e comercialização do pescado; 7.7 Uso de sistemas de informação geográfica (SIG) em estudos pesqueiros; 7.8 Indicadores econômicos e produtivos do setor. 8. Oceanografia e Limnologia Aplicadas: 8.1 Oceanografia física, química e biológica; 8.2 Correntes, marés, salinidade e temperatura; 8.3 Limnologia e qualidade da água em ambientes continentais; 8.4 Ciclo de nutrientes e produtividade primária; 8.5 Poluição e bioacumulação em ecossistemas aquáticos; 8.6 Técnicas de amostragem e monitoramento ambiental; 8.7 Impactos climáticos sobre os recursos pesqueiros; 8.8 Gestão de riscos ambientais em ambientes aquáticos. 9. Economia, Administração e Extensão Pesqueira: 9.1 Economia pesqueira e cadeias produtivas; 9.2 Planejamento e gestão de empreendimentos aquícolas; 9.3 Custos de produção e viabilidade econômica; 9.4 Cooperativismo e associativismo pesqueiro; 9.5 Extensão e assistência técnica em comunidades ribeirinhas; 9.6 Comercialização, logística e agregação de valor; 9.7 Políticas públicas e linhas de crédito para o setor; 9.8 Desenvolvimento regional e inclusão produtiva. 10. Ética e Legislação Profissional: 10.1 Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA; 10.2 Responsabilidade técnica, civil e criminal; 10.3 Segurança no trabalho embarcado e em atividades aquícolas (NR-30 e NR-31); 10.4 Planejamento e prevenção de acidentes; 10.5 Educação ambiental e cidadania marítima; 10.6 Participação do engenheiro de pesca na gestão pública; 10.7 Sustentabilidade e desenvolvimento econômico; 10.8 Compromisso ético e social na gestão dos recursos aquáticos.

FARMACÊUTICO

1. Fundamentos da Farmácia: 1.1 Conceito, evolução histórica e áreas de atuação do farmacêutico; 1.2 Atribuições profissionais conforme a Lei nº 13.021/2014 e a Lei nº 5.991/1973; 1.3 Regulamentação do exercício profissional e responsabilidade técnica (Resolução CFF nº 596/2014); 1.4 Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 596/2014); 1.5 Funções do farmacêutico em drogarias, farmácias, hospitais e laboratórios; 1.6 Farmácia clínica, atenção farmacêutica e cuidado ao paciente; 1.7 Notificação e farmacovigilância; 1.8 Atuação do farmacêutico na saúde pública e no SUS. 2. Legislação e Controle Sanitário: 2.1 Lei nº 6.360/1976 – Vigilância Sanitária de medicamentos e correlatos; 2.2 RDC nº 44/2009 – Boas Práticas Farmacêuticas; 2.3 RDC nº 67/2007 – Manipulação de preparações magistrais e oficinais; 2.4 RDC nº 430/2020 – Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem; 2.5 Portaria nº 344/1998 – Substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; 2.6 RDC nº 222/2018 – Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; 2.7 RDC nº 301/2019 – Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos; 2.8 Responsabilidade técnica e fiscalização pelo CRF e ANVISA. 3. Farmacologia e Terapêutica: 3.1 Princípios gerais da farmacocinética e farmacodinâmica; 3.2 Vias de administração e biodisponibilidade; 3.3 Interações medicamentosas e reações adversas; 3.4 Classes terapêuticas: analgésicos, antibióticos, anti-inflamatórios, antihipertensivos, hipoglicemiantes, antidepressivos e ansiolíticos; 3.5 Uso racional de medicamentos e automedicação; 3.6 Prescrição farmacêutica conforme Resolução CFF nº 586/2013; 3.7 Protocolos clínicos e condutas farmacoterapêuticas; 3.8 Farmacogenética e terapias personalizadas. 4.



Farmácia Hospitalar e Clínica: 4.1 Organização e funcionamento da farmácia hospitalar; 4.2 Seleção, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos; 4.3 Gestão de estoque e controle de validade; 4.4 Sistemas de dispensação e rastreabilidade; 4.5 Atenção farmacêutica no ambiente hospitalar; 4.6 Participação do farmacêutico em equipes multiprofissionais; 4.7 Farmacovigilância e tecnovigilância; 4.8 Boas práticas clínicas e segurança do paciente. 5. Farmacotécnica e Manipulação: 5.1 Formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semissólidas e estéreis; 5.2 Operações farmacotécnicas: pesagem, dissolução, filtração e encapsulação; 5.3 Controle de qualidade e validação de processos; 5.4 Boas práticas de manipulação (BPM); 5.5 Estabilidade e conservação de medicamentos; 5.6 Preparo de soluções parenterais e citotóxicas; 5.7 Manipulação de fitoterápicos e homeopáticos; 5.8 Documentação técnica e rastreabilidade. 6. Microbiologia e Controle de Qualidade: 6.1 Micro-organismos de importância médica e sanitária; 6.2 Métodos de esterilização e desinfecção; 6.3 Controle microbiológico de matérias-primas e produtos; 6.4 Biossegurança em laboratórios; 6.5 Contaminação cruzada e validação de limpeza; 6.6 Controle de qualidade físico-químico e microbiológico; 6.7 Boas práticas laboratoriais (BPL); 6.8 Análise e certificação de produtos farmacêuticos. 7. Saúde Pública e Epidemiologia: 7.1 Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Portaria GM/MS nº 3.916/1998); 7.2 Organização do SUS e programas estratégicos (PNAF, PNI, PFPB); 7.3 Ciclo da assistência farmacêutica; 7.4 Acesso, equidade e integralidade na saúde; 7.5 Vigilância epidemiológica e sanitária; 7.6 Farmacoeconomia e avaliação de tecnologias em saúde (ATS); 7.7 Uso racional e políticas de medicamentos essenciais; 7.8 Educação em saúde e promoção do uso seguro de medicamentos. 8. Toxicologia e Controle de Intoxicações: 8.1 Conceitos e classificações das intoxicações; 8.2 Vias de exposição e mecanismos de toxicidade; 8.3 Antídotos e tratamento das intoxicações mais comuns; 8.4 Toxicologia ocupacional e ambiental; 8.5 Análise toxicológica e biossegurança; 8.6 Legislação sobre substâncias controladas; 8.7 Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX); 8.8 Atuação do farmacêutico em emergências toxicológicas. 9. Fitoterapia e Produtos Naturais: 9.1 Conceitos de fitoterapia e plantas medicinais; 9.2 Legislação aplicável (RDC nº 26/2014 e RDC nº 10/2010); 9.3 Controle de qualidade de matérias-primas vegetais; 9.4 Fitofármacos e fitoterápicos industrializados; 9.5 Riscos e interações de fitoterápicos; 9.6 Manipulação e prescrição de produtos fitoterápicos; 9.7 Fitoterapia no SUS e práticas integrativas; 9.8 Pesquisa e inovação em biotecnologia farmacêutica. 10. Ética, Gestão e Responsabilidade Profissional: 10.1 Código de Ética Farmacêutica e responsabilidades legais; 10.2 Fiscalização e penalidades do exercício irregular; 10.3 Gestão e liderança em ambientes farmacêuticos; 10.4 Responsabilidade civil e criminal do farmacêutico; 10.5 Relacionamento interpessoal e humanização do atendimento; 10.6 Educação continuada e pesquisa científica; 10.7 Boas práticas administrativas e gestão documental; 10.8 Compromisso social, científico e humanitário da profissão farmacêutica.

FISIOTERAPEUTA

1. Fundamentos da Fisioterapia: 1.1 Conceitos, objetivos e princípios da fisioterapia; 1.2 Áreas de atuação do fisioterapeuta: preventiva, curativa e reabilitadora; 1.3 Histórico e evolução da profissão no Brasil; 1.4 Legislação profissional: Lei nº 6.316/1975 e Decreto nº 90.790/1985; 1.5 Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (Resolução COFFITO nº 424/2013); 1.6 Responsabilidade técnica e emissão de parecer fisioterapêutico; 1.7 Avaliação, diagnóstico cinético-funcional e prescrição fisioterapêutica; 1.8 Atribuições do fisioterapeuta no contexto do SUS e da saúde coletiva. 2. Anatomia e Fisiologia Humana: 2.1 Estrutura e função dos sistemas muscular, esquelético, nervoso, respiratório e cardiovascular; 2.2 Biomecânica e cinesiologia aplicadas à fisioterapia; 2.3 Fisiologia do movimento humano e controle postural; 2.4 Neuroanatomia funcional e integração sensório-motora; 2.5 Processos de contração muscular e fadiga; 2.6 Fisiologia respiratória e cardiovascular no exercício físico; 2.7 Bases fisiológicas da dor e sua



modulação; 2.8 Envelhecimento, plasticidade neural e adaptações fisiológicas. 3. Avaliação e Diagnóstico Fisioterapêutico: 3.1 Exame físico, anamnese e testes específicos; 3.2 Avaliação postural, da amplitude de movimento e da força muscular; 3.3 Escalas de avaliação funcional e de dor; 3.4 Métodos de mensuração e documentação; 3.5 Avaliação da marcha, equilíbrio e coordenação; 3.6 Diagnóstico cinético-funcional e definição de condutas; 3.7 Planejamento e registro do atendimento fisioterapêutico; 3.8 Critérios para alta e reavaliação clínica. 4. Fisioterapia Traumato-Ortopédica e Desportiva: 4.1 Biomecânica das lesões musculoesqueléticas; 4.2 Tratamento e reabilitação de fraturas, entorses e luxações; 4.3 Fisioterapia em cirurgias ortopédicas e traumatológicas; 4.4 Recursos terapêuticos manuais e exercícios funcionais; 4.5 Prevenção e tratamento de lesões desportivas; 4.6 Treinamento proprioceptivo e reeducação neuromuscular; 4.7 Uso de órteses e próteses; 4.8 Protocolos de retorno ao esporte. 5. Fisioterapia Neurológica: 5.1 Avaliação e reabilitação de pacientes neurológicos; 5.2 Acidente vascular cerebral (AVC), traumatismo cranioencefálico e lesões medulares; 5.3 Paralisia cerebral, esclerose múltipla, Parkinson e Alzheimer; 5.4 Estimulação motora, sensorial e cognitiva; 5.5 Métodos neuroevolutivos: Bobath, Kabat, Vojta e Perfetti; 5.6 Controle postural, equilíbrio e coordenação; 5.7 Adaptação funcional e treino de atividades de vida diária (AVDs); 5.8 Interdisciplinaridade na reabilitação neurológica. 6. Fisioterapia Respiratória e Cardiovascular: 6.1 Anatomofisiologia do sistema cardiorrespiratório; 6.2 Avaliação da função pulmonar e ventilatória; 6.3 Técnicas de higiene brônquica e reexpansão pulmonar; 6.4 Reabilitação em doenças respiratórias e cardíacas crônicas; 6.5 Fisioterapia em terapia intensiva: desmame ventilatório e mobilização precoce; 6.6 Ventilação mecânica: modos, parâmetros e monitorização; 6.7 Treinamento físico e condicionamento cardiorrespiratório; 6.8 Cuidados paliativos e humanização no atendimento. 7. Fisioterapia em Saúde Coletiva e Preventiva: 7.1 Conceitos de promoção da saúde e prevenção de doenças; 7.2 Determinantes sociais da saúde e atuação comunitária; 7.3 Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 7.4 Política Nacional de Saúde Funcional e Reabilitação; 7.5 Vigilância epidemiológica e atenção básica; 7.6 Educação em saúde e atividades de grupo; 7.7 Acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência; 7.8 Reabilitação baseada na comunidade (RBC). 8. Recursos Terapêuticos e Tecnologias: 8.1 Eletroterapia e fototerapia: fundamentos e aplicações clínicas; 8.2 Termoterapia, crioterapia e hidroterapia; 8.3 Cinesioterapia e mecanoterapia; 8.4 Exercícios resistidos, funcionais e proprioceptivos; 8.5 Bandagens funcionais e recursos de imobilização; 8.6 Terapia manual e liberação miofascial; 8.7 Tecnologias assistivas e inovação em fisioterapia; 8.8 Protocolos baseados em evidências científicas. 9. Fisioterapia em Geriatria, Pediatria e Saúde da Mulher: 9.1 Envelhecimento saudável e reabilitação geriátrica; 9.2 Prevenção de quedas e manutenção da autonomia funcional; 9.3 Fisioterapia pediátrica: marcos motores e estimulação precoce; 9.4 Fisioterapia respiratória infantil e neonatal; 9.5 Fisioterapia na saúde da mulher: gestação, puerpério e disfunções do assoalho pélvico; 9.6 Exercícios terapêuticos e educação perineal; 9.7 Reabilitação pós-cirúrgica ginecológica e mamária; 9.8 Abordagem interdisciplinar e integralidade do cuidado. 10. Ética, Legislação e Gestão Profissional: 10.1 Lei nº 6.316/1975 e regulamentações do COFFITO; 10.2 Código de Ética e normas de conduta profissional; 10.3 Prontuário e sigilo das informações; 10.4 Responsabilidade técnica, civil e penal; 10.5 Supervisão e gestão de equipes multiprofissionais; 10.6 Educação continuada e pesquisa científica; 10.7 Humanização e comunicação terapêutica; 10.8 Compromisso social e atuação ética do fisioterapeuta.

GEÓGRAFO

1. Fundamentos da Geografia: 1.1 Conceitos de espaço geográfico, território, região, paisagem, lugar e escala; 1.2 Relações entre sociedade e natureza; 1.3 Estrutura e evolução do pensamento geográfico: correntes clássicas e contemporâneas; 1.4 Abordagens quantitativas, críticas e humanistas; 1.5 A



interdisciplinaridade da geografia com ciências ambientais, sociais e econômicas; 1.6 Geografia como ciência da organização do espaço; 1.7 Cartografia como linguagem e instrumento de análise; 1.8 Atribuições profissionais do geógrafo conforme a Lei nº 6.664/1979 e regulamentação do CONFEA/CREA. 2. Cartografia e Geoprocessamento: 2.1 Fundamentos da cartografia e representação espacial; 2.2 Escala, projeções cartográficas e sistemas de coordenadas; 2.3 Cartografia temática e digital; 2.4 Interpretação e elaboração de mapas topográficos, temáticos e cadastrais; 2.5 Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG); 2.6 Sensoriamento remoto e processamento de imagens de satélite; 2.7 Modelagem espacial e análise geográfica; 2.8 Aplicações do geoprocessamento em planejamento urbano, ambiental e territorial. 3. Geografia Física: 3.1 Estrutura geológica e geomorfologia do território brasileiro; 3.2 Processos de intemperismo, erosão e sedimentação; 3.3 Solos: formação, classificação e degradação; 3.4 Climatologia: elementos e fatores do clima; 3.5 Biomas brasileiros e dinâmica dos ecossistemas; 3.6 Hidrografia e gestão de recursos hídricos; 3.7 Riscos ambientais e desastres naturais; 3.8 Relação entre processos físicos e ocupação humana. 4. Geografia Humana: 4.1 População: crescimento, estrutura e distribuição; 4.2 Urbanização e metropolização; 4.3 Mobilidade populacional e migrações; 4.4 Organização do espaço agrário e urbano; 4.5 Indústria, comércio e serviços; 4.6 Globalização e reestruturação produtiva; 4.7 Desigualdades socioespaciais e exclusão territorial; 4.8 Geografia do trabalho e da economia global. 5. Geografia do Brasil: 5.1 Estrutura territorial e divisão político-administrativa; 5.2 Regiões geoeconômicas e planejamento regional; 5.3 Dinâmica urbana e rural; 5.4 Questões fundiárias e reforma agrária; 5.5 Distribuição e uso dos recursos naturais; 5.6 Matriz energética e desenvolvimento industrial; 5.7 Transportes, infraestrutura e redes de integração; 5.8 Impactos ambientais e políticas territoriais no Brasil contemporâneo. 6. Geografia Urbana e Regional: 6.1 Teorias e modelos de estrutura urbana; 6.2 Expansão das cidades e problemas urbanos; 6.3 Planejamento urbano e regional: conceitos e instrumentos; 6.4 Políticas públicas e gestão municipal; 6.5 Funções urbanas e hierarquia das cidades; 6.6 Mobilidade urbana e segregação socioespacial; 6.7 Processos de metropolização e regionalização; 6.8 Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e políticas urbanas sustentáveis. 7. Geopolítica e Ordenamento Territorial: 7.1 Conceitos fundamentais de geopolítica e relações internacionais; 7.2 Fronteiras, limites e integração territorial; 7.3 Política externa e inserção do Brasil no mundo; 7.4 Blocos econômicos e globalização; 7.5 Defesa do território e geopolítica da Amazônia; 7.6 Planejamento e ordenamento do território nacional; 7.7 Integração regional e cooperação fronteiriça; 7.8 Desenvolvimento sustentável e geopolítica ambiental. 8. Meio Ambiente e Sustentabilidade: 8.1 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); 8.2 Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); 8.3 Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); 8.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); 8.5 Agenda 21 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); 8.6 Impactos ambientais e licenciamento; 8.7 Planejamento e gestão ambiental; 8.8 Educação ambiental e cidadania ecológica. 9. Planejamento Territorial e Desenvolvimento: 9.1 Planejamento urbano, rural e regional; 9.2 Gestão de bacias hidrográficas e zoneamento ambiental; 9.3 Zoneamento ecológico-econômico (ZEE); 9.4 Desenvolvimento sustentável e políticas territoriais; 9.5 Indicadores socioeconômicos e ambientais; 9.6 Instrumentos de ordenamento territorial e gestão do uso do solo; 9.7 Avaliação de impactos e mitigação; 9.8 Participação social e governança territorial. 10. Ética e Legislação Profissional: 10.1 Lei nº 6.664/1979 – regulamentação da profissão de geógrafo; 10.2 Resoluções do CONFEA/CREA e normas do IBGE; 10.3 Código de Ética Profissional do Geógrafo; 10.4 Responsabilidade técnica e emissão de ART; 10.5 Ética e conduta na produção e uso de dados geográficos; 10.6 Propriedade intelectual e sigilo de informações geoespaciais; 10.7 Atuação do geógrafo em instituições públicas e privadas; 10.8 Educação continuada, pesquisa e compromisso social do geógrafo.



NEUROPSICÓLOGO

1.1 Histórico, conceitos e campos de atuação da Neuropsicologia; 1.2 Relações entre cérebro, comportamento e cognição; 1.3 Neuropsicologia clínica, educacional e institucional; 1.4 Interface da Neuropsicologia com a Psicologia, a Medicina e a Educação; 1.5 Desenvolvimento neuropsicológico ao longo do ciclo vital; 1.6 Plasticidade cerebral; 1.7 Funções corticais e subcorticais; 1.8 Bases neurobiológicas do comportamento humano. 2. Neuroanatomia e Neurofisiologia Aplicadas: 2.1 Sistema nervoso central e periférico; 2.2 Organização funcional do cérebro; 2.3 Lobos cerebrais e suas funções; 2.4 Sistemas sensoriais e motores; 2.5 Neurotransmissores e sinapses; 2.6 Desenvolvimento e maturação do sistema nervoso; 2.7 Processos neurofisiológicos básicos; 2.8 Relação entre estruturas cerebrais e funções cognitivas. 3. Funções Cognitivas e Processos Psicológicos: 3.1 Atenção e concentração; 3.2 Memória e aprendizagem; 3.3 Linguagem e comunicação; 3.4 Funções executivas; 3.5 Percepção e praxias; 3.6 Gnosias; 3.7 Inteligência; 3.8 Emoção, motivação e comportamento. 4. Avaliação Neuropsicológica: 4.1 Conceitos, objetivos e etapas da avaliação neuropsicológica; 4.2 Entrevista clínica e anamnese; 4.3 Observação comportamental; 4.4 Instrumentos e testes neuropsicológicos; 4.5 Avaliação qualitativa e quantitativa; 4.6 Elaboração de laudos, relatórios e pareceres técnicos; 4.7 Devolutiva e orientação aos usuários e familiares; 4.8 Limites e responsabilidades da avaliação neuropsicológica. 5. Transtornos Neuropsicológicos e Psicopatologia Associada: 5.1 Transtornos do neurodesenvolvimento; 5.2 Transtornos de aprendizagem; 5.3 Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade; 5.4 Transtornos do espectro autista; 5.5 Transtornos neurocognitivos maiores e menores; 5.6 Afasias, agnosias e apraxias; 5.7 Transtornos emocionais associados a alterações neurológicas; 5.8 Condições neurológicas e impacto no funcionamento cognitivo. 6. Reabilitação e Intervenção Neuropsicológica: 6.1 Conceitos e objetivos da reabilitação neuropsicológica; 6.2 Planejamento de intervenções cognitivas; 6.3 Estratégias de estimulação cognitiva; 6.4 Intervenções individuais e em grupo; 6.5 Trabalho com família e cuidadores; 6.6 Acompanhamento e reavaliação; 6.7 Atuação interdisciplinar; 6.8 Promoção da autonomia e qualidade de vida. 7. Neuropsicologia no Contexto das Políticas Públicas: 7.1 Atuação do neuropsicólogo no SUS; 7.2 Atuação no SUAS; 7.3 Neuropsicologia na educação e inclusão escolar; 7.4 Trabalho em equipes multiprofissionais; 7.5 Fluxos de atendimento na rede pública; 7.6 Articulação intersetorial; 7.7 Atenção integral ao usuário; 7.8 Produção de relatórios técnicos para políticas públicas. 8. Ética, Legislação e Prática Profissional: 8.1 Código de Ética Profissional do Psicólogo; 8.2 Legislação profissional aplicada à Neuropsicologia; 8.3 Sigilo profissional e responsabilidade técnica; 8.4 Direitos humanos e prática psicológica; 8.5 Relação profissional-usuário; 8.6 Documentos psicológicos: normas e diretrizes; 8.7 Atuação ética no serviço público; 8.8 Formação continuada e responsabilidade social do neuropsicólogo.

NUTRICIONISTA

1. Fundamentos da Nutrição: 1.1 Conceitos de alimentação, nutrição e estado nutricional; 1.2 Macronutrientes e micronutrientes: funções, fontes e recomendações diárias; 1.3 Digestão, absorção e metabolismo dos nutrientes; 1.4 Avaliação nutricional: antropometria, bioquímica e clínica; 1.5 Cálculo do valor energético total (VET) e distribuição de macronutrientes; 1.6 Necessidades nutricionais em diferentes fases da vida: infância, adolescência, idade adulta, gestação e envelhecimento; 1.7 Princípios de alimentação saudável e segurança alimentar; 1.8 Atribuições do nutricionista conforme a Lei nº 8.234/1991 e Resolução CFN nº 600/2018. 2. Nutrição Clínica: 2.1 Avaliação e diagnóstico nutricional hospitalar; 2.2 Prescrição dietética e terapia nutricional enteral e parenteral; 2.3 Planejamento de dietas em patologias específicas: diabetes, hipertensão, dislipidemias, obesidade e doenças renais e hepáticas; 2.4 Dietoterapia em doenças metabólicas e autoimunes; 2.5 Condutas nutricionais em oncologia, UTI e pós-operatório; 2.6 Interações fármaco-nutriente; 2.7 Protocolos de triagem e acompanhamento nutricional;



2.8 Cuidados paliativos e humanização da assistência nutricional. 3. Nutrição em Saúde Pública: 3.1 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); 3.2 Sistema Único de Saúde (SUS) e ações de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN); 3.3 Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 3.4 Programas de combate à desnutrição e obesidade; 3.5 Alimentação escolar e segurança alimentar; 3.6 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Lei nº 11.947/2009; 3.7 Educação alimentar e nutricional (EAN); 3.8 Vigilância sanitária e qualidade dos alimentos distribuídos em políticas públicas. 4. Nutrição e Alimentação Coletiva: 4.1 Planejamento e gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN); 4.2 Elaboração de cardápios balanceados e adequação nutricional; 4.3 Boas Práticas de Fabricação (BPF) e controle de qualidade higiênico-sanitária; 4.4 Gestão de custos e controle de desperdícios; 4.5 Planejamento de compras, estoque e logística de alimentos; 4.6 Treinamento de manipuladores e manual de boas práticas; 4.7 Avaliação sensorial e controle de aceitação; 4.8 Sustentabilidade e responsabilidade ambiental na produção de refeições. 5. Higiene e Controle de Qualidade dos Alimentos: 5.1 Microbiologia dos alimentos: agentes contaminantes e métodos de controle; 5.2 Tipos de contaminação e doenças transmitidas por alimentos (DTAs); 5.3 Normas da ANVISA e legislação sanitária (RDC nº 216/2004, RDC nº 275/2002, RDC nº 331/2019); 5.4 Padrões microbiológicos e físico-químicos; 5.5 Procedimentos operacionais padronizados (POPs); 5.6 Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC); 5.7 Rotulagem nutricional e alergênicos (RDC nº 429/2020 e IN nº 75/2020); 5.8 Controle de qualidade e rastreabilidade de alimentos industrializados. 6. Nutrição e Educação Alimentar: 6.1 Conceitos e metodologias de educação alimentar e nutricional (EAN); 6.2 Planejamento de ações educativas e comunicação em saúde; 6.3 Alimentação saudável no contexto escolar, laboral e comunitário; 6.4 Estratégias de promoção da alimentação adequada e sustentável; 6.5 Intervenções nutricionais em grupos populacionais específicos; 6.6 Materiais educativos e campanhas de conscientização; 6.7 Políticas públicas e intersetorialidade; 6.8 Formação de hábitos alimentares e prevenção de transtornos alimentares. 7. Nutrição Esportiva e Metabolismo Energético: 7.1 Avaliação nutricional do atleta e cálculo do gasto energético; 7.2 Macronutrientes e timing nutricional para performance e recuperação; 7.3 Suplementação e controle de substâncias proibidas (WADA e ANVISA); 7.4 Estratégias para ganho de massa magra e redução de gordura corporal; 7.5 Hidratação e equilíbrio eletrolítico; 7.6 Avaliação de composição corporal e bioimpedância; 7.7 Nutrição funcional e antioxidantes; 7.8 Planejamento nutricional em diferentes modalidades esportivas. 8. Epidemiologia e Pesquisa em Nutrição: 8.1 Conceitos básicos de epidemiologia nutricional; 8.2 Indicadores de saúde e nutrição populacional; 8.3 Inquéritos alimentares e consumo habitual; 8.4 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa; 8.5 Estatística aplicada à nutrição; 8.6 Interpretação de estudos científicos e evidências clínicas; 8.7 Revisões sistemáticas e diretrizes nutricionais baseadas em evidências; 8.8 Ética em pesquisa e integridade científica. 9. Sustentabilidade e Segurança Alimentar: 9.1 Conceitos de segurança alimentar e nutricional; 9.2 Sistemas alimentares sustentáveis e agricultura orgânica; 9.3 Produção, processamento e distribuição de alimentos sustentáveis; 9.4 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006); 9.5 Redução do desperdício e aproveitamento integral dos alimentos; 9.6 Consumo consciente e alimentação sustentável; 9.7 Intervenções em populações vulneráveis e combate à fome; 9.8 Direitos humanos e alimentação como direito fundamental. 10. Ética e Legislação Profissional: 10.1 Lei nº 8.234/1991 – regulamentação da profissão de nutricionista; 10.2 Resoluções do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); 10.3 Código de Ética e Conduta do Nutricionista (Resolução CFN nº 599/2018); 10.4 Responsabilidade técnica e civil; 10.5 Registro e fiscalização pelo CRN; 10.6 Sigilo profissional e prontuário nutricional; 10.7 Atualização profissional e educação continuada; 10.8 Compromisso social e atuação ética no contexto da saúde pública.



PEDAGOGO

1. Fundamentos da Educação: 1.1 Concepções históricas e filosóficas da educação; 1.2 Correntes pedagógicas clássicas e contemporâneas: tradicional, escolanovista, tecnicista, crítico-social e libertadora; 1.3 Pensamento pedagógico brasileiro: Paulo Freire, Anísio Teixeira, Dermeval Saviani e outros; 1.4 Educação como prática social e política; 1.5 Relação entre educação, cultura e sociedade; 1.6 Direitos humanos, diversidade e inclusão escolar; 1.7 Educação e cidadania no Estado Democrático de Direito; 1.8 Ética e responsabilidade do educador. 2. Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano: 2.1 Teorias do desenvolvimento cognitivo e afetivo: Piaget, Vygotsky, Wallon e Erikson; 2.2 Aprendizagem significativa e mediação pedagógica; 2.3 Relação entre cognição, emoção e motivação; 2.4 Fatores socioemocionais e desempenho escolar; 2.5 Processos de ensino e aprendizagem na infância e adolescência; 2.6 Psicologia da aprendizagem e práticas inclusivas; 2.7 Intervenção psicopedagógica e orientação educacional; 2.8 Avaliação do desenvolvimento e acompanhamento individualizado. 3. Didática e Prática Pedagógica: 3.1 Fundamentos teóricos da didática; 3.2 Planejamento e organização do trabalho pedagógico; 3.3 Objetivos de aprendizagem e competências gerais da BNCC; 3.4 Estratégias metodológicas e avaliação formativa; 3.5 Práticas de ensino inovadoras: projetos interdisciplinares, metodologias ativas e ensino híbrido; 3.6 Mediação do professor e protagonismo do aluno; 3.7 Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, somativa e contínua; 3.8 Reflexão docente e prática transformadora. 4. Políticas Públicas e Legislação Educacional: 4.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214; 4.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 4.3 Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); 4.4 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 4.5 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial; 4.6 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e competências gerais; 4.7 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; 4.8 Avaliação, financiamento e gestão democrática da educação pública. 5. Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica: 5.1 Estrutura e funcionamento da escola; 5.2 Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, execução e avaliação; 5.3 Planejamento participativo e gestão democrática; 5.4 Coordenação pedagógica e formação continuada; 5.5 Supervisão escolar e apoio técnico-docente; 5.6 Clima organizacional, liderança e trabalho em equipe; 5.7 Avaliação institucional e gestão da aprendizagem; 5.8 Mediação de conflitos e relações interpessoais no ambiente escolar. 6. Currículo e Organização do Ensino: 6.1 Concepções de currículo e teorias curriculares; 6.2 BNCC e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento; 6.3 Currículo integrado e interdisciplinaridade; 6.4 Educação integral e competências socioemocionais; 6.5 Planejamento curricular e adaptação de conteúdos; 6.6 Avaliação e acompanhamento da prática docente; 6.7 Educação para a diversidade, relações étnico-raciais e de gênero; 6.8 Alfabetização científica, cultural e digital. 7. Educação Infantil e Alfabetização: 7.1 Fundamentos e objetivos da educação infantil; 7.2 Brincadeira, ludicidade e aprendizagem; 7.3 Alfabetização e letramento: concepções e práticas; 7.4 Métodos e processos de alfabetização; 7.5 Avaliação da alfabetização e acompanhamento do desempenho inicial; 7.6 BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – anos iniciais; 7.7 Desenvolvimento da linguagem oral e escrita; 7.8 Transição da educação infantil para o ensino fundamental. 8. Educação Inclusiva e Diversidade: 8.1 Fundamentos legais da inclusão (Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência); 8.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE); 8.3 Adaptações curriculares e recursos pedagógicos acessíveis; 8.4 Transtornos de aprendizagem e deficiências intelectuais, sensoriais e físicas; 8.5 Educação bilíngue e Libras (Decreto nº 5.626/2005); 8.6 Educação indígena, quilombola e do campo; 8.7 Gênero, raça e diversidade cultural; 8.8 Formação docente para a inclusão e práticas antidiscriminatórias. 9. Avaliação Educacional e Indicadores de Qualidade: 9.1 Avaliação educacional e políticas de monitoramento da aprendizagem; 9.2 Avaliações nacionais: IDEB, SAEB, ANA e ENEM; 9.3 Indicadores de desempenho e gestão pedagógica; 9.4



Avaliação institucional e autoavaliação escolar; 9.5 Planejamento estratégico e melhoria contínua; 9.6 Avaliação das políticas públicas e programas educacionais; 9.7 Uso pedagógico dos resultados avaliativos; 9.8 Cultura de avaliação e responsabilidade educacional. 10. Ética e Profissão Docente: 10.1 Ética e compromisso social do educador; 10.2 Profissionalização e valorização docente; 10.3 Relação professor-aluno e respeito à diversidade; 10.4 Direitos e deveres do servidor público e docente; 10.5 Educação como prática libertadora e cidadã; 10.6 Pesquisa e produção de conhecimento na escola; 10.7 Formação continuada e atualização pedagógica; 10.8 Compromisso ético e humanizador com o processo educativo.

PEDAGOGO – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

1. Fundamentos da Educação Inclusiva: 1.1 Concepções históricas e filosóficas da inclusão escolar; 1.2 Evolução das políticas públicas de educação especial no Brasil; 1.3 Educação inclusiva como direito humano e princípio democrático; 1.4 Paradigmas da deficiência: médico, social e biopsicossocial; 1.5 Perspectivas contemporâneas da inclusão na escola; 1.6 Barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas; 1.7 Cultura escolar inclusiva e valorização da diversidade; 1.8 O papel do pedagogo na mediação e construção da escola inclusiva. 2. Legislação e Políticas Públicas: 2.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214; 2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 2.3 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); 2.4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008); 2.5 Decreto nº 7.611/2011 – Atendimento Educacional Especializado (AEE); 2.6 Estatuto da Pessoa com Deficiência e o direito à acessibilidade; 2.7 Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001); 2.8 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009). 3. Atendimento Educacional Especializado (AEE): 3.1 Conceito, objetivos e princípios do AEE; 3.2 Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais; 3.3 Elaboração e implementação do Plano de Atendimento Individualizado (PAI); 3.4 Adequações curriculares e adaptações de acesso ao currículo; 3.5 Materiais pedagógicos acessíveis e recursos multifuncionais; 3.6 Registros e acompanhamento pedagógico; 3.7 Articulação entre professores do ensino comum e do AEE; 3.8 Avaliação da aprendizagem e progressão escolar. 4. Deficiências e Transtornos do Desenvolvimento: 4.1 Deficiência física: tipos, causas e estratégias pedagógicas; 4.2 Deficiência intelectual: concepções, diagnóstico e práticas pedagógicas; 4.3 Deficiência auditiva e surdez: bilinguismo, Libras e oralismo; 4.4 Deficiência visual: cegueira, baixa visão e o uso do braille e recursos ópticos; 4.5 Transtorno do Espectro Autista (TEA): características e estratégias educacionais; 4.6 Transtornos de aprendizagem: dislexia, disgrafia e discalculia; 4.7 Altas habilidades e superdotação: identificação e atendimento especializado; 4.8 Deficiências múltiplas e abordagens interdisciplinares. 5. Comunicação e Acessibilidade: 5.1 Libras como segunda língua e instrumento de inclusão (Decreto nº 5.626/2005); 5.2 Braille e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual; 5.3 Comunicação alternativa e aumentativa (CAA); 5.4 Tecnologias digitais inclusivas e softwares de apoio educacional; 5.5 Design universal para aprendizagem (DUA) e acessibilidade curricular; 5.6 Acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal; 5.7 Produção e adaptação de materiais pedagógicos acessíveis; 5.8 Ambientes inclusivos e práticas colaborativas. 6. Formação e Práticas Docentes: 6.1 Formação inicial e continuada para a educação inclusiva; 6.2 Mediação pedagógica e práticas centradas no aluno; 6.3 Estratégias de ensino colaborativo e coensino; 6.4 Planejamento e avaliação diferenciada; 6.5 Trabalho interdisciplinar e parcerias institucionais; 6.6 O papel do professor de apoio e do mediador escolar; 6.7 Reflexão crítica sobre práticas excludentes; 6.8 Educação inclusiva como prática emancipatória. 7. Avaliação e Planejamento Educacional: 7.1 Avaliação diagnóstica, formativa e contínua na inclusão; 7.2 Critérios e instrumentos avaliativos adaptados; 7.3 Planejamento individualizado e acompanhamento pedagógico; 7.4



Monitoramento de indicadores de inclusão escolar; 7.5 Documentação e registro pedagógico acessível; 7.6 Avaliação institucional e políticas de permanência; 7.7 Participação da família no processo avaliativo; 7.8 Avaliação da eficácia das práticas inclusivas. 8. Educação, Diversidade e Direitos Humanos: 8.1 Diversidade cultural, étnico-racial e de gênero na escola; 8.2 Educação para as relações étnico-raciais (Lei nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008); 8.3 Combate ao preconceito e às práticas discriminatórias; 8.4 Educação em direitos humanos e cidadania; 8.5 Interculturalidade e respeito às diferenças; 8.6 Educação para a paz e convivência democrática; 8.7 Inclusão social e políticas afirmativas; 8.8 Formação ética e cidadã na prática pedagógica. 9. Gestão Escolar e Políticas de Inclusão: 9.1 Gestão democrática e práticas participativas; 9.2 Planejamento e implementação de políticas inclusivas na escola; 9.3 Projeto Político-Pedagógico (PPP) inclusivo; 9.4 Parcerias com instituições de apoio e redes de atendimento; 9.5 Ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social; 9.6 Formação continuada de gestores e professores; 9.7 Avaliação institucional inclusiva; 9.8 Cultura escolar e clima organizacional voltados à diversidade. 10. Ética e Compromisso Profissional: 10.1 Ética e responsabilidade social do pedagogo inclusivo; 10.2 Código de Ética e princípios da educação democrática; 10.3 Direitos e deveres do servidor público e do educador; 10.4 Respeito à autonomia e dignidade da pessoa com deficiência; 10.5 Educação como prática emancipadora e libertadora; 10.6 Formação permanente e reflexão crítica da prática docente; 10.7 Humanização e empatia nas relações pedagógicas; 10.8 Compromisso com a equidade, justiça e inclusão social.

PSICOPEDAGOGO

1. Fundamentos da Psicopedagogia: 1.1 Concepções históricas e epistemológicas da Psicopedagogia; 1.2 Origem e evolução da Psicopedagogia no Brasil; 1.3 A psicopedagogia como campo interdisciplinar entre psicologia e pedagogia; 1.4 Conceito de aprendizagem e suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais; 1.5 Sujeito aprendente e construção do conhecimento; 1.6 A relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento; 1.7 Aspectos culturais, familiares e institucionais no processo de aprender; 1.8 Ética e responsabilidade social do psicopedagogo. 2. Teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento: 2.1 Piaget e a epistemologia genética; 2.2 Vygotsky e a mediação sociocultural na aprendizagem; 2.3 Wallon e a afetividade no desenvolvimento humano; 2.4 Ausubel e a aprendizagem significativa; 2.5 Bruner e a teoria da descoberta; 2.6 Gardner e as inteligências múltiplas; 2.7 Bandura e a teoria social cognitiva; 2.8 Perspectivas contemporâneas sobre aprendizagem e neurociência. 3. Diagnóstico Psicopedagógico: 3.1 Conceito, objetivos e etapas do diagnóstico psicopedagógico; 3.2 Avaliação institucional, grupal e individual; 3.3 Instrumentos e técnicas de observação e investigação; 3.4 Anamnese, entrevistas e jogos diagnósticos; 3.5 Análise da produção escolar e do comportamento de aprendizagem; 3.6 Interpretação dos resultados e devolutiva; 3.7 Identificação de dificuldades e distúrbios de aprendizagem; 3.8 Ética no processo diagnóstico e no sigilo profissional. 4. Intervenção Psicopedagógica: 4.1 Planejamento e organização da intervenção; 4.2 Estratégias para superação de dificuldades de leitura, escrita e raciocínio lógico; 4.3 Jogos e atividades psicopedagógicas; 4.4 A mediação como instrumento de aprendizagem; 4.5 Reeducação da aprendizagem e acompanhamento terapêutico; 4.6 Relação família-escola e corresponsabilidade educativa; 4.7 Avaliação dos resultados da intervenção; 4.8 Continuidade e acompanhamento pós-intervenção. 5. Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem: 5.1 Diferença entre dificuldade e transtorno de aprendizagem; 5.2 Dislexia, disgrafia e discalculia; 5.3 Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); 5.4 Transtorno Opositivo Desafiador (TOD); 5.5 Transtornos do Espectro Autista (TEA) e estratégias psicopedagógicas; 5.6 Aspectos emocionais relacionados ao fracasso escolar; 5.7 Intervenções integradas com profissionais de saúde e educação; 5.8 Importância da detecção precoce e encaminhamento adequado. 6. Psicopedagogia Institucional: 6.1 O papel do psicopedagogo nas



instituições escolares; 6.2 Intervenção preventiva e promoção da aprendizagem; 6.3 Relação entre clima escolar, motivação e desempenho; 6.4 Formação continuada de professores e assessoramento pedagógico; 6.5 Planejamento de ações psicopedagógicas em equipe multidisciplinar; 6.6 Diagnóstico institucional e melhoria dos processos educativos; 6.7 Projetos de mediação e acompanhamento coletivo; 6.8 Construção de uma cultura escolar inclusiva e cooperativa. 7. Psicopedagogia Clínica: 7.1 A clínica psicopedagógica e sua função terapêutica; 7.2 Acolhimento e vínculo com o sujeito aprendente; 7.3 Técnicas de intervenção individual e grupal; 7.4 Jogos simbólicos, desenhos e atividades projetivas; 7.5 A afetividade e a motivação na reeducação da aprendizagem; 7.6 Avaliação da evolução e encerramento do processo terapêutico; 7.7 Relação entre psicopedagogo, psicólogo e fonoaudiólogo; 7.8 Limites e atribuições da atuação clínica segundo o código de ética. 8. Neuropsicopedagogia e Aprendizagem: 8.1 Estrutura e funcionamento do sistema nervoso; 8.2 Funções cognitivas: atenção, memória, percepção e linguagem; 8.3 Neuroplasticidade e aprendizagem; 8.4 Dificuldades de aprendizagem sob a ótica neuropsicológica; 8.5 Transtornos do processamento auditivo e visual; 8.6 Impacto das emoções e do estresse na aprendizagem; 8.7 Estratégias neuropsicopedagógicas para estimulação cognitiva; 8.8 Avanços da neurociência e suas contribuições para a educação. 9. Educação Inclusiva e Diversidade: 9.1 Educação inclusiva e o papel do psicopedagogo; 9.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e práticas colaborativas; 9.3 Adaptações curriculares e estratégias diferenciadas; 9.4 Acessibilidade e recursos pedagógicos inclusivos; 9.5 Deficiências e transtornos de aprendizagem sob o olhar psicopedagógico; 9.6 Família, escola e comunidade no processo inclusivo; 9.7 Educação emocional e desenvolvimento socioafetivo; 9.8 Respeito às diferenças e valorização da diversidade. 10. Legislação e Ética Profissional: 10.1 Código de Ética do Psicopedagogo; 10.2 Lei nº 9.394/1996 – LDB e princípios da educação nacional; 10.3 Constituição Federal – artigos 205 a 214; 10.4 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 10.5 Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão; 10.6 Diretrizes Curriculares e políticas de atendimento à diversidade; 10.7 Sigilo, empatia e responsabilidade profissional; 10.8 Atuação ética, interdisciplinar e comprometida com o direito à aprendizagem.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Fundamentos da Educação Infantil: 1.1 Concepções históricas e filosóficas da Educação Infantil no Brasil; 1.2 A criança como sujeito histórico, social e de direitos; 1.3 Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica; 1.4 Princípios éticos, políticos e estéticos da Educação Infantil; 1.5 Papel da creche e da pré-escola no desenvolvimento integral da criança; 1.6 Relação entre cuidar e educar; 1.7 Educação Infantil no contexto da BNCC e do PNE; 1.8 Ética e responsabilidade docente na primeira infância. 2. Desenvolvimento Infantil: 2.1 Aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais do desenvolvimento; 2.2 Teorias do desenvolvimento: Piaget, Vygotsky, Wallon e Erikson; 2.3 Interação social e mediação pedagógica; 2.4 Brincadeira, imaginação e aprendizagem; 2.5 Linguagem oral, gestual e escrita na primeira infância; 2.6 O corpo, o movimento e a expressão artística; 2.7 Educação socioemocional e construção da autonomia; 2.8 Observação e acompanhamento do desenvolvimento infantil. 3. Planejamento e Organização Pedagógica: 3.1 Planejamento participativo e intencionalidade pedagógica; 3.2 Rotina e tempo na Educação Infantil; 3.3 Campos de experiências da BNCC: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”; 3.4 Interações e brincadeiras como eixos estruturantes; 3.5 Organização de ambientes educativos e materiais didáticos; 3.6 Avaliação qualitativa e contínua do desenvolvimento infantil; 3.7 Documentação pedagógica e portfólios; 3.8 Integração entre família e escola. 4. Alfabetização e Linguagem na Primeira Infância: 4.1 Concepções de alfabetização e letramento; 4.2 O papel da Educação Infantil no processo de apropriação da linguagem



escrita; 4.3 Ludicidade e oralidade como base da alfabetização inicial; 4.4 Práticas de leitura, escrita e contação de histórias; 4.5 Alfabetização científica e digital na primeira infância; 4.6 Relação entre linguagem, pensamento e cultura; 4.7 Práticas de incentivo à leitura e à expressão oral; 4.8 Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. 5. Currículo e Metodologias de Ensino: 5.1 Currículo integrado e experiências significativas; 5.2 Metodologias ativas e pedagogia por projetos; 5.3 Práticas interdisciplinares e contextos socioculturais; 5.4 Arte, música e movimento como linguagens expressivas; 5.5 Jogos simbólicos e aprendizagem criativa; 5.6 Tecnologias digitais e mediação pedagógica; 5.7 A natureza e o meio ambiente na Educação Infantil; 5.8 Avaliação da prática pedagógica e reflexão docente. 6. Educação Inclusiva e Diversidade: 6.1 Fundamentos da educação inclusiva e o direito à diferença; 6.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e práticas adaptativas; 6.3 Acessibilidade física, comunicacional e pedagógica; 6.4 Deficiências, transtornos e altas habilidades na Educação Infantil; 6.5 Acolhimento e inclusão de crianças com deficiência; 6.6 Educação das relações étnico-raciais (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008); 6.7 Igualdade de gênero e respeito à diversidade; 6.8 Formação ética e cidadã desde a infância. 7. Políticas Públicas e Legislação Educacional: 7.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214; 7.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 7.3 Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); 7.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009); 7.5 BNCC e seus campos de experiências; 7.6 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 7.7 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008); 7.8 Avaliação institucional e gestão democrática na Educação Infantil. 8. Gestão e Relações Escolares: 8.1 Gestão participativa e clima escolar; 8.2 Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Educação Infantil; 8.3 Trabalho em equipe e formação continuada; 8.4 Papel do professor e do coordenador pedagógico; 8.5 Relação escola-família-comunidade; 8.6 Acolhimento e escuta sensível da criança; 8.7 Planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico; 8.8 Ética e profissionalismo na atuação docente. 9. Avaliação e Documentação Pedagógica: 9.1 Avaliação processual e qualitativa; 9.2 Observação e registro do cotidiano; 9.3 Portfólios e relatórios descritivos; 9.4 Autoavaliação da prática docente; 9.5 Indicadores de qualidade na Educação Infantil; 9.6 Avaliação institucional participativa; 9.7 Comunicação com famílias e devolutivas pedagógicas; 9.8 A avaliação como instrumento de aprendizagem e reflexão. 10. Ética e Profissão Docente: 10.1 Compromisso ético e social do professor de Educação Infantil; 10.2 Valorização da infância e respeito à singularidade da criança; 10.3 Direitos e deveres do educador e do servidor público; 10.4 Cuidado e afeto na prática pedagógica; 10.5 Formação continuada e pesquisa na ação docente; 10.6 Princípios da convivência democrática e da justiça social; 10.7 Responsabilidade profissional e humanização do ensino; 10.8 Educação infantil como espaço de cidadania e transformação social.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

1. Fundamentos da Educação Básica: 1.1 Concepções históricas e filosóficas da Educação Básica no Brasil; 1.2 A escola como espaço de formação integral, cidadania e diversidade; 1.3 Finalidades do Ensino Fundamental conforme a LDB nº 9.394/1996 e a BNCC; 1.4 Organização do trabalho pedagógico e o papel do professor; 1.5 Planejamento participativo e intencionalidade pedagógica; 1.6 Relação entre ensino, aprendizagem e avaliação; 1.7 Educação integral e interdisciplinaridade; 1.8 Princípios éticos, políticos e estéticos da educação. 2. Desenvolvimento e Aprendizagem: 2.1 Teorias do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social (Piaget, Vygotsky, Wallon e Erikson); 2.2 O papel da mediação e da interação social no processo de aprendizagem; 2.3 Aprendizagem significativa (Ausubel e Bruner); 2.4 Motivação, autoestima e protagonismo do estudante; 2.5 Afetividade e sua influência no rendimento escolar; 2.6 Diversidade de estilos de aprendizagem; 2.7 Avaliação diagnóstica e contínua do desenvolvimento; 2.8



Estratégias pedagógicas centradas no aluno. 3. Currículo e BNCC: 3.1 Estrutura, fundamentos e competências gerais da BNCC; 3.2 Organização curricular do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais; 3.3 Campos de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso; 3.4 Competências específicas de cada área e seus desdobramentos; 3.5 Transversalidade e interdisciplinaridade; 3.6 Currículo inclusivo e contextualizado; 3.7 Projeto Político-Pedagógico (PPP) e articulação curricular; 3.8 Princípios da educação por competências. 4. Planejamento e Prática Pedagógica: 4.1 Planejamento participativo e flexível; 4.2 Objetivos de aprendizagem e progressões de desenvolvimento; 4.3 Sequências didáticas e projetos interdisciplinares; 4.4 Gestão de sala de aula e organização do tempo escolar; 4.5 Metodologias ativas e uso de tecnologias educacionais; 4.6 Avaliação formativa e somativa; 4.7 Intervenção pedagógica e recuperação da aprendizagem; 4.8 Reflexão docente e autoavaliação. 5. Alfabetização e Letramento: 5.1 Concepções de alfabetização e letramento; 5.2 Processos de aquisição da leitura e da escrita; 5.3 Princípios da consciência fonológica e das hipóteses da escrita; 5.4 Métodos e práticas de alfabetização; 5.5 Letramento digital e midiático; 5.6 Alfabetização matemática e raciocínio lógico; 5.7 Alfabetização científica e ambiental; 5.8 Avaliação e acompanhamento da alfabetização. 6. Educação Inclusiva e Diversidade: 6.1 Fundamentos da educação inclusiva e atendimento educacional especializado (AEE); 6.2 Adaptações curriculares e acessibilidade pedagógica; 6.3 Educação das relações étnico-raciais (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008); 6.4 Igualdade de gênero e respeito à diversidade; 6.5 Educação indígena, do campo e quilombola; 6.6 Práticas de acolhimento e convivência escolar; 6.7 Mediação de conflitos e cultura de paz; 6.8 Escola democrática e plural. 7. Tecnologias e Inovação Educacional: 7.1 Cultura digital e competências da BNCC; 7.2 Uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (TICs); 7.3 Recursos digitais para aprendizagem colaborativa; 7.4 Educação híbrida e ensino remoto; 7.5 Produção e curadoria de conteúdos digitais; 7.6 Jogos, simulações e gamificação no ensino; 7.7 Robótica educacional e pensamento computacional; 7.8 Ética digital e cidadania na era tecnológica. 8. Avaliação da Aprendizagem: 8.1 Concepções e funções da avaliação; 8.2 Avaliação diagnóstica, formativa e processual; 8.3 Instrumentos de avaliação e critérios de registro; 8.4 Avaliação por competências e habilidades; 8.5 Autoavaliação e coavaliação; 8.6 Devolutivas e feedback pedagógico; 8.7 Avaliação institucional e de desempenho escolar; 8.8 Avaliação como instrumento de inclusão e melhoria da prática docente. 9. Legislação e Políticas Educacionais: 9.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214; 9.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 9.3 Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); 9.4 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 9.5 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 7/2010); 9.6 Lei nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 – ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena; 9.7 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008); 9.8 Educação ambiental e sustentabilidade como princípios legais. 10. Ética e Profissão Docente: 10.1 Compromisso ético, político e social do professor; 10.2 Código de Ética do Servidor Público; 10.3 Responsabilidade e postura profissional; 10.4 Valorização da docência e formação continuada; 10.5 Relação entre professor, aluno e comunidade escolar; 10.6 Educação como prática emancipatória e cidadã; 10.7 Gestão democrática e corresponsabilidade educacional; 10.8 Educação pública e compromisso com a transformação social.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Fundamentos Teóricos do Ensino de Língua Portuguesa: 1.1 Concepções de linguagem, língua e discurso; 1.2 Funções sociais da linguagem e interação comunicativa; 1.3 Perspectivas de ensino: estruturalista, comunicativa e sociointeracionista; 1.4 BNCC e o ensino de Língua Portuguesa: competências específicas e habilidades; 1.5 Oralidade, leitura, escrita e análise linguística como práticas



integradas; 1.6 O papel da escola na formação do leitor e do produtor de textos; 1.7 O texto como unidade básica de ensino; 1.8 A linguagem como prática social e instrumento de cidadania. 2. Leitura e Interpretação de Textos: 2.1 Processos cognitivos e inferenciais na compreensão textual; 2.2 Tipologia e gêneros textuais: narrativo, descritivo, dissertativo, argumentativo, injuntivo e expositivo; 2.3 Elementos de coerência e coesão; 2.4 Leitura crítica e letramento midiático; 2.5 Estratégias de leitura: predição, inferência e interpretação global; 2.6 Relação texto-contexto e intencionalidade discursiva; 2.7 Multiletramentos e leitura digital; 2.8 Avaliação da leitura e formação de leitores competentes. 3. Produção Textual e Escrita: 3.1 Planejamento, textualização, revisão e reescrita; 3.2 Gêneros discursivos e suas finalidades sociais; 3.3 Adequação linguística: norma culta, variação e adequação ao contexto comunicativo; 3.4 Coesão referencial e sequencial; 3.5 Estratégias argumentativas e construção de pontos de vista; 3.6 Produção de textos narrativos, descritivos e dissertativo-argumentativos; 3.7 Escrita como processo e prática social; 3.8 Avaliação da produção textual e critérios de correção. 4. Análise Linguística e Gramática: 4.1 Estrutura e funcionamento da língua portuguesa; 4.2 Fonologia: fonemas, sílabas e acentuação; 4.3 Morfologia: classes de palavras, flexões e formação de palavras; 4.4 Sintaxe: termos da oração, regência, concordância e colocação pronominal; 4.5 Semântica e pragmática: sentido, denotação, conotação, polissemia e ambiguidade; 4.6 Ortografia e pontuação conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; 4.7 Coerência textual e mecanismos de referenciação; 4.8 Variação linguística: regional, social e histórica. 5. Literatura Brasileira: 5.1 Formação da literatura nacional e períodos literários; 5.2 Quinhentismo, Barroco e Arcadismo: principais autores e características; 5.3 Romantismo, Realismo, Naturalismo e Parnasianismo; 5.4 Simbolismo e Pré-Modernismo; 5.5 Modernismo: fases, estilos e autores fundamentais; 5.6 Literatura contemporânea e diversidade cultural; 5.7 Intertextualidade e dialogismo literário; 5.8 BNCC e o ensino de literatura na escola. 6. Oralidade e Gêneros Orais: 6.1 Gêneros orais formais e informais; 6.2 Práticas de escuta e produção oral; 6.3 Entonação, ritmo e expressividade; 6.4 Debate, seminário e apresentação oral; 6.5 A oralidade na BNCC e sua integração ao ensino de leitura e escrita; 6.6 Produção de podcasts, entrevistas e vídeos educativos; 6.7 Análise da linguagem oral em contextos sociais; 6.8 Avaliação de práticas orais. 7. Linguística e Análise do Discurso: 7.1 Linguística textual e análise da coerência e coesão; 7.2 Discurso, ideologia e formação de sentidos; 7.3 Enunciação e sujeito discursivo; 7.4 Dialogismo e polifonia (Bakhtin); 7.5 Intertextualidade e interdiscursividade; 7.6 Argumentação e persuasão; 7.7 Análise crítica do discurso e gêneros midiáticos; 7.8 Linguagem, poder e identidade social. 8. Ensino da Língua Portuguesa: 8.1 Tendências metodológicas e abordagens didáticas; 8.2 Sequências didáticas e projetos de letramento; 8.3 Ensino integrado de gramática e produção textual; 8.4 Avaliação diagnóstica e formativa da linguagem; 8.5 Planejamento de aulas conforme a BNCC; 8.6 Inclusão linguística e respeito à diversidade cultural; 8.7 Alfabetização e letramento nos anos iniciais e finais; 8.8 Papel do professor como mediador da linguagem. 9. Legislação e Políticas Educacionais: 9.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214; 9.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 9.3 BNCC e diretrizes curriculares para a área de Linguagens; 9.4 Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); 9.5 Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 – literatura afro-brasileira e indígena; 9.6 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 9.7 Educação inclusiva e acessibilidade linguística; 9.8 Avaliação em larga escala (SAEB, ANA e IDEB) e indicadores de qualidade. 10. Ética e Profissão Docente: 10.1 Compromisso social e ético do professor de Língua Portuguesa; 10.2 Valorização da leitura e da cultura literária; 10.3 Responsabilidade na formação de leitores e escritores críticos; 10.4 Educação linguística e cidadania; 10.5 Formação continuada e pesquisa docente; 10.6 Ética no uso da linguagem e combate à desinformação; 10.7 Trabalho coletivo e interdisciplinaridade; 10.8 Educação linguística como prática de emancipação social.



PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1. Fundamentos do Ensino de Matemática: 1.1 Concepções históricas, filosóficas e epistemológicas da Matemática; 1.2 A Matemática como construção humana e linguagem universal; 1.3 Tendências atuais do ensino de Matemática no Brasil; 1.4 A BNCC e as competências específicas da área de Matemática; 1.5 O papel do professor como mediador do raciocínio lógico e da resolução de problemas; 1.6 Educação Matemática e o desenvolvimento do pensamento crítico; 1.7 Interdisciplinaridade e contextualização no ensino de Matemática; 1.8 Ética e responsabilidade docente na formação matemática. 2. Números e Operações: 2.1 Sistemas de numeração e suas representações; 2.2 Operações fundamentais e suas propriedades; 2.3 Potenciação, radiciação e expressões numéricas; 2.4 Proporcionalidade, razão e proporção; 2.5 Regra de três simples e composta; 2.6 Porcentagem, juros simples e compostos; 2.7 Sequências numéricas e progressões aritméticas e geométricas; 2.8 Aplicações cotidianas e resolução de problemas. 3. Álgebra e Funções: 3.1 Conceitos fundamentais de álgebra e linguagem algébrica; 3.2 Expressões algébricas, produtos notáveis e fatoração; 3.3 Equações e inequações do 1º e 2º grau; 3.4 Sistemas lineares e métodos de resolução; 3.5 Funções afim, quadrática, exponencial e logarítmica: propriedades e gráficos; 3.6 Funções trigonométricas: conceito e aplicações; 3.7 Modelagem matemática e interpretação de funções em contextos reais; 3.8 Representações gráficas e análise de variação. 4. Geometria Plana e Espacial: 4.1 Conceitos fundamentais da geometria euclidiana; 4.2 Figuras geométricas planas: triângulos, quadriláteros, polígonos e circunferência; 4.3 Relações métricas e teorema de Pitágoras; 4.4 Cálculo de áreas e perímetros; 4.5 Poliedros, prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas; 4.6 Cálculo de volume e área total; 4.7 Geometria analítica: ponto, reta, circunferência e distância entre pontos; 4.8 Aplicações geométricas no cotidiano e nas ciências. 5. Estatística e Probabilidade: 5.1 Conceitos básicos de estatística descritiva; 5.2 Coleta, organização e representação de dados; 5.3 Gráficos de barras, setores, histogramas e polígonos de frequência; 5.4 Medidas de tendência central: média, mediana e moda; 5.5 Medidas de dispersão: amplitude, variância e desvio-padrão; 5.6 Conceitos de probabilidade e eventos independentes e dependentes; 5.7 Análise combinatória e princípio fundamental da contagem; 5.8 Interpretação de dados e tomada de decisão informada. 6. Grandezas e Medidas: 6.1 Sistema Internacional de Unidades (SI); 6.2 Conversão entre unidades de medida; 6.3 Medidas de comprimento, área, volume, massa, tempo e temperatura; 6.4 Escalas e proporções; 6.5 Problemas envolvendo velocidade média, densidade e consumo; 6.6 Cálculo de áreas de figuras planas irregulares; 6.7 Estimativas e arredondamentos; 6.8 Medidas e geometria no contexto das ciências naturais e da tecnologia. 7. Matemática Financeira e Raciocínio Lógico: 7.1 Conceitos de capital, taxa e montante; 7.2 Juros simples e compostos: aplicações práticas; 7.3 Descontos comerciais e racionais; 7.4 Tabelas de valores e financiamentos; 7.5 Raciocínio lógico proposicional: conectivos, tabelas-verdade e equivalências; 7.6 Argumentação lógica e princípios da dedução; 7.7 Diagramas lógicos, sequências e padrões; 7.8 Resolução de problemas de lógica e análise de proposições. 8. Metodologia do Ensino de Matemática: 8.1 Abordagens históricas e contemporâneas; 8.2 Metodologias ativas e resolução de problemas; 8.3 Jogos e modelagem matemática como recursos pedagógicos; 8.4 Avaliação diagnóstica e formativa no ensino da Matemática; 8.5 Didática da Matemática e construção de conceitos; 8.6 Tecnologias digitais e softwares educacionais; 8.7 Práticas investigativas e experimentais; 8.8 Inclusão e diferenciação pedagógica no ensino da Matemática. 9. Legislação e Políticas Educacionais: 9.1 Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214; 9.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); 9.3 BNCC e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; 9.4 Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); 9.5 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 9.6 Avaliações externas: SAEB, IDEB e ANA; 9.7 Políticas de formação continuada docente; 9.8 Educação matemática como instrumento de cidadania. 10. Ética e Profissão Docente: 10.1



Compromisso ético, político e social do professor de Matemática; 10.2 A Matemática como ferramenta para inclusão e justiça social; 10.3 Responsabilidade no processo avaliativo e pedagógico; 10.4 Trabalho colaborativo e interdisciplinar; 10.5 Formação continuada e pesquisa docente; 10.6 Uso ético das tecnologias digitais; 10.7 Gestão democrática e práticas participativas; 10.8 Educação matemática como prática emancipatória.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Fundamentos da Educação e da Educação Física Escolar: 1.1 Educação como prática social e pedagógica; 1.2 A Educação Física no contexto da educação básica; 1.3 Finalidades, objetivos e funções da Educação Física escolar; 1.4 Concepções pedagógicas da Educação Física; 1.5 Cultura corporal de movimento; 1.6 Corpo, movimento e sociedade; 1.7 Educação Física e formação integral do educando; 1.8 Inclusão, diversidade e respeito às diferenças no ambiente escolar. 2. Legislação Educacional e Políticas Públicas de Educação: 2.1 Constituição Federal de 1988: educação como direito social; 2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996; 2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; 2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2.5 Plano Nacional de Educação e planos municipais de educação; 2.6 Organização da educação escolar no âmbito municipal; 2.7 Gestão democrática do ensino público; 2.8 Direitos e deveres do professor da rede pública. 3. Didática, Planejamento e Avaliação no Ensino da Educação Física: 3.1 Didática e prática pedagógica; 3.2 Planejamento educacional: plano de ensino e plano de aula; 3.3 Metodologias de ensino da Educação Física; 3.4 Avaliação da aprendizagem: conceitos, funções e instrumentos; 3.5 Avaliação formativa e processual; 3.6 Organização do tempo e do espaço pedagógico; 3.7 Interdisciplinaridade e projetos pedagógicos; 3.8 Mediação pedagógica e gestão da sala de aula. 4. Conteúdos da Educação Física Escolar: 4.1 Jogos e brincadeiras; 4.2 Esportes: fundamentos, regras e adaptações pedagógicas; 4.3 Ginástica: conceitos, tipos e práticas escolares; 4.4 Dança e atividades rítmicas; 4.5 Lutas e práticas corporais de combate; 4.6 Atividades físicas e qualidade de vida; 4.7 Práticas corporais ao longo da vida; 4.8 Educação Física na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. 5. Aspectos Biológicos e Funcionais do Movimento Humano (noções pedagógicas): 5.1 Desenvolvimento motor; 5.2 Crescimento e desenvolvimento humano; 5.3 Capacidades físicas; 5.4 Coordenação motora, equilíbrio e lateralidade; 5.5 Fisiologia do exercício aplicada à escola; 5.6 Anatomia básica aplicada ao movimento; 5.7 Atividade física, saúde e bem-estar; 5.8 Limites e cuidados na prática de atividades físicas escolares. 6. Educação Física Inclusiva e Adaptada: 6.1 Educação inclusiva e legislação; 6.2 Educação Física adaptada; 6.3 Atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades; 6.4 Adequação de atividades e materiais; 6.5 Avaliação inclusiva; 6.6 Acessibilidade e participação; 6.7 Combate ao preconceito e à discriminação; 6.8 Práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar. 7. Saúde, Segurança e Primeiros Socorros no Ambiente Escolar: 7.1 Prevenção de acidentes nas aulas de Educação Física; 7.2 Segurança nas práticas corporais e esportivas; 7.3 Higiene, saúde e cuidados com o corpo; 7.4 Noções básicas de primeiros socorros; 7.5 Procedimentos em casos de emergência; 7.6 Responsabilidade do professor no ambiente escolar; 7.7 Condutas preventivas; 7.8 Protocolos de segurança escolar. 8. Ética, Trabalho Docente e Relações no Ambiente Escolar: 8.1 Ética profissional do professor; 8.2 Responsabilidade social do docente; 8.3 Relação professor-aluno; 8.4 Relação escola, família e comunidade; 8.5 Trabalho coletivo e interdisciplinar; 8.6 Clima escolar e convivência; 8.7 Direitos humanos e educação; 8.8 Valorização do magistério e formação continuada.

PSICÓLOGO

1. Fundamentos da Psicologia: 1.1 História da Psicologia como ciência e profissão; 1.2 Principais abordagens teóricas: behaviorismo, psicanálise, humanismo, cognitivismo e sócio-histórica; 1.3



Concepções contemporâneas de sujeito, comportamento e subjetividade; 1.4 Desenvolvimento humano nas dimensões biológica, cognitiva, afetiva e social; 1.5 Psicologia e contexto sociocultural brasileiro; 1.6 Relações entre indivíduo, grupo e sociedade; 1.7 Ética e compromisso social da Psicologia; 1.8 Psicologia como prática transformadora e promotora de direitos humanos. 2. Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem: 2.1 Teorias do desenvolvimento (Piaget, Vygotsky, Erikson, Wallon e Freud); 2.2 Processos cognitivos, emocionais e sociais ao longo do ciclo vital; 2.3 Aprendizagem significativa e mediação pedagógica; 2.4 Motivação, autoestima e rendimento escolar; 2.5 Relações interpessoais no contexto educacional; 2.6 Transtornos do neurodesenvolvimento e dificuldades de aprendizagem; 2.7 O papel do psicólogo na escola e na mediação de conflitos; 2.8 Educação inclusiva e práticas psicopedagógicas colaborativas. 3. Psicologia Social e Comunitária: 3.1 Fundamentos teóricos e metodológicos da Psicologia Social; 3.2 Psicologia comunitária e promoção da saúde mental coletiva; 3.3 Identidade, pertencimento e participação social; 3.4 Processos de exclusão, vulnerabilidade e resiliência; 3.5 Intervenção psicossocial em comunidades e instituições públicas; 3.6 Mediação de conflitos e práticas restaurativas; 3.7 O papel do psicólogo em políticas públicas de proteção e assistência social; 3.8 Psicologia e cidadania. 4. Psicologia Organizacional e do Trabalho: 4.1 Fundamentos da Psicologia do Trabalho e das Organizações; 4.2 Comportamento organizacional e cultura institucional; 4.3 Clima organizacional, motivação e liderança; 4.4 Processos de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento; 4.5 Avaliação de desempenho e gestão por competências; 4.6 Saúde mental e qualidade de vida no trabalho; 4.7 Assédio moral, burnout e sofrimento psíquico; 4.8 Ética e responsabilidade social nas práticas organizacionais. 5. Psicologia Clínica e Saúde Mental: 5.1 Concepções de saúde, sofrimento psíquico e psicopatologia; 5.2 Transtornos mentais mais prevalentes (CID-10 e DSM-5); 5.3 Abordagens terapêuticas e escuta psicológica; 5.4 Psicoterapia individual, grupal e familiar; 5.5 Acolhimento, vínculo e manejo da escuta clínica; 5.6 Atenção Psicossocial e rede de cuidados em saúde mental; 5.7 Atuação do psicólogo nos CAPS e unidades básicas de saúde; 5.8 Estratégias de prevenção ao suicídio e redução de danos. 6. Políticas Públicas e Psicologia: 6.1 Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e políticas de saúde mental; 6.2 Sistema Único de Assistência Social (SUAS): proteção social básica e especial; 6.3 Política Nacional de Humanização (PNH); 6.4 Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); 6.5 ECA (Lei nº 8.069/1990) e políticas de proteção à infância e adolescência; 6.6 Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003); 6.7 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); 6.8 Intersetorialidade e trabalho em rede. 7. Avaliação Psicológica: 7.1 Conceitos, objetivos e princípios da avaliação psicológica; 7.2 Instrumentos, testes e técnicas projetivas; 7.3 Avaliação cognitiva, emocional e de personalidade; 7.4 Elaboração e devolutiva de laudos e pareceres psicológicos; 7.5 Critérios técnicos e éticos no uso de testes psicológicos; 7.6 Avaliação psicológica no contexto escolar, clínico e organizacional; 7.7 Testes de atenção, inteligência e aptidão; 7.8 Resolução CFP nº 31/2022 e regulamentações atuais. 8. Psicologia e Educação: 8.1 O papel do psicólogo na escola e no sistema educacional; 8.2 Processos de inclusão e diversidade no ambiente escolar; 8.3 Intervenções com professores, famílias e estudantes; 8.4 Mediação de conflitos e práticas restaurativas; 8.5 Psicologia escolar crítica e emancipatória; 8.6 Violência escolar e promoção da convivência pacífica; 8.7 Políticas de saúde mental na escola; 8.8 Psicologia e desenvolvimento de competências socioemocionais. 9. Ética e Legislação Profissional: 9.1 Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005); 9.2 Lei nº 4.119/1962 – regulamentação da profissão; 9.3 Resolução CFP nº 001/2009 – uso de meios tecnológicos em serviços psicológicos; 9.4 Resolução CFP nº 06/2019 – atuação do psicólogo na educação; 9.5 Direitos humanos e responsabilidade social; 9.6 Sigilo profissional e consentimento informado; 9.7 Atuação interdisciplinar e limites éticos; 9.8 Fiscalização e sanções éticas. 10. Pesquisa e Intervenção em Psicologia: 10.1 Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa psicológica; 10.2 Ética



em pesquisa com seres humanos; 10.3 Observação, entrevista e grupos focais; 10.4 Estudo de caso e pesquisa-ação; 10.5 Intervenção psicológica em contextos diversos; 10.6 Avaliação de programas e políticas públicas; 10.7 Produção de relatórios técnicos e científicos; 10.8 Formação continuada e atualização profissional.



ANEXO II – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	19/01/2026
PERÍODO PARA IMPUGNAÇÃO DE EDITAL	19/01 A 21/01/2026
PERÍODO DE INSCRIÇÕES	19/01 A 06/03/2026
PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÕES	19/01 A 20/01/2026
RESULTADO PRELIMINAR DE ISENÇÕES DE TAXA	03/02/2026
PERÍODO DE RECURSOS REFERENTE AO INDEFERIMENTO DE ISENÇÕES DE TAXA	04/02 A 05/02/2026
RESULTADO DEFINITIVO DE ISENÇÕES DE TAXA	10/02/2026
PERÍODO DE SOLICITAÇÃO ATENDIMENTO ESPECIAL	19/01 A 06/03/2026
PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO POR NOME SOCIAL	
RESULTADO PRELIMINAR DA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL	11/03/2026
RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DA RESERVA DE VAGAS	
PERÍODO DE RECURSOS REFERENTE AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL	12/03 A 13/03/2026
PERÍODO DE RECURSOS REFERENTE À ANÁLISE DA RESERVA DE VAGAS	
RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE DA RESERVA DE VAGAS	18/03/2026
RESULTADO DEFINITIVO DA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL	
RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	
PERÍODO DE RECURSOS REFERENTE ÀS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	19/03 A 20/03/2026
RESULTADO DOS RECURSOS REFERENTES ÀS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	25/03/2026
RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	26/03/2026
DISPONIBILIZAÇÃO DO CARTÃO DE INSCRIÇÃO – LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS	
APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA. PERÍODO MATUTINO NÍVEL SUPERIOR – 09H ÀS 12H PERÍODO VESPERTINO NÍVEL MÉDIO – 15H ÀS 18H	12/04/2026
DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DO CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA	13/04/2026
PRAZO DE RECURSO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA.	14/04 A 15/04/2026
RESULTADO DOS RECURSOS REFERENTE AOS GABARITOS DA PROVA OBJETIVA.	05/05/2026
PUBLICAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DA PROVA OBJETIVA	
RESULTADO PRELIMINAR DA PONTUAÇÃO DA PROVA OBJETIVA	
PERÍODO DE RECURSOS REFERENTE À PONTUAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.	06/05 A 07/05/2026



RESULTADO DOS RECURSOS REFERENTE A PONTUAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.	15/05/2026
RESULTADO DEFINITIVO DA PONTUAÇÃO DA PROVA OBJETIVA	
CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE TÍTULOS	
PERÍODO DE ENVIO DE TÍTULOS	18/05 A 21/05/2026
RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DE TÍTULOS	02/06/2026
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS REFERENTE A ANÁLISE DE TÍTULOS	03/06 A 06/06/2026
RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE DE TÍTULOS	16/06/2026
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO	23/06/2026
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS REFERENTE AO RESULTADO PRELIMINAR DA CLASSIFICAÇÃO	24/06 A 25/06/2026
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO	02/07/2026
HOMOLOGAÇÃO	03/07/2026

Observação: O presente cronograma poderá sofrer alterações ou retificações, a critério da banca organizadora, mediante comunicação prévia.